



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

WHELITON CHIANG SHUNG MOREIRA FERREIRA

**A QUESTÃO DOMICILIAR NO DISTRITO DO GUAIBIM EM VALENÇA-BA:
PERCEPÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA**

Salvador
2018

WHELITON CHIANG SHUNG MOREIRA FERREIRA

**A QUESTÃO DOMICILIAR NO DISTRITO DO GUAIBIM EM VALENÇA-BA:
PERCEPÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Regina Celeste de Almeida Souza.

Salvador
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador,
Laureate International Universities).

Ferreira, Wheliton Chiang Shung Moreira

A questão domiciliar no Distrito do Guaibim em Valença-Ba: percepções sobre o fenômeno da segunda residência. / Wheliton Chiang Shung Moreira Ferreira. – Salvador: Unifacs 2018.

115 f.: il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof^ª. Regina Celeste de Almeida Souza.

1. Territorialidade humana - Aspectos sociais, políticos e ambientais. 2. Economia regional - Guaibim -Ba. I. Souza, Regina Celeste de Almeida, orient.
II. Título.

CDD: 338.98142

WHELITON CHIANG SHUNG MOREIRA FERREIRA

A QUESTÃO DOMICILIAR NO DISTRITO DO GUAIBIM EM VALENÇA-BA:
PERCEPÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Regina Celeste de Almeida Souza – Orientadora _____
Pós-doutora pela Université de Toulouse II (Le Mirail) e pelo Centre d'Etudes Techniques de l'Équipement de Lyon, CETE, França
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Carolina de Andrade Spinola _____
Doutorado em Geografia pela Universidade de Barcelon
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Hilton Leal da Cruz _____
Doutor em Filosofia em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Instituto Federal de Educação (IFBA), Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Valença

Salvador, 28 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Dany e a Henrique.

A meu pai, a minha mãe e ao meu irmão.

Ao Sr. Epifânio e à Sra. Ivete.

À Profa. Dra. Regina Celeste.

Aos moradores do Guaibim e demais participantes deste trabalho.

Conhecer é ver e analisar as paisagens, entender os modos de vida, compartilhar das esperanças e angústias das regiões visitadas, é incorporar-se a um pedaço do solo e a um grupo de homens, e tornar-se assim mais largamente humano [...].

P. DEFFONTAINE

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado pauta-se na investigação sobre a questão domiciliar no distrito de Guaibim em Valença-BA, a partir da identificação e reflexão sobre os elementos de percepção a respeito da segunda residência no lugar. O objetivo geral foi analisar quais são as questões recorrentes ao se tratar das percepções sobre o fenômeno da segunda residência, de modo a subsidiar a reflexão sobre alternativas de minimização dos impactos negativos no lugar. O problema levantado questiona em que medida os elementos de percepção do Guaibim contribuem para a análise dos impactos da sua questão domiciliar com maior expressividade, a segunda residência. A estrutura textual foi projetada para apresentar o tema de forma teórica, diagnóstica e voltada a apresentação dos resultados, nesta sequência. Na primeira seção, analisaram-se os conceitos norteadores deste estudo. A segunda foi orientada para apresentar como a questão da segunda residência caracteriza e define o lugar, utilizando como base as categorias de análise espacial de Milton Santos: forma, estrutura, função e processo. A terceira seção elenca as falas de atores sociais principais tratando sobre o tema, de maneira que se pudessem constatar os principais elementos trazidos anteriormente. A análise qualitativa foi preponderante, uma vez que, mesmo diante de indicadores quantitativos, prevaleceu a interpretação e a reflexão. O método indutivo permitiu que os resultados partissem de fontes teóricas, documentais e estatísticas, perpassando-se por discussões críticas, até que se chegassem a conclusões mais definidoras. Nas constatações finais, verificou-se que a segunda residência no Guaibim tem sido um fenômeno domiciliar não planejado e de gestão deficitária. Esta condição apontou para graves problemas de ordem social, política e ambiental. É esperado que este estudo possa auxiliar em trabalhos seguintes de planejamento, de tomada de consciência coletiva e em atitudes individuais frente aos conflitos porventura existentes naquele lugar.

Palavras-chaves: Questão Domiciliar. Territorialidade humana - Aspectos sociais, políticos e ambientais. Guaibim – BA.

ABSTRACT

This dissertation is based on an investigation about the housing issue in the District of Guaibim in Valença-BA Brazil from the verification and reflexion about the elements of perception about second dwellings in the place. The general objective was to analyze what are the most frequent issues in the discourses that express the perceptions about the phenomenon of second dwellings, in order it would be possible to bring to light some alternatives for the minimization of negative impacts in the place. The problem questions to what extent the elements of perception of Guaibim contribute for an analysis of the impacts of its most expressive housing issue, second dwellings. The textual structure was designed to present the theme theoretically, diagnostically and turned to the presentation of the results, in this sequence. In the first section, the discussion was turned to the concepts that nurtured this study. The second was oriented to present how the issue of second dwellings characterizes and defines the place, being based on the space analysis categories of Milton Santos: shape, structure, function and process. The third section lists the speeches of main social actors, so it would possible to verify the elements previously mentioned. The qualitative analysis was preponderant, so even when quantitative indicators were brought, the interpretation and the reflexivity prevailed. The inductive method allowed the results to be found in theoretical fonts, documents, statistics, passing through critical discussions, until it was possible to get to more defining conclusions. In the final verification, the conclusion is that the second dwelling phenomenon on Guaibim is not planned and has deficit management. This condition pointed out to critical conflicts of social, political and environmental orders. It is expected that this study may assist in following works of planning, collective decision-making and in individual attitudes that face possible conflicts on that place.

Keywords: Household issue. Human territoriality - Social, political and environmental aspects. Guaibim - BA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PRESSUPOSTOS DE UMA COMPREENSÃO TOTALIZADORA SOBRE A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO GUAIBIM	13
2.1	A SEGUNDA RESIDÊNCIA	13
2.2	PERCEPÇÃO	16
2.3	A PAISAGEM.....	18
2.4	O LUGAR	20
2.5	TERRITÓRIO	21
2.6	A COMPREENSÃO SISTÊMICA	23
2.7	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	25
2.7.1	A distribuição domiciliar no Guaibim e o fenômeno da segunda residência	26
2.7.2	Indicadores da segunda residência no distrito do Guaibim	29
3	ANÁLISE ESPACIAL DO GUAIBIM SEGUNDO AS CATEGORIAS ESTRUTURA, FORMA, FUNÇÃO E PROCESSO	33
3.1	A ESTRUTURA.....	34
3.2	A FORMA.....	43
3.2.1	As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Guaibim	48
3.3	A FUNÇÃO.....	51
3.4	O PROCESSO	55
4	ANÁLISES E MÉTODOS	60
4.1	<i>SURVEY</i> PARA O DIAGNÓSTICO DOS ELEMENTOS DE PERCEPÇÃO RECORRENTES SOBRE A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO GUAIBIM	60
4.1.1	A primeira fase do <i>survey</i>.....	62
4.1.1.1	O <i>software</i> Iramuteq	72
4.1.1.2	Resultados obtidos através do processamento no Iramuteq	73
4.1.1.3	Sistematização dos dados segundo os tópicos relacionados às categorias de análise espacial.	77
4.1.2	A segunda fase do <i>survey</i>.....	77
4.1.3	Resultados obtidos na segunda fase do <i>survey</i>	79
4.2.1	A infraestrutura.....	84
4.2.3	A especulação imobiliária	88
4.2.4	A sazonalidade turística	90
5	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A	105
	APÊNDICE B	106
	ANEXO A.....	107

ANEXO B	108
ANEXO C	109
ANEXO D	110
ANEXO E	111
ANEXO F	112
ANEXO G	113
ANEXO H	114
ANEXO I	115

1 INTRODUÇÃO

A segunda residência, imóvel utilizado em alguns períodos do ano como alternativa à moradia permanente, é o fenômeno domiciliar mais expressivo no distrito do Guaibim, apontado em importantes registros de dados, como os do Censo 2010. Dado que os domicílios secundários possuem características peculiares, e nos locais de sua maior concentração restringem o fluxo de pessoas, principalmente no acesso à áreas mais valorizadas, justifica-se uma análise sobre estas questões e em que medida elas impactam nas vidas dos que relacionam com aquele lugar. As discussões acerca deste tema são voltadas para a compreensão de como a segunda residência no Guaibim tem gerado conflitos ambientais e sociais que ameaçam os ecossistemas a ele relacionados, além de se mostrar como barreira a uma projeção de vida de qualidade para os que ali residem ou visitam.

Esta discussão, que se pauta na definição do lugar como onde se registram experiências e percepções, indica a paisagem praiana como o elemento de maior procura e valorização. Conforme será apresentado e discutido durante o texto, o desfrute da paisagem praiana não configura, por si mesmo, um conflito que comprometa os sistemas locais. A questão sobre a qual se desenvolve o problema encontra-se na maneira como a demarcação dos territórios é executada, sem estratégias específicas de gestão e planejamento desse fenômeno. Ressalta-se que a área urbana, onde até então está localizada a maioria das segundas residências, possui tamanho extremamente reduzido quando comparado à totalidade do Distrito, sendo que a maior parte é destinada ao uso do solo com legislações mais restritivas. Ainda assim, os conflitos são graves neste sentido, a exemplo da sobreposição entre as Áreas de Proteção Ambientais (APAs) dentro dos limites do Guaibim (APA do Guaibim, APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança e APA Municipal da Planície Costeira do Guaibim). Estas áreas, com jurisdição estadual ou municipal, possuem limites de zoneamento por vezes muito divergentes.

Sobre esta questão, delimita-se o seguinte problema: em que medida os elementos de percepção do Guaibim contribuem para a análise dos impactos da sua questão domiciliar com maior expressividade, a segunda residência? Compreende-se que esta análise baseia-se em sua necessidade de reflexão abrangente, ao passo que seja, na mesma medida, crítica e propositiva.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar quais são as questões recorrentes ao se tratar das percepções sobre o fenômeno da segunda residência, de modo a subsidiar a reflexão sobre alternativas de minimização dos impactos negativos no lugar. O primeiro objetivo específico foi inter-relacionar os elementos da percepção de forma a subsidiar a análise da segunda

residência no Guaibim, com ênfase em uma compreensão sistêmica. No segundo, visa-se a caracterizar o lugar de forma a contemplar os aspectos fundamentais na compreensão do problema e na indicação de possíveis alternativas. O terceiro propósito específico procurou estabelecer os caminhos metodológicos mais adequados ao estudo que partiu de elementos abstratos da percepção à estruturação das questões recorrentes em forma de ocorrências vocabulares. As seções principais deste estudo, assim, foram construídas de maneira que cada uma atendessem aos respectivos objetivos específicos.

Na primeira seção, com o caráter mais teórico, ressaltou-se a necessidade de que as reflexões sobre o diagnóstico da questão da segunda residência trouxessem os conceitos fundamentais, ao passo que indicasse possíveis caminhos para ações e proposições.

Na sequência de caráter indutivo, a segunda seção apontou para o Guaibim de acordo com as categorias de análise espacial definidas por Milton Santos em ordem de abrangência: a estrutura (que discute as relações externas aos limites do Distrito), a forma (o que está dentro dos limites da área estudada), a função (as vocações do lugar representadas pelas suas atividades) e o processo (o seu percurso histórico). No decorrer desta parte do texto, foram utilizadas informações obtidas em documentos oficiais, fotografias, mapas, cartogramas, dentre outros. Ressalta-se que, ao fim desta seção, é discutido que as categorias de análise são adequadas para que se atinja o olhar específico que os complexos sistemas exigem. No entanto, é necessário que o tema seja tratado de forma totalizadora, valorizando as muitas interconexões possíveis que venham a surgir.

Após a discussão teórica e a caracterização, a seção 3 buscou apresentar os resultados da pesquisa de campo acerca de percepções sobre o fenômeno da segunda residência. Para o desenvolvimento desta seção, o trabalho investigativo foi dividido em duas fases. Na primeira, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas que traziam à discussão as percepções que atores sociais principais consideravam como importantes ao abordarem o fenômeno da segunda residência. Foram consultados moradores de primeira e de segunda residência, representantes da comunidade e políticos. Ainda nessa fase, o passo seguinte foi a utilização do software Iramuteq para analisar todas as entrevistas e processar relações entre ocorrências discursivas relevantes. O resultado foi uma listagem de vocábulos inter-relacionados ao tema em questão que, devido a sua credibilidade e eficiência, trouxe um resultado considerável, o qual possibilitou a sequência da pesquisa do âmbito mais particular ao de mais abrangência em suas etapas seguintes. A segunda fase foi dedicada à pesquisa com um número maior de questões e com natureza mais objetiva. Desta forma, um questionário foi elaborado com os elementos

resultantes da primeira fase. Essa parte da investigação trata-se de um *survey*, dado que não se ateve a um grupo social particular, mas em buscar a representatividade da sociedade pesquisada. Os resultados foram tabulados e apresentados em forma de tabelas e gráficos, os quais foram discutidos ao longo do texto.

A metodologia que norteou este trabalho foi primordialmente qualitativa, dado que mesmo diante da apresentação de representações quantitativas, prevaleceram a discussão e o caráter reflexivos. O método de abordagem definido foi o indutivo, devido a apresentação inicial dos conceitos, percorrendo os resultados de fontes documentais, recorrendo-se à estatísticas, *rankings*, indicadores e outros números que constatassem os elementos da segunda residência no Guaibim, até a chegada em conclusões que se pautassem nas informações até então apresentadas.

Conforme os percursos apresentados, este trabalho em si procurou se apresentar como uma demonstração metodológica da análise sistêmica, pressupondo a divisão do todo em partes, na busca de uma compreensão o mais próximo possível do que os sujeitos, os objetos e os métodos requerem, para que em seguida, se retorne à visão totalizadora e abrangente.

2 PRESSUPOSTOS DE UMA COMPREENSÃO TOTALIZADORA SOBRE A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO GUAIBIM

A reflexão sobre a segunda residência no distrito de Guaibim, localizado no município de Valença-BA, a partir dos elementos obtidos da percepção dos moradores, pode fornecer subsídios para uma análise tanto investigativa quanto propositiva. Compreende-se que os conflitos ali existentes podem ser minimizados com planejamentos que englobem uma compreensão sistêmica e totalizadora. Tomando-se por base a abordagem indutiva utilizada, cumpre esclarecer que, embora atualmente seja constatada como promotora de um impacto negativo de alta intensidade no distrito do Guaibim, a segunda residência encontra condições de estabelecimento promissor no lugar.

Inicialmente, esta seção estrutura-se em torno de uma discussão acerca dos conceitos teóricos que definem a segunda residência como um fenômeno preponderantemente humano e de suas contribuições para uma melhor compreensão dos espaços domiciliares.

2.1 A SEGUNDA RESIDÊNCIA

Para Beni (2004, p. 333), segunda residência é o “imóvel próprio para utilização em férias, fins de semana e feriados prolongados, em condomínio horizontal, conjunto habitacional, casa isolada e outros”. Implica necessariamente na posse de uma primeira residência, sendo esta naturalmente mais utilizada do que a segunda.

Segundo Souza e França (2011, p. 108),

[...] a partir do Censo Demográfico de 1980 é que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz uma classificação específica a esses domicílios, denominando-os de domicílios de uso ocasional. No Censo de 1991, o IBGE aprimora a definição classificando as residências secundárias como domicílios particulares de uso ocasional, não restringindo essa condição à não presença do morador temporário.

Atualmente, em IBGE (2017a)¹ utiliza-se do termo “domicílio de uso ocasional”, que é definido como

o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

¹ Na seção “materiais > guia do Censo > glossário”.

Ao se considerar as relações sociais que se estabelecem a partir da segunda residência, pode-se afirmar que se trata de uma projeção social de amplitude conceitual muito maior do que enfatizar apenas sua ocupação. Pereira (2006, p. 279) afirma que a segunda residência “[...] não é um mero alojamento turístico, mas um dos elementos materializados da constituição do urbano e redefinição de novos espaços”.

De acordo com Souza e França (2011), a segunda residência possui relação direta com a situação econômica daqueles que a possuem.

A segunda residência implica a existência de uma primeira, ou seja, um proprietário de uma residência na cidade, para desfrutar do tempo livre dos finais de semana, feriados e férias, ou seja, por um período curto se apropria de uma segunda residência. Dessa forma, justifica-se o fato de essas residências serem pouco utilizadas durante o ano. Para usufruir dessas regalias, faz-se necessária uma condição econômica viável, sendo, em muitos casos, manifestação de status social. Ou seja, para se ter um investimento dessa categoria, subentende-se que há capital a ser investido. (SOUZA; FRANÇA, 2011, p. 108).

Artacho (2015, p. 2) apresenta a segunda residência como um lugar onde se confrontam a “fixação e a fluidez” pelo encontro de elementos aparentemente conflitantes: “o espaço social, a residência e a segunda residência”. Sobre a definição de espaço social, Artacho o apresenta como uma reconstituição do indivíduo a partir do seu contato com o outro, numa relação dinâmica que implica justamente entre o momentâneo (como a condição de visitante e/ou turista) e o permanente (como a condição de morador). Arrais (2013, p. 45), corrobora essa definição ao afirmar que “como assentamento urbano, a segunda residência é expressão da fragmentação do morar e da extensão do cotidiano, com ampliação dos grupos familiares em busca de lazer em espaços privativos”.

Com relação ao morador de segunda residência na condição de visitante, Silva (2004, p. 36-37) discute que sua motivação é praticamente a mesma do turista, pois ambos buscam o ócio em momentos “patrocinados” pelos resultados do “cansaço do trabalho”.

Mais especificamente, Assis (2003, p. 110) associa a segunda residência à atividade do Turismo. Em sua conceituação, é proposto que “a residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias”. Esse conceito pressupõe que o tempo em que acontece a ocupação da segunda residência depende principalmente da cultura do local onde ficam instaladas as primeiras residências. Como anteriormente exposto, quando há a oportunidade de ócio, os que possuem segunda residência aproveitam para usufruir de sua propriedade em outro lugar que lhe conceda prazer e satisfação.

Mas, ainda que intimamente ligada ao turismo, percebe-se que essa atividade não é, em um sentido restritivo, a única definidora do fenômeno da segunda residência. Conforme também exposto em tempo na seção 2, ao se discutir o caso do Guaibim, além da sazonalidade e da visão do lugar como um ambiente de desfrute da paisagem, também se destacam outros elementos mais abrangentes, especialmente as áreas que constituem o planejamento urbano e político. Poder-se-ia afirmar que todos esses conhecimentos devem ser articulados com vistas a alternativas para a sociedade local e suas áreas relacionadas.

O crescimento mais significativo do número de segundas residências no Brasil se deu nos anos cinquenta com o desenvolvimento da indústria automobilística, o que favoreceu a possibilidade de se trafegar nas rodovias nacionais. Aos novos estratos sociais que se formavam, acrescentaram-se novas ideologias, dentre as quais a de poder viajar e descansar da labuta diária em um lugar diferente da moradia habitual. Segundo Becker (1995),

[...] o veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, as regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas). (BECKER, 1995, p. 10).

Como expressão do dinamismo da segunda residência (Brandão, 2013), a procura pelos balneários é por vezes um tema bastante complexo e controverso. Segundo Assis (2003, p. 119), dentre os aspectos positivos da ocupação dos balneários, destaca-se o fato de que o aumento das segundas residências promove o aumento da receita do município e o consumo de serviços essenciais, como energia elétrica. Entretanto, o autor também acrescenta que

Em contraposição, SEABRA (1979) ressalta os efeitos negativos das segundas residências, tipo apartamentos, produzidas no litoral de Santos que, seguindo a lógica capitalista da produção de mercadorias, levaram a cidade a perder suas condições balneárias e a emergir como centro de comércio e serviços. Pode-se ainda acrescentar o dilema que alguns balneários enfrentam com a expansão das segundas residências, pois, muitas vezes, estas requerem a melhoria da infra-estrutura local, porém apresentam uma alta inadimplência no pagamento do IPTU, conforme constatamos na nossa pesquisa na Ilha de Itamaracá-PE (ASSIS, 2001, 2003, p. 119).

Mas, em meio a definições e conceitos de segunda residência para as diversas finalidades de análise, há ainda um vasto campo a ser estudado, dada a complexidade de suas inúmeras dimensões. Assis (2006) afirma:

No Brasil, apesar do crescente interesse acadêmico sobre as segundas residências, urge a necessidade de estudos interdisciplinares, envolvendo o IBGE, a EMBRATUR, e as universidades. Faz-se importante buscar um consenso terminológico para estes domicílios e avaliar, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, o seu crescimento, as novas tipologias e os impactos que vêm apresentando no território brasileiro. (ASSIS, 2006, p. 275).

No caso do distrito do Guaibim, o número de segundas residências é maior do que o de primeiras residências (conforme apresentado na Tabela 2), o que faz com que se perceba que uma das vocações primordiais do lugar, atualmente, é atender a esse fenômeno.

2.2 PERCEPÇÃO

Dado o pressuposto de que um estudo sobre a construção do lugar em uma perspectiva mais abrangente requer um percurso metodológico científico multidisciplinar, as definições de percepção desta investigação partiram da geografia e de sua articulação com outras ciências.

O estudo de percepção na abordagem geográfica voltado à preocupação “em se conhecer e explicar as atitudes e os valores das populações em relação aos lugares” é uma alternativa estratégica de “tomada de consciência da população para numerosos problemas” (XAVIER, 2007, p. 28).

Ao focar no pensamento contemporâneo, Mora (1971), no seu dicionário de filosofia, define que

o termo "percepção" refere-se principalmente a uma apreensão, qualquer que seja a realidade apreendida. [...] É característico de quase todas as doutrinas modernas e contemporâneas sobre a percepção o fato de colocá-lo sempre no referido território intermediário, entre puro pensamento e puro sentimento, bem como entre o sujeito e o objeto. (MORA, 1971, p. 1445)².

A esse respeito, Piaget (1977) discute a relação entre o mecanismo psicológico do sujeito e as estruturas do objeto, além de discorrer sobre o território intermediário onde se encontram a percepção e a inteligência.

A percepção é o conhecimento que adquirimos dos objetos, ou de seus movimentos, pelo contato direto e atual ao passo que a inteligência é um conhecimento subsistente quando intervêm os desvios e aumentam as distâncias espaço-temporais entre o sujeito e os objetos. (PIAGET, 1977, p. 61).

Nesta discussão, o que Piaget denomina de “objeto”, a referência deste estudo se direciona a todos os elementos de construção do lugar, retornando-se assim ao objeto principal de análise da abordagem da geografia. Pertinente se faz, por conseguinte, a sistematização de Xavier (2007) sobre o processo de percepção geográfica a partir das contribuições da obra de Piaget, disposto em forma de “categorias” e conforme enumerado no Quadro 1.

² Definição da obra original em língua espanhola, cuja tradução livre foi realizada pelo autor deste trabalho.

Quadro 1 – Sistematização das categorias do processo de percepção segundo Piaget

1	Efeitos perceptivos de campo, também denominados como “decentração ou primários”.	“Interações entre os elementos percebidos simultaneamente pela fixação do olhar [...]. Eles permanecem qualitativamente iguais nas pessoas em todas as idades. Inicialmente, [...] são deformadas, pois resultam do fato de os efeitos de campo originarem-se de uma ou de poucas fixações do olhar”, sendo posteriormente corrigidas pelas atividades da categoria seguinte.
2	Atividades perceptivas: <i>continuum</i> entre a percepção e a inteligência.	“Assume papel relevante no campo da percepção, por permitir ao homem desenvolver, no espaço, operações como exploração, comparação, transposição, descentração, entre outras. Com a idade, as atividades perceptivas aumentam em número e qualidade.”
3	Constância perceptiva	“[...] engloba as constâncias perceptivas, como as de grandeza, forma, cor, intensidade, som e causalidade. A constância perceptiva liga-se ao fato de que a percepção das características do objeto é aparentemente constante, independentemente da distância ou das modificações de posição ou de iluminação.”

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação, a partir de Xavier (2007, p. 32).

O processo tem início ao se contatar o “espaço” que, neste contexto, é um termo aproximado de “campo”³ e refere-se às percepções mais gerais. Todos os sujeitos envolvidos na primeira fase de contato estariam, segundo o autor, no mesmo nível de maturidade qualitativa a respeito da forma do objeto, o que será corrigido pelo passar do tempo, permitindo-lhes prosseguir dentro do processo. A segunda etapa, denominada de *continuum*, é talvez tão abstrata e relativa quanto o conceito de “tempo”, pois se refere ao processo em si e como este reflete tanto as condições de todas as naturezas que definem o sujeito, como os caminhos que norteiam as escolhas para a exploração e apropriação do espaço. A terceira categoria de percepção não é necessariamente de uma fase, mas de um parâmetro de natureza individual, assim como as anteriores.

Determina-se que a percepção mais aprofundada é fruto da frequência de contato com o espaço. Designada como “constância”, é o resultado de um conhecimento mais íntimo e profundo, pois garantiu o avanço da maturidade e a maior proximidade da experiência individual. Em se tratando de uma análise que relaciona a percepção ao processo cognitivo, obviamente é pressuposto que cada indivíduo irá se movimentar para outras fases em tempo e condições que lhe são próprias. É definido, então, que alguns podem fazer seus contatos com o espaço e imediatamente passar para as demais fases de percepção, assim como outros podem permanecer em estágios mais ou menos abrangentes. Portanto, os elementos a serem investigados nesta pesquisa são os que envolvem as atividades dos sentidos, o amadurecimento

³ Ressalta-se que, para Piaget, o termo “campo” é mais abrangente, pois sua obra trata dos processos de cognição que, dentre todos os aspectos possíveis de desenvolvimento humano, está também contido o elemento “espaço”. No entanto, como se trata de exploração e apropriação espacial na percepção aqui discutida, por inferência, um termo pode ser utilizado por outro, dados os seus devidos contextos empregados.

e o fortalecimento das relações com o decorrer do tempo, assim como os resultados da constância com os espaços adjacentes.

Cabe ainda a afirmação de que a percepção é o conjunto desses elementos contidos na maneira particular e subjetiva dos indivíduos se relacionarem com o mundo. As pesquisas de campo desenvolvidas para esta investigação partiram em busca das ocorrências mais frequentes nos discursos dos moradores do distrito do Guaibim. A ênfase não foi atribuída às condições sobre as quais os discursos foram construídos, mas sim nas referências que se demonstravam relevantes ao passo em que se tratava sobre o tema da segunda residência. A metodologia de análise através do *software* Iramuteq, explicada na seção 3, tornou possível percorrer através destes discursos e ultrapassar seus limites na medida que se enfatizavam os elementos perceptivos no conjunto pesquisado.

O estudo ainda compreende que a percepção é individual, e não é necessariamente explicitada pela atividade discursiva. Entretanto, os resultados de investigação individual puderam auxiliar na compreensão do que havia de recorrente pela coletividade, quando a inter-relação entre os discursos se concentrava primordialmente na seleção das questões advindas de um tema principal, definido nesta proposta como a questão domiciliar e o fenômeno da segunda residência.

2.3 A PAISAGEM

A análise da segunda residência no Guaibim, iniciando-se pelas percepções da paisagem, oferece uma oportunidade singular para compreender como a percepção é determinante naquele lugar, que ora é considerado pelo senso comum e propagado pelos meios difusores do *marketing* local ou externo como um “cenário paradisíaco”, ora é paradoxalmente também descrito como uma área de conflitos intensos.

Esse conceito parte do princípio de que o sujeito se relaciona com o espaço ao seu redor através da compreensão dos objetos (ou formas) que nele estão presentes. Santos (2008, p. 103) assim diferencia: “A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima”. Sob essa ótica, define-se que a paisagem incide na compreensão de como a forma espacial é apresentada como produto de suas condições no contexto humano no decorrer do tempo.

Assim, a paisagem está intrinsecamente ligada ao mecanismo perceptivo humano do espaço com que se tem contato. Conforme Carlos (1994), “[...] o que se indaga aqui é como,

através e a partir da paisagem pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re)produção espacial e seu conteúdo”. Esse pensamento exclui, assim, a concepção de paisagem com significado equivalente ao de cenário, pois este, segundo Xavier (2007, p. 38), representa uma ideia limitada apenas a atrativos de qualidade estética. A contribuição principal desse importante posicionamento é o fato de apontar para as consequências da visão reducionista do Guaibim unicamente enquanto objeto de desejo, de um espaço que deve ser lembrado apenas a partir das oportunidades de prazer ligado diretamente ao imaginário coletivo de paraíso voltado ao desfrute da paisagem praiana. O referido autor ainda ressalta:

[Nessa conotação, trata-se] de uma discriminação, baseada em alguma generalidade ligada à ideia de bonito ou interessante. Paisagem é para ser observada, mas não necessariamente admirada. Pode envolver o senso estético, sem que isso seja parte integrante de sua definição. (XAVIER, 2007, p. 38).

O desfrute da paisagem praiana, em si, não se configura como um conflito, mas sim as tensões que surgem a partir do momento em que se confere ao lugar uma vocação⁴ apenas conveniente, promotora do consumo não planejado e não sistêmico do ambiente, dada a fragilidade do ecossistema que envolve aquele lugar.

A esse respeito, faz-se necessária a identificação dos grupos sociais que mais estão ligados à construção do Guaibim. Sobre os moradores locais, é evidente que suas histórias lhes permitem uma constância perceptiva⁵ muito maior com o espaço. Já os turistas, dada a vocação do lugar para a atividade de proveito da natureza, visitam a costa litorânea e ali se estabelecem por um curto período de tempo. Ao retornarem a seus lugares de origem, levam os elementos que puderam perceber no *continuum*⁶ dos restritos espaços com que tiveram contato.

Com relação aos moradores de segunda residência, firmam uma questão existencial peculiar, um paradoxo altamente complexo e que varia do extremo da fixação domiciliar para a fluidez do movimento turístico, pois o elemento que os faz ir e voltar é o mesmo consumo da paisagem. O recorte do campo de visão que remete à praia é o principal foco que os faz se estabelecer, transformar o espaço público em privado e definir que as linhas divisórias de território são mais que evidentes: elas lhes são inerentes. É sob essa perspectiva que Carlos (1994) afirma que

sob esta aparência estática se esconde e se revela todo o dinamismo inerente ao próprio processo da existência da paisagem, uma relação fundamentada em contradições; em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais. (CARLOS, 1994, p. 48).

⁴ O termo “vocação” é uma tentativa de definição sumária da categoria de análise espacial “função”, melhor detalhada na seção 2 deste trabalho.

⁵ Termo definido no Quadro 1.

⁶ Id.

Nesse contexto, Carlos (1994.) erige um questionamento que traz à reflexão se tais mudanças, tidas como dinamismos positivos e presentes em um lugar como o distrito do Guaibim vêm sendo, de fato, positivas para o lugar:

Por acaso o lazer não é uma mercadoria passível de ser desfrutada apenas pelos que têm suficiente meio de troca? Seria o lazer acessível e permitido a todos os membros da sociedade? Haveria espaços ‘livres’ e lazer gratuito para todos? (CARLOS, 1994, p. 50)”.

A paisagem da praia tanto como espaço de lazer, como de convivência para aqueles que possuem moradas no distrito do Guaibim, conforme descrito em pesquisas de campo nas seções seguintes, apresenta inúmeros problemas graves, originados principalmente no conflito existente entre a ocupação domiciliar da segunda residência e na disputa da paisagem com os moradores locais. Ressalta-se que essa situação social conflituosa por vezes é muito sutil, sendo até ignorada por muitos dos sujeitos pesquisados. No entanto, em uma análise mais aprofundada, como esta a que se propõe este estudo, percebe-se que a urgência de planejamento e intervenções naquele lugar são urgentes.

2.4 O LUGAR

Ao se definir que a percepção relacionada ao desfrute da paisagem praiana reúne os elementos que mais valorizam o Guaibim, cabe uma análise do que o tornaria um espaço singular para todos os que ali residem.

Esse direcionamento do foco de análise para a compreensão de que o espaço em discussão é o reflexo do significado que ele tem para as pessoas equivale a afirmar que sua condição atual resulta das percepções a ele relacionadas direta ou indiretamente. Na medida em que as experiências tanto individuais como coletivas perpassam os seus espaços físicos e concretos, constitui-se, então, o lugar.

Segundo Tuan (1983),

O lugar, no entanto, é uma palavra mais consistente do que ‘locação’: é uma entidade única, um conjunto “especial” (LUKERMANN, 1964, p. 70); ela tem a história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é apenas um fato a ser explicado na estrutura mais ampla do espaço, mas é também a realidade para ser esclarecida e entendida pelas perspectivas das pessoas que a tem atribuído significado. (TUAN, 1974, tradução nossa).

A proximidade com o espaço em um determinado grau de intimidade e de afetividade é o elemento basilar para a concepção do lugar como resultado das percepções. A esse respeito,

Tuan (1980, p. 129) traz o conceito de “topofilia”. Esta palavra é definida pelo autor como de “[...] sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”, resguardando os níveis de intensidade, sutileza e modo de expressão. Assim sendo, a topofilia, ou o “apego ao lugar” (TUAN, 1980, p. 286), explica as relações de fixação e transitoriedade que atrai moradores e visitantes para si. No caso específico do distrito do Guaibim, nas pesquisas de campo para este estudo, a referência de apego ao lugar mais recorrente foi a paisagem praiana, que remontava tanto àquelas experiências já vividas, como àquelas que ainda se almeja ter.

É nessa linha tênue do conceito de “lugar” que também se estabelece o de sua oposição, o “não-lugar”. Este último, segundo Augé (1994, p. 73), seria um conceito recente, que indica os espaços desvinculados de suas condições identitárias, relacionais e históricas. Trata-se de onde não se valorizam as memórias e seus elementos não se estabelecem em um patamar circunscrito e específico. Dado que a segunda residência varia entre a fixação do espaço para moradia pelo apego aos valores mais importantes e a transitoriedade dos movimentos de população em massa, é então configurada a natureza conflituosa entre sua definição como lugar ou não-lugar. Entretanto, cabe a ênfase sobre a relatividade desse conceito, sendo que aqui é colocado em sua devida posição enquanto um ponto de vista, o do observador. Conforme o referido autor,

Essa ideia pode ser parcial ou mitificada. Ela varia com o lugar e o ponto de vista que cada um ocupa. Não importa: ele propõe e impõe uma série de marcas que, sem dúvida, não são aquelas da harmonia selvagem ou do paraíso perdido, mas cuja ausência, quando desaparecem, não se preenche com facilidade. (AUGÉ, 1994, p. 54).

Esses conceitos são aqui trazidos principalmente pela necessidade de se enfatizar o mecanismo de recuperação da memória das percepções para se alcançar o nível de flexibilidade que a relação com o lugar exige. Pressupõe-se que esta discussão constitui-se em uma ferramenta para tomada de consciência coletiva a respeito do ambiente que se apresenta tão sensível e frágil.

2.5 TERRITÓRIO

A percepção sobre a questão domiciliar também incide na análise dos sentimentos de pertencimento e de posse do solo. Esses dois elementos, são em grande parte, determinações daqueles que tanto consideram o lugar como seu espaço de realização de desejos, de sonhos e de seu estabelecimento de propriedade privada, quanto compreendem que é onde se encontram

os elementos favoráveis à sua construção como sujeitos. Assim, é nesse lugar apropriado e usado, onde o indivíduo demarca suas posses, que se forma a relação de delimitação territorial.

Com grande importância dentro de análises de relações das sociedades, o conceito de território em sua abrangência, antes do pensamento que se autodeclara como pós-moderno, era voltado basicamente a definir o espaço que domina o poder entre os indivíduos da sociedade. Era controlado principalmente pela força dos Estados e definido pela dimensão de suas delimitações que, por consequência, enfatizavam mais as relações e divisões político-administrativas do que outros aspectos.

A esse respeito, Santos (1998) sumariza:

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares – de Colbert a Golberry – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. (SANTOS, 1998, p. 15).

Com maiores complexidade e abrangência do conceito de território dentro e fora dos espaços das ciências sociais no pensamento atual, estabelece-se um paradigma que envolve as relações mercadológicas e a sociedade civil, ultrapassando o restrito limite imposto pelas divisões políticas. Santos (1998), inicialmente, define o Mercado com significado equivalente a Mundo, suas forças comerciais em vigor hoje, que permeiam as relações sociais, voltadas ao controle, à normatização e à racionalidade. É também denominado como “Estado Territorial” (SANTOS, 1998). Por outro lado, contrapõe-se a Sociedade Civil, que seria o conjunto dos indivíduos que se relacionam conforme seus interesses e sua maneira de organizar-se em coletividade. É a Sociedade Civil que se mobiliza em torno do resgate contínuo de seu sentimento de pertencimento ao lugar, e que exigiria do Mercado uma ação menos agressora e mais digna. No entanto, nem sempre a articulação entre o Mercado e a Sociedade Civil é harmônica. Santos (1998) assim descreve essa teia conceitual:

A arena da oposição entre o Mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas. Por enquanto o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). (SANTOS, 1998, p. 15).

Esse conceito de território, conforme exposto, não exclui as possibilidades de interconexão entre o particular e o geral (Mercado e Sociedade Civil). Na verdade, os dois segmentos dessa dicotomia complementam-se. E obviamente, trata-se, nesta relação aqui definida, de uma análise que define a apropriação do espaço com tendência ao conflito. Isso porque, no caso de não se observar o problema da radicalização conceitual e também no caso

de se instaurar um comportamento extremista (individual ou coletivo), certamente as consequências negativas serão profundamente impactantes.

No caso dos territórios instaurados no Guaibim, pode-se observar que o formato do espaço e as configurações estruturais se definem primeiramente pela obediência ao Mercado, através da atenção às disputas pelo controle (como o uso do solo na construção de residências), à normatização (como a apropriação dos espaços ao longo da primeira linha da praia) e à imposição da racionalidade (como a propagação dos discursos e ideologias de que o distrito é um paraíso natural pronto a ser explorado pela habitação de primeira ou segunda residência, além das visitas promovidas pelo turismo). Em segunda instância, as definições atendem aos parâmetros da Sociedade Civil, que luta para manter suas características enquanto povo, comunidade e detentora de direitos.

Nesse sentido, instaura-se a problematização sobre onde se reuniriam as maiores forças – ou as forças mais legítimas – de representação do poder: se os moradores locais (que são em maior quantidade, além de ali estarem por mais tempo) ou os de segunda residência (que investem grande quantidade de recursos financeiros e tanto representam a busca pelo desfrute da paisagem praiana). Retomando-se o termo de Santos (1998), instaura-se a arena de disputa pelo lugar.

Em ambos os casos, os territórios são definidos pelo “espaço usado” ou pelo esforço para se usar os espaços. Fischer (1980) reconhece o espaço usado como o “material que se consome” e o espaço percebido como o “material que se compra”. A partir dessa premissa, o Guaibim, ao ser definido como um território onde a profusão de sua imagem e o aproveitamento do seu solo são definidos pelo Mercado e pelo esforço da Sociedade Civil em atendê-lo, a “compra” do direito ao desfrute do espaço é preponderante. Essas “forças” (poder de compra e a natureza do consumo em si) são visivelmente delimitadas pela formação e conjuntos tanto de residências com vocação específica (primeira ou segunda residência, sendo a última em maior quantidade) quanto de acomodações voltadas à atividade do turismo (hotéis e pousadas). Evidentemente, outros conjuntos de construções também agregam forças mercadológicas, como os próprios estabelecimentos comerciais, cujo número é reduzido, mas também é bastante significativo.

2.6 A COMPREENSÃO SISTÊMICA

A partir de uma perspectiva totalizadora dos espaços e de suas inter-relações nas reflexões sobre os impactos trazidos para o lugar, este trabalho traz as abrangências dos

sistemas das ações humanas. Assim, o diagnóstico inicial sobre a segunda residência procurou evitar a análise unicamente por um de seus aspectos como a condição urbana, o lazer, as atividades econômicas ou as inúmeras outras possibilidades de áreas do conhecimento humano. Todas, em conjunto e na proporção do objetivo a que pretendem corresponder, são pressupostas como fundamentais. A esse respeito, cabe a elucubração de Capra (1982) ao afirmar que

vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece. (CAPRA, 1982, p. 8).

A contribuição que parte desse entendimento é justamente o fim em si mesma. Ou seja, a própria compreensão sistêmica fornece subsídios que envolvem “mudanças radicais na percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário”, pois “vai além de um ambientalismo superficial que se preocupa com o controle e a administração mais eficientes do meio ambiente natural” (CAPRA, 1982, p. 390). Nesse sentido, cabe ressaltar que mudanças apontam para tomadas de consciência individuais e coletivas.

Tal atitude, a partir desses pressupostos, não pode ser confundida com “intuição”, pois é pautada na sistematização do conhecimento, dos mecanismos de percepção trazidos à tona, e de um planejamento posto em prática o mais eficazmente possível. É focando nesse viés que Stokols (1978) esquematiza o paradigma com as quatro fases da tomada de consciência “ativa e reativa”, “cognoscitiva e comportamental”:

Quadro 2 – Esquema transparadigmático de Stokols

	MODO COGNOSCITIVO	MODO COMPORTAMENTAL
Fase ativa	INTERPRETAR Percepção ambiental. Personalização do meio.	OPERAR Comportamento espacial, distâncias interpessoais.
Fase reativa	EVOLUIR Valorações ambientais com base em atitudes.	REACIONAR Reações neuropsicológicas entre situações ambientais dificilmente controladas.

Fonte: Zimmerman (2010).

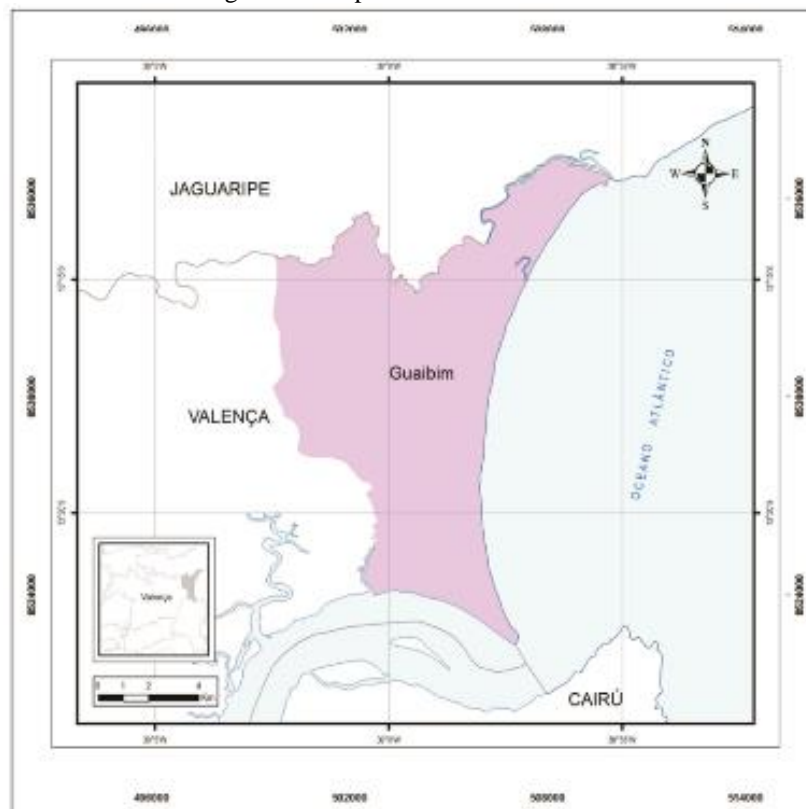
Ressalta-se que o paradigma se inicia com a fase ativa da interpretação, delimitada pela percepção ambiental e inserção dos elementos próprios que constituem o sujeito como tal. Por esse motivo é que se indicam estudos dessa natureza como fundamentais para atingir a “reação”. Esta última, apresentada como “dificilmente controlada”, caso seja positiva, pode acarretar melhorias, o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável.

Conforme se pode notar, essas fases de planejamento não contam com a intuição para desenvolver suas ações em forma de (re)ação. Muito pelo contrário, são apresentados passos de muito esforço para que se consiga o avanço até a última condição, que é a de reativo frente aos desafios que se mostram como “difíceis de ser controlados”. O desafio é justamente o de compreender o espaço em todas as suas particularidades, e evitar devolver a análise de um produto igualmente fragmentado. A visão sistêmica compreende essa mesma visão totalizadora dos problemas e das soluções para os conflitos.

Nas próximas seções deste estudo, serão apresentados os aprofundamentos devidos que visam ao diagnóstico, à reflexão, ao diálogo e à oferta de condições de transformação. Todos esses elementos inter-relacionados por uma premissa de análise espacial baseada em uma “inerente relação mútua de complementaridade” (ARAÚJO, 2013).

2.7 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Figura 1 – Mapa do distrito do Guaibim



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Nota: Dados obtidos em IBGE (2017a, 2017b).

O distrito de Guaibim, mostrado na Figura 1 acima, pertence ao município de Valença, no Estado da Bahia, a 17 km do distrito-sede. O percurso a partir de Salvador até o local, atravessando-se a Baía de Todos os Santos pelo sistema *ferryboat*, as rodovias BA-001 e a BA-887, é de 126 km.⁷ Conforme será discutido nas seções a seguir, o local é comumente lembrado por suas praias, as quais se distribuem em uma faixa de aproximadamente 30 km ao longo de sua poligonal. Possui uma população de 2.363 habitantes, representando apenas 2,67% do total do município. Em estudo após o Censo 2010 em IBGE (2017a), a projeção de crescimento populacional no período entre 2010 e 2016 foi de aproximadamente 10%.

Há ainda pouca literatura acerca da história do Guaibim e suas origens, sendo o material coletado advindo, principalmente, do relato dos moradores, das parcas convenções históricas registradas, trabalhos acadêmicos e de alguns documentos levantados nas instâncias governamentais. De acordo com Oliveira (2008),

Segundo relatos orais dos moradores, a área, onde hoje se situa a vila, era originalmente habitada por índios Aimorés, que denominaram a praia de Guaibim, que significaria “mulher danada”, possivelmente por causa do mar bravo característico. Na época colonial, a porção sul da APA [estadual] era local de desembarque de gado provindo de Portugal que ali permanecia de quarentena, o que lhe confere certa importância histórica. Devido à isso, essa localidade ficou conhecida como Ponta do Curral. Então, deu-se o início a ocupação das terras por pequenos proprietários. (OLIVEIRA, 2008, p. 63).

Esta seção volta-se para os principais aspectos do Guaibim tanto naturais quanto urbanos, assim como para as inter-relações humanas, situando a discussão nos diversos âmbitos espaciais. Apresenta-se a questão da distribuição domiciliar no distrito, introduzindo a problemática com dados estatísticos georreferenciados, de forma a destacar a segunda residência tal qual se apresenta na atualidade e como esta impacta na dinâmica local.

2.7.1 A distribuição domiciliar no Guaibim e o fenômeno da segunda residência

Em sequência na análise da caracterização da área de estudo, serão tecidas considerações ainda de ordem diagnóstica, sob a forma de um levantamento de dados que conduzirão, de forma indutiva, à compreensão do fenômeno ocupacional urbano com maior incidência no Guaibim, que é a segunda residência.

⁷ Dados obtidos pelo Google Maps em 03 de maio 2018.

Acrescem-se às questões até aqui apresentadas na caracterização do lugar algumas considerações ainda de ordem diagnóstica, sob a forma de um levantamento de dados que conduzam, de forma indutiva, à compreensão do fenômeno ocupacional urbano com maior incidência no Guaibim, que é o da segunda residência.

Tabela 1 – Sistematização dos principais dados sobre o distrito do Guaibim, 2017

DADO	RESULTADO
Área	1.191,1 km ²
População	2.363 habitantes
Densidade demográfica	22,37 hab/km ²
Total de domicílios	1.939
Domicílios permanentes (primeira residência)⁸	809
Domicílios não ocupados de uso ocasional (segunda residência)	928

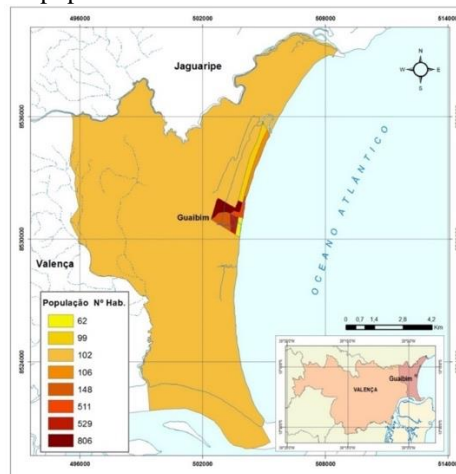
Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) a partir dos dados do Censo 2010, com a ferramenta “Sinopse por setores” e de IBGE (2017a).

O Guaibim, até a publicação deste trabalho, não possuía ainda grande densidade demográfica quando analisada sua área total (Figura 2). O número⁹ de 22,37 hab/km², que é quase quatro vezes menor do que o de todo o município, não representa, no entanto, o padrão urbano local. É necessário levar em consideração que o distrito se encontra em um ambiente cuja maior parte é destinada à proteção e conservação naturais, além do fato das construções domiciliares tenderem à proximidade da paisagem praiana para suas instalações. Dessa forma, o movimento de ocupação humana – historicamente com início estabelecido em maior parte por pescadores e maricultores, depois por habitantes em busca do desfrute da paisagem litorânea e daqueles que almejavam exercer atividades econômicas a partir da atividade turística, e mais recentemente daqueles que construíram segundas residências – concentrou-se em altas densidades demográficas principalmente nas adjacências praianas, se considerados os valores absolutos de cada setor censitário.

⁸ Incluem-se os domicílios “ocupados” e “coletivos”. Excluem-se os domicílios “vagos”.

⁹ Encontrado na ferramenta de geoprocessamento on-line do Censo 2010 em IBGE (2010b), chamada “Sinopse por setores”.

Figura 2 – Densidade populacional nos setores censitários no distrito do Guaibim



Fonte: IBGE (2017a) e Google Maps (2017).

Nota: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Em uma tentativa de explicar o fenômeno em dados pressupostos e visualmente distribuídos, observa-se que o setor censitário de maior dimensão¹⁰, com área aproximada de 108 km² (mais de 95% da totalidade do Distrito)¹¹, também localizada em ambientes praianos e fluviais, é pouco povoada, distribuindo 102 habitantes em 48 domicílios. No entanto, a área que engloba 7 dos 8 setores censitários, com aproximadamente 5 km², tem um número de 2.261 habitantes e 1.891 domicílios¹². Dessa forma, chega-se à conclusão de que a área mais ocupada do distrito do Guaibim, conforme a distribuição acima exposta, possui uma densidade demográfica de aproximadamente 378 hab/km². A ferramenta *on-line* do IBGE “Grade Estatística”¹³ calcula a densidade demográfica em áreas específicas e elabora uma construção espacial gráfica, na qual se podem visualizar mais acuradamente as proporções aqui discutidas.

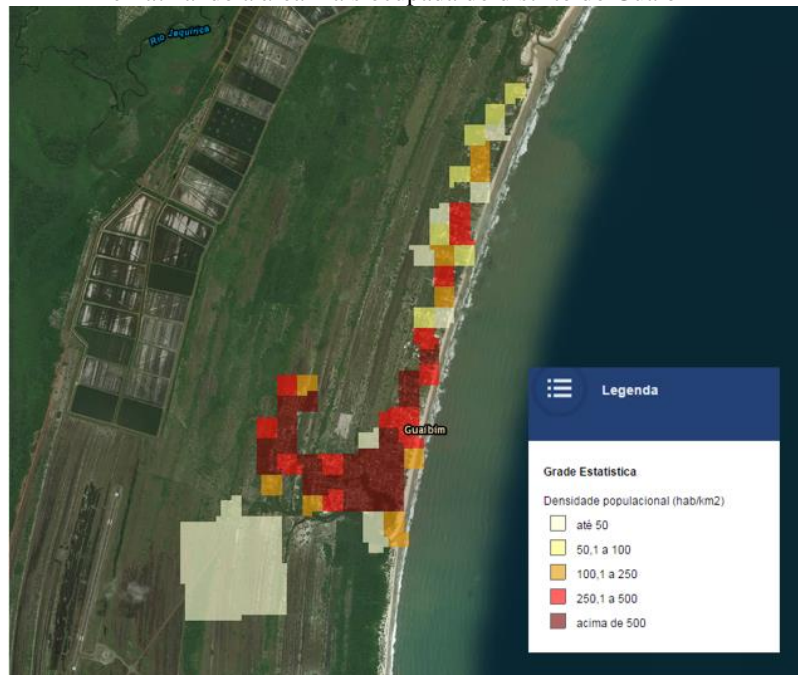
¹⁰ Setor censitário do IBGE com código 293290308000007.

¹¹ Dado obtido a partir da ferramenta “Régua” do *software* Google Earth (versão 7.1.8.3036), inserindo os pontos de cálculo nas extremidades da área pesquisada, para se medirem as distâncias, e aplicando a fórmula de matemática de área. Esse cálculo é aproximado, e é conveniente apenas para a discussão especificamente neste trecho do texto. Para estudos mais densos ou para aplicação de outras perspectivas, recomendam-se bases de dados e ferramentas mais precisas.

¹² Faz-se a mesma ressalva indicada na nota de referência anterior.

¹³ Esta ferramenta é apresentada no Website do Censo 2010. Disponível em: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>.

Figura 3 – Recorte da imagem gerada pelo IBGE, enfatizando a área mais ocupada do distrito do Guaibim



Fonte: IBGE (2017a).

Nota: Elaborado pelo autor desta dissertação com a ferramenta *on-line* de geoprocessamento “Grade Estatística”.

Conforme se pode ler na Figura 3, a média de 378 hab/km² também varia nessa área em destaque, podendo atingir um número superior a 500 hab/km² (indicado na cor marrom).

Uma vez compreendido esse padrão de ocupação, parte-se para uma análise mais delimitada a respeito da questão da segunda residência e de sua preponderância na construção do lugar. Esses temas são apresentados como os elementos da discussão na pesquisa de campo.

2.7.2 Indicadores da segunda residência no distrito do Guaibim

Destaca-se que este trabalho concebe a segunda residência como sinônimo de “domicílio de uso ocasional”, conforme IBGE (2017a) no glossário do Censo 2010¹⁴, especialmente nos resultados estatísticos.

A motivação principal com enfoque na segunda residência reside no fato de que a área urbana do Guaibim é composta em maior parte por domicílios dessa natureza. Conforme se pode ler na Tabela 2, há uma alta incidência de domicílios de uso ocasional, o que ergue tanto o questionamento sobre a segunda residência no local, a partir de indicadores que o apontem como referência, quanto às discussões que podem, com base neles, surgir.

¹⁴ De acordo com a nota de rodapé número 1.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Litoral Sul 2004 (SCT; SUINVEST; BAHIATURSA, 2004) aponta o Município de Valença como um de seus maiores representantes. O documento afirma:

Em Valença (Guaibim), Ilhéus e Maráú é marcante o número de casas de veraneio (residências secundárias), principalmente de propriedade de mineiros, brasilienses e goianos. Essas residências são utilizadas quase que exclusivamente por grupos (famílias e amigos) durante os meses de férias escolares. (SCT; SUINVEST; BAHIATURSA, 2004, p. 361).

Entretanto, BahiaturSA (2004, p. 155), demonstra que sua metodologia de análise considera a quantidade total de domicílios em relação percentual à de domicílios de uso ocasional. Isso traz, de fato, um panorama municipal dos membros do Litoral Sul da Bahia. No entanto, não indica com precisão as áreas urbanas onde há maior incidência de segunda residência, já que o cálculo apresentado utiliza o fator área total do município e não zona mais densamente povoada em cada um.

Em uma tentativa de delimitar mais especificamente a situação do distrito do Guaibim quanto ao fenômeno da segunda residência, levando-se em consideração sua relação com as estruturas externas à sua poligonal (conforme discutido na categoria de análise espacial “estrutura”), elaborou-se um quadro com a quantidade de domicílios permanentes e de uso ocasional nos distritos do Litoral Sul da Bahia, acrescentando-se ainda uma estatística percentual entre os dois tipos de domicílios. Para tanto, foi utilizada a planilha 1310¹⁵ do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2017c), filtrada pela lista dos municípios mencionados em Brasil (2017) e Bahia (2004). Esse quadro pode ser consultado no Apêndice A deste trabalho. Reduzindo-se as áreas de análise para o nível distrital, podem-se observar particularidades que tornam o Guaibim uma referência em suas adjacências no que tange à segunda residência. Foi a partir dos dados constantes no quadro do Apêndice A que se construíram os *rankings* a seguir.

Primeiramente, observou-se o número absoluto de domicílios de uso ocasional em cada distrito do Litoral Sul da Bahia. A partir dessa abrangência, o Guaibim ocupou a 6ª posição, à frente, por exemplo, de Maráú, um dos 65 destinos indutores nacionais do desenvolvimento turístico regional (BARBOSA, 2008).

¹⁵ Planilha 1310: domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio – sinopse (IBGE, 2017c).

Tabela 2 – *Ranking* dos distritos do Litoral Sul da Bahia em relação ao número de domicílios de uso ocasional

MUNICÍPIO	POSIÇÃO	DISTRITO	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL
	1º	Aritaguá	2365
Ilhéus	2º	Ilhéus – distrito sede	2101
	3º	Olivença	1684
	4º	Canavieiras	1082
	5º	Valença – distrito sede	1033
Valença	6º	Guaibim	928
	7º	Maraú – distrito sede	778
Maraú	8º	Ituberá	738
Ituberá	9º	Camamu – distrito sede	662
Camamu	10º	Santa Luzia – Distrito sede	528
Santa Luzia			

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) a partir dos dados em IBGE (2017c).

No entanto, a lista apresentada na Tabela 2, embora sinalize onde os municípios do Litoral Sul mais dedicam espaço à construção de moradias de segunda residência, ainda pode ser acrescida de outros indicadores. Um deles seria o fato de o número absoluto de domicílios de uso ocasional não representar, necessariamente, uma maior vocação de cada distrito para o fenômeno da segunda residência, dado que essa quantidade, quando comparada com a dos domicílios permanentes, é bastante irrelevante, como é o caso do distrito-sede do município de Valença.

Tabela 3 – Relação de proporção percentual entre os domicílios permanentes e de uso ocasional comparando os Distritos de Valença-sede e Guaibim

DISTRITO	DOMICÍLIOS PERMANENTES	DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL	PROPORÇÃO ENTRE DOMICÍLIOS PERMANENTES E DE USO OCASIONAL
Guaibim	1.939	928	47,86%
Valença – sede	24.525	1.033	4,22%

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) a partir dos dados em IBGE (2017c).

A partir da análise da Tabela 3, pode-se inferir que, mesmo que o distrito-sede do município de Valença tenha um dos números mais elevados de domicílios de uso ocasional, ocupando o 5º lugar na lista do Litoral Sul na Tabela 2, não é, necessariamente, uma área com vocação para a segunda residência, dado que a proporção entre esse tipo de moradia e a de domicílios permanentes é de apenas 4,22%.

Dessa forma, elaborou-se outro *ranking* na Tabela 4 que, desta vez, considerou não somente o número absoluto de domicílios de uso ocasional no Litoral Sul da Bahia, mas também

a proporção dessas moradias com as designadas como “permanentes”, com o fim de avaliar os distritos com maior vocação para o fenômeno da segunda residência, sendo que Guaibim ocupou o primeiro lugar.

Tabela 4 – Lista dos distritos do Litoral Sul da Bahia com maior relação proporcional entre os domicílios de uso ocasional e os permanentes

POSIÇÃO	DISTRITO	DOMICÍLIOS PERMANENTES	DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL	PROPORÇÃO ENTRE DOMICÍLIOS PERMANENTES E DE USO OCASIONAL
1º	Guaibim	1939	928	47,86%
2º	Aritaguá	5485	2365	43,12%
3º	Oliveira	4595	1684	36,65%
4º	Serra Grande	1698	513	30,21%

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) a partir dos dados em IBGE (2017c)

Assim sendo, caracterizar o distrito do Guaibim implica em dedicar um espaço expressivo para análise da segunda residência, buscando compreender o impacto dessas construções domiciliares na dinâmica de todos os sistemas ali envolvidos. Pressupõe-se que, nessa área urbana, já diagnosticada nas subseções anteriores como um território em conflito, colidem as forças de poder e individualidade, na qual três grupos principais de ocupação humana convivem: os moradores locais, os moradores de segunda residência e os turistas.

Dadas as devidas proporções, ressalvados os respectivos impactos e tidos em conta os principais dados já expostos, a segunda residência no Guaibim incide em uma questão essencial, discutida na subseção 1.1, que trata sobre a definição de qual força de construção do lugar é mais expressiva: se a fixação (pressupondo-se uma participação mais frequente na construção de uma história no lugar e seu estabelecimento no espaço para desenvolver suas atividades habituais) ou a transitoriedade (envolvendo mais comumente as pessoas não tão frequentes, as quais se relacionam com o lugar no sentido de usufruírem do ambiente em espaço mais curto de tempo, como os “visitantes”).

Diante dessa questão sobre a segunda residência voltada às relações humanas que tanto partem do reconhecimento individual quanto da construção da coletividade, concebe-se que os dados resultantes induzem a constatações bastante concretas a respeito de grande impacto que o fenômeno da segunda residência exerce no Guaibim.

3 ANÁLISE ESPACIAL DO GUAIBIM SEGUNDO AS CATEGORIAS ESTRUTURA, FORMA, FUNÇÃO E PROCESSO

O fenômeno da segunda residência, dada sua abrangência, tramita entre os temas amplos e específicos, não se distanciando de suas inter-relações. Arrais (2013), após tratar de determinados subtemas oriundos da segunda residência, demonstra que esse fenômeno faz parte da “interpretação da dinâmica demográfica” (p. 9) e que sua compreensão requer a discussão dos “fatores correlacionados” (p. 45).

Nesse movimento conceitual de definições dinâmicas, procurou-se analisar o Guaibim e os elementos que determinam a expressividade da segunda residência. Para tal fim, esta seção organiza-se em torno das categorias de análise espacial na obra de Milton Santos, a saber: estrutura, processo, função e forma. De acordo com o autor, somente as definições absolutas de cada categoria, seguidas das ponderações sobre as inter-relações naturais e humanas, poderiam proporcionar um estudo mais completo do espaço. O referido autor afirma:

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. (SANTOS, 1997, p. 49).

Cabe ressaltar que essas categorias de análise se iniciam de maneira individual, constituindo os elementos formadores do espaço, e em seguida apontam para o construído como um todo. Esse método, segundo Milton Santos (1997), é fundamental para uma tessitura das bases “teórica e metodológica” do local.

As inter-relações entre todos esses fatores não raro tomam extremamente difícil separar as suas influências sobre um espaço definido; no entanto, mesmo que as partes constituintes não expressem adequadamente o todo, é imprescindível dissecá-las, porque as generalizações precisam ser feitas com uma especificidade que possibilite sua aplicação geral.

Os conceitos de forma, função e estrutura podem ser usados como categorias primárias na compreensão da atual organização espacial. Vistos em combinação, eles abrandam os efeitos da teorização de um único fator, que não leva em conta as características verdadeiras, inseparáveis e interagentes do desenvolvimento espacial. É impossível analisar uma região ou área limitando-se a um desses conceitos - por exemplo, a estrutura ou a função sem consideração pelos demais fatores. [...] Ao avaliar as contribuições de um conjunto de fatores, não se pode ignorar a ação e reação de uns sobre os outros.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e

metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1997, p. 51-52).

Essa abordagem permite conceber que se trata, de fato, de perspectivas de discussões diferentes, voltadas para o mesmo objeto, mas que, em sua totalidade, convergem os olhares para o mesmo direcionamento, na busca de possibilidades do desenvolvimento disposto nos elementos perceptivos de mundo nos discursos vigentes. A proposta a ser feita a partir dessas análises é a de um planejamento que reconheça as fragilidades do lugar e paute-se em movimentos que, como propõe Santos (1997), alternem entre a segmentação de perspectivas (como as categorias de análise espacial) e a visão totalizadora do que se considera como real.

Partindo-se desse pressuposto, esta seção utiliza-se do levantamento de documentos, do percurso das legislações, registros imagéticos e de estudos acadêmicos já publicados sobre o lugar.

3.1 A ESTRUTURA

Partindo-se de um contexto mais abrangente, traz-se a categoria de análise “estrutura”. Segundo Santos (1997, p. 50), “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Dessa forma, busca-se situar o distrito do Guaibim em suas relações de delimitação mais recorrentes.

No âmbito internacional, o Guaibim possui alguma projeção por sua inserção na atividade turística. Ainda são números pequenos, mas que, de certa forma, devem ser considerados. Segundo um estudo realizado por Andrade (2001, p. 127), constatou-se que “no plano internacional, as interações socioespaciais mais significativas têm ocorrido com Argentina, França, Alemanha e Itália, ainda que em menor intensidade em relação à esfera nacional”¹⁶. E de acordo com o PDITS do Litoral Sul da Bahia, publicado pelo Governo do Estado em 2004¹⁷, os turistas estrangeiros, além dos mencionados em Andrade (2001), também são originados de Portugal e Estados Unidos¹⁸.

¹⁶ Neste estudo, não foram apresentadas as relações quantitativas da amostra das nacionalidades dos turistas que visitam Valença. Provavelmente, suas constatações têm origem nos dados coletados de contatos com a população local e com os turistas abordados durante a pesquisa de campo.

¹⁷ Esta versão de 2004 está mantida, até a presente data, como última publicada no website da Secretaria de Turismo (SETUR) do Governo do Estado da Bahia.

¹⁸ Ressalta-se que esses países emissores de turistas são citados neste PDITS como abrangentes a todo o Litoral Sul da Bahia. Não houve discussão sobre as proporções de cada nacionalidade.

Sobre a inserção nacional, o distrito de Guaibim localiza-se na região do Nordeste brasileiro, no Estado da Bahia. Ainda por sua privilegiada posição na costa marítima, também se destaca neste âmbito devido à participação na atividade turística. Dentre os maiores investimentos nordestinos advindos de parcerias interinstitucionais, pode-se mencionar o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), que contou com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco do Nordeste (BNB) e com a participação dos governos estaduais. Segundo o Banco do Nordeste,

Com enfoque de planejamento estratégico da atividade turística, o Banco trabalhou o setor com visão empresarial, ao mesmo tempo calcado nos princípios do Desenvolvimento Sustentável, investindo em capacitação profissional e empresarial e financiando infraestrutura pública (por meio do PRODETUR/NE) e empreendimentos do setor privado (Programa de apoio ao Turismo Regional – FNE-PROATUR, Programa de financiamento às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Empreendedor Individual – FNE-MPE, Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente - FNE Verde e outros). Com isso buscou-se promover o desenvolvimento sustentável do turismo na região, melhorando a qualidade de vida das comunidades locais e ao mesmo tempo criando um ambiente favorável a novos investimentos geradores de emprego e renda. (BNB, 2017¹⁹).

O projeto, no estado da Bahia, através da atuação em 16 polos, procurou investir recursos financeiros de maneira a atender os estudos particulares indicados nos PDITS e nos Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural (PMGT) (SEPLAN, 2011), O Guaibim foi mencionado como destino de grande relevância em ambos os documentos (PDITS Litoral Sul e PMGT Valença). Dentre as indicações de melhorias das áreas turísticas, listam-se:

Quadro 3 – Lista de melhorias no Guaibim
em estudo governamental com fundos da primeira fase do Prodetur/NE

- Construção de quebra-mar em Guaibim com píer para embarque e desembarque;
- Construção de Terminal Rodoviário de Guaibim, com estacionamento para ônibus de turismo;
- Implantação do centro de recuperação de afogados no Guaibim;
- Melhoria da iluminação do Guaibim e do atracadouro;
- Equipamentos para prática de esportes de praia na Orla do Guaibim (quadras poliesportivas);
- Urbanização da Orla de Guaibim (projeto de padronização de Barracas de Praia);
- Estudo das correntes marítimas e seus impactos em Guaibim;
- Implantação da APA do Guaibim;
- Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim;
- Criação do Centro Gastronômico do Guaibim;

Fonte: Bahia (2004).

Nota: Levantamento elaborado pelo autor desta dissertação a partir do PDITS Litoral Sul da Bahia.

¹⁹ Embora a referência a este texto indique 2017, pode-se notar que o website do qual foi extraído não sofreu atualização há algum tempo.

Em instância estadual, o Guaibim insere-se no Território de Identidade do Baixo Sul Baiano (mapa nos Anexos B e C). Sobre os critérios dessa divisão temática do Estado, a Secretaria de Planejamento (Seplan) posiciona-se a respeito, informando que tais territórios foram

constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (SEPLAN, 2010).

Dentre as políticas estaduais que fomentam as políticas territoriais, mencionam-se, em Seplan (2010), os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), sendo que o Plano que contempla um estudo sobre a região do Baixo Sul foi um dos precursores: “o Território do Baixo Sul ficou entre os seis primeiros territórios homologados no Estado da Bahia, com o encaminhamento de projetos específicos.” (SEPLAN, 2010).

Merece destaque o fato de que foi registrado no PTDS Baixo Sul de 2010 o conflito inicial de pertencimento ao território e identidade inicialmente propostos pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)²⁰ através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Certamente esta questão insurge, uma vez que as relações territoriais, segundo a abordagem deste estudo, são tecidas a partir das percepções de pertencimento ao lugar, e não tidas como meramente classificativas. O texto do PTDS, a respeito dessa questão, historiciza:

Inicialmente a SDT/MDA apresentou na sua proposta um mapa onde constava a divisão dos Territórios incluindo o Baixo Sul no Território Litoral Sul. Sendo questionado pelos representantes do Baixo Sul, fundamentando-se nas significativas diferenças históricas, culturais, sociais, econômicas, geoambientais e do modelo agrícola com a região Sul. Diante desse contexto após a realização da I oficina no município de Itabuna, em setembro de 2003, ficou decidido que o território Baixo Sul se desvincularia do Sul reordenando-se à proposta da SDT. Contudo os recursos seriam distribuídos entre os dois territórios, ficando o Baixo Sul classificado ainda como sub-território para aquele ano. No ano de 2004, ocorreu a primeira oficina do Território Baixo Sul no município de Valença, já como território homologado, com a seguinte composição de municípios: Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha, Cairu, Camamu, Valença, Ituberá, Igrapiúna, Wenceslau Guimarães, Gandu, Piraí do Norte, Jaguaripe, Aratuípe e Maraú, totalizando quinze municípios. (PTDS BAIXO SUL, 2010).

O PTDS Baixo Sul de 2010 é um documento abrangente, com uma memória bastante significativa e relevante na discussão de território e territorialidade em seus municípios de abrangência. O município de Valença é trazido em todos os eixos de discussões que fazem parte deste estudo. E em uma busca específica nas menções sobre o Guaibim, encontraram-se as recorrências vocabulares que destacam a importância da localidade por ser parte do construto

²⁰ Atualmente, este órgão é apresentado como Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead).

histórico de colonização costeira do litoral, assim como também pelo fato de conter Unidades de Conservação (UCs) definidas como Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

No cenário estadual, há que se considerar também outra temática, que é o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) Bahia, o qual

visa orientar o planejamento, a gestão e as decisões do poder público, do setor privado e da sociedade em geral, considerando as potencialidades e limitações ambientais e socioeconômicas, tendo por objetivo maior o desenvolvimento sustentável. (BAHIA, 2017).

O distrito do Guaibim posiciona-se na Zona 36, denominada “Planícies Fluviomarinhas” (mapa no Anexo D, que sobrepõe a área da Bahia entre as ZEE e os Territórios de Identidade)²¹. Há vários aspectos de suma importância nos contextos de caracterização da área, que podem ser levantados a partir do estudo de implementação dessa política pública. Dentre eles, cabe o destaque para dois, sendo que um aponta para a questão ambiental e o outro para a social.

No primeiro, o tema é “tipologias de vulnerabilidade social no Litoral Sul”, que descreve todo o município de Valença (e, por extensão, o distrito do Guaibim) com uma “condição econômica boa, mas, com desempenhos ruins em qualidade de vida e condição de vida” (mapa no Anexo E).

Um segundo estudo apresentado pela ZEE Bahia, também se referindo ao Litoral Sul, traz o tema “vulnerabilidade natural x disponibilidade natural”, que sobrepõe graficamente as potencialidades em contraponto com os conflitos do espaço natural (mapa no Anexo F). Nesse sentido, revela-se uma situação peculiar que envolve tanto o município de Valença como especificamente o Guaibim.

A maior parte do Litoral Sul da Bahia, incluindo Valença e seus distritos, possui vulnerabilidade “muito alta”, à exceção do distrito de Guaibim, cuja vulnerabilidade é “baixa”. Tal resultado aponta para a riqueza e a potencialidade dos recursos naturais e da sociedade, assim como para inúmeros conflitos bastante complexos. Esses elementos, que são fruto da apropriação do território e do reconhecimento do lugar, foram investigados segundo a temática no presente trabalho, e serão posteriormente apresentados nas constatações reveladas na pesquisa de campo na seção seguinte.

²¹ O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia é atualmente apresentado no website do ZEE-BA em versão preliminar.

Ainda na esfera estadual, o Guaibim está localizado na zona turística da Costa do Dendê. Além do município de Valença, também fazem parte Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (mapa no Anexo G). Esse zoneamento teve seus primórdios na década de 90, como proposta do Prodetur-BA, cuja função principal seria a descentralização da atividade do turismo no estado. Com relação a este zoneamento, Mattedi (1999) discorre:

O modelo PRODETUR de planejamento passa pela ordenação do espaço turístico. Partindo de uma divisão territorial abrangente, pela qual são definidas cinco grandes regiões turísticas no Estado da Bahia [Litoral Norte; Baía de Todos os Santos; Litoral Baixo Sul; Litoral Sul e Chapada Diamantina], num processo de aproximações sucessivas, caminha em direção a espaços menores, mais específicos – os complexos e circuitos turísticos. A qualidade dos atrativos, naturais e culturais, a proximidade de áreas naturais de baixa densidade demográfica, a presença anterior de algum tipo de infra-estrutura, urbana e/ou de transportes, dentre outros fatores, orientaram essa divisão territorial. As regiões turísticas são integradas pelas zonas turísticas, equivalentes a grandes espaços que englobam áreas rurais ou urbanas, cidades, distritos e povoadamentos, áreas protegidas, ecossistemas naturais, atrativos ecológicos ou culturais, mantendo entre si algum tipo de identidade. (MATTEDI, 1999, p. 8).

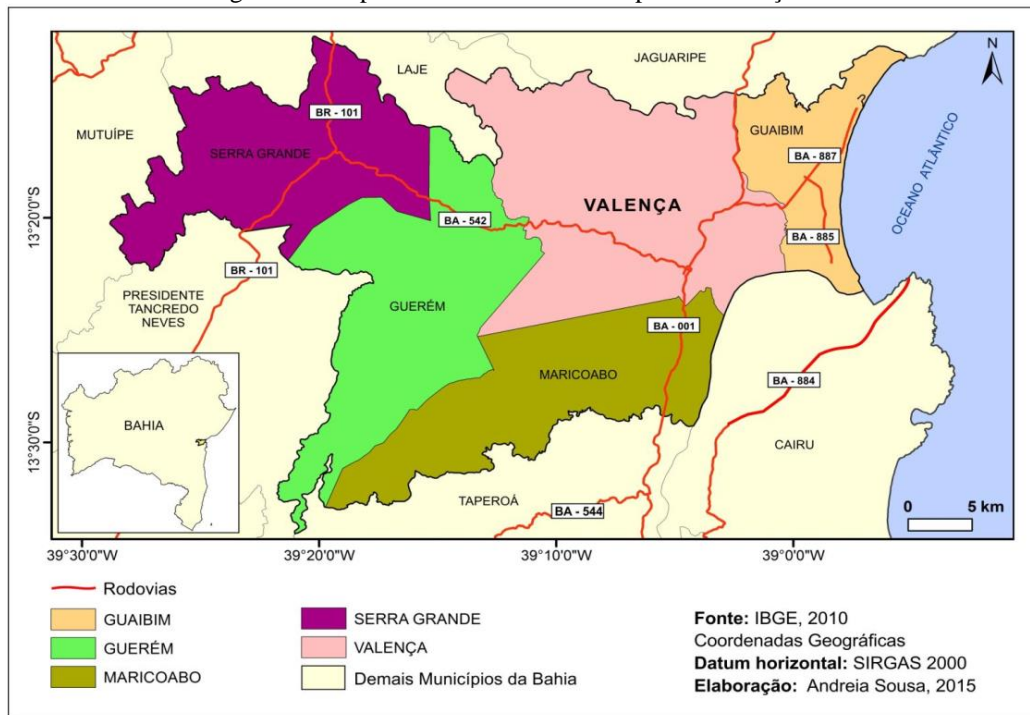
Conforme discutido anteriormente, a inserção do Guaibim no turismo é evidente e seu grau crescente com esta atividade é notório. No contexto baiano, a Costa do Dendê propicia ao Guaibim uma visibilidade que transcende os aspectos culturais, naturais, de entretenimento e muitos outros. Juntamente com o turismo, também são perceptíveis o crescimento urbano e as intervenções políticas para que a área suporte as novas estruturas, assim como receba um fluxo maior de visitantes.

O distrito também é bastante procurado para servir àqueles que procuram uma moradia temporária e sazonal, aqui denominada como “segunda residência”, sendo que esse fenômeno social é um dos mais evidentes na estrutura local. Assim sendo, esta exploração possui evidências que, de certa forma, denunciam um conflito. Se por um lado há maiores possibilidades às comunidades locais e adjacentes, mais oportunidades de atrair pessoas para usufruírem do espaço e da paisagem e de mais retorno às instâncias governamentais, também se pode inferir que se trata de uma área sensível, repleta de problemas sociais, estruturais e ambientais.

Uma última relação externa à área em análise é a instância municipal. Nesse sentido, cabe o esclarecimento de que, mesmo que o Guaibim esteja incorporado à estrutura municipal, buscar-se-á uma interpretação do distrito em relação às demais estruturas de Valença-BA e como elas interferem nas relações perceptivas.

O município de Valença é composto por 5 (cinco) distritos, dentre eles o de Guaibim, que é o único situado na costa marítima. Como pode ser lido na Figura 4, listam-se, além do Guaibim, os distritos de Valença, Guerém, Mariocoabo e Serra Grande. Segundo dados do IBGE (2017b), a extensão territorial de todo o município é de 1.124,657 km², população constatada, no Censo de 2010, de 88.673 habitantes, com estimativa de aumento em 2017 para 98.749. A densidade demográfica (relativa a 2010) é de 74,35 hab/km².

Figura 4 – Mapa dos distritos do município de Valença-BA



Fonte: Sousa (2015).

Em relação à distribuição da população de Valença, buscaram-se os números apresentados em IBGE (2017a), utilizando-se o cálculo somatório dos setores censitários de 2010²² em cada distrito. Com base nessa metodologia, pode-se chegar à situação demonstrada na Tabela 5:

Tabela 5 – Distribuição da população do Município de Valença por distritos – 2017

DISTRITO	POPULAÇÃO
Valença (Distrito-sede)	66.211
Guaibim	2.363
Guerém	5.840
Mariocoabo	5.775
Serra Grande	8.484

Fonte: IBGE (2017a).

Nota: Elaborada pelo autor desta dissertação (2017) a partir dos dados do Censo 2010.

²² A metodologia de pesquisa do IBGE no Censo de 2010 é baseada na divisão das áreas de pesquisa em “setores censitários”. Segundo o IBGE (2017a), “o setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País”.

Certamente, uma análise das relações entre os distritos do município de Valença seria um campo fértil para ponderações acadêmicas, políticas e de cunho social, dado o universo de informações profundas e complexas, prontas para serem tratadas com vistas ao desenvolvimento, ao crescimento e a melhorias em todas as esferas de abordagem, desde que implementadas de maneira sustentável e responsável. A Figura 5 apresenta uma imagem aérea com vista parcial da cidade de Valença-BA. O destaque concentra-se na divisão da área pelo Rio Una e nas interconexões através de 3 pontes.

Figura 5 – Imagem aérea de vista parcial da cidade de Valença-BA



Fonte: Rafael Freitas Reale (2016).

Atualmente, o município de Valença dispõe de uma força interna que tenta se estruturar a partir da diversidade e dos seus múltiplos ângulos de possibilidades de análise. Tomando-se como ponto de partida as inter-relações distritais, pode-se notar que se trata de componentes que ora compartilham das mesmas questões, ora se concebem em patamares completamente diferentes.

O Guaibim, distrito menos populoso, luta contra o crescimento que compromete a sensível estrutura ambiental da qual faz parte, ao passo que o distrito-sede de Valença busca soluções para o ordenamento de uma cidade intensa, densamente ocupada e com inúmeros desajustes urbanos, fatores estes não menos importantes do que o ecossistema igualmente sensível no qual está inserida, a exemplo dos manguezais e do leito do Rio Una. Distritos que possuem expressivas áreas rurais também se esforçam para superar os desafios da produção agrícola, mantendo os níveis de proteção ambiental sustentáveis.

Percebe-se que, portanto, a mesma projeção de Valença a níveis de elevação de seu desenvolvimento também trouxe consigo problemáticas que a impedem de atingir níveis maiores de condições sociais, físicas e ambientais. Segundo Cunha (2010), os problemas maiores do município são consequências de um distanciamento das intervenções urbanas que não levam em consideração os contextos em que estão inseridas.

A experiência valenciana evidencia, acima de tudo, que a não observação dos aspectos materiais e imateriais que constituem, juntos, o espaço citadino implica na elaboração de leis, planos e projetos que passam à margem das necessidades reais das pessoas. [...] Atualmente, estudos acerca da história e memória de lugares - sejam eles cidades, bairros ou edificações - são realizados, com raras exceções, em situações relacionadas à preservação arquitetônica e urbanística. E, em muitos casos, a ideia de preservar é vista ainda como empecilho ao progresso. Mas, será o novo sempre melhor que o existente? Temos, com nossos métodos cristalizados, avançado no sentido de produzir cidades qualitativamente melhores? Responder a estas questões talvez nos possibilite avançar. E talvez então estejamos aptos a gerir, de fato, as paisagens culturais conformadas por nossas cidades. (CUNHA, 2010, p. 16).

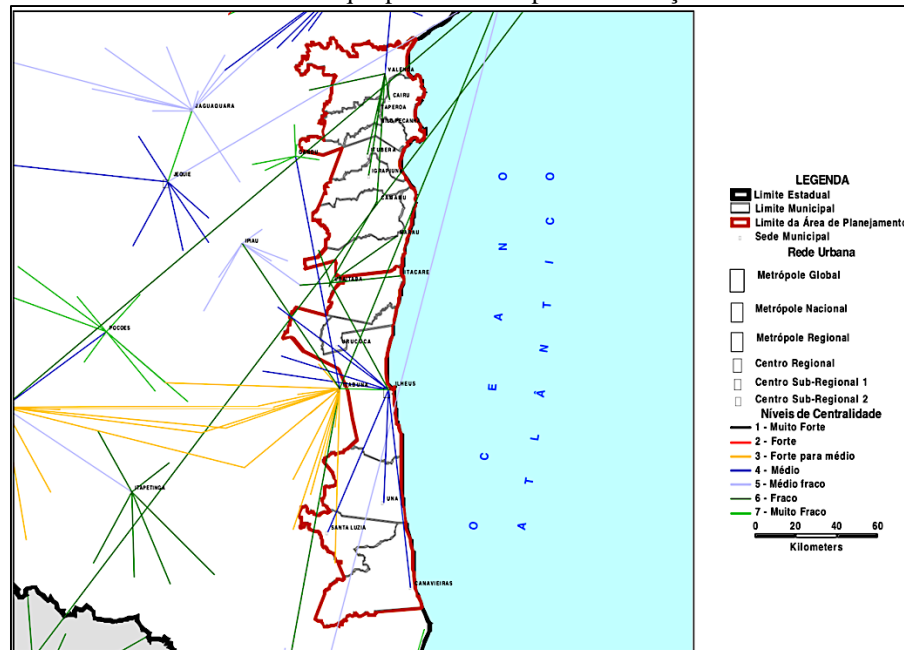
Apesar de suas potencialidades, o município de Valença ainda não consegue se destacar atualmente em sua localização relativa às delimitações, regionalizações e planejamentos nos âmbitos em que está inserida. O PDITS Litoral Sul da Bahia de 2004 traz²³ esta problemática através de sua definição do conceito de “centralidade”, que denota

[...] a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, no contexto da rede de cidades, uma área de influência, através da abrangência regional do fluxo de bens e serviços que tem origem nesse centro urbano. (PDITS LITORAL SUL DA BAHIA, 2004, anexo A).

Esse documento ainda faz uma tentativa de mapear os elementos que definem a centralidade de Valença (Figura 6) através da espacialização dentro da divisão político-regional, e define o município com “nível de centralidade fraco”.

²³ Este conceito de centralidade no PDITS é uma síntese dos critérios adotados na obra IBGE (1999).

Figura 6 – Níveis de centralidade dos municípios do Litoral Sul da Bahia²⁴ com destaque para o município de Valença



Fonte: Bahia (2004, p. 115).

Nota: Trecho do PDITS Litoral Sul da Bahia.

O mesmo documento traz um enquadramento do município dentro das dimensões de suas propostas de discussão. Podem-se perceber mais claramente os níveis das problemáticas que mais acrescem conflitos ao espaço.

Quadro 4 – Enquadramento do município de Valença nas categorias de análise discutidas no PDITS Litoral Sul da Bahia de 2004

CATEGORIA ECONÔMICO	CATEGORIA SOCIAL	CATEGORIA AMBIENTAL	CATEGORIA DINÂMICO²⁵
Economia pouco produtiva com arrecadação precária	Condição social ruim	Município com pressão antrópica muito alta com degradação urbana e dos recursos hídricos	Maioria silenciosa

Fonte: Bahia (2004, p. 106).

Nota: Trecho do PDITS Litoral Sul da Bahia.

Com base nessa abordagem, pode-se inferir que a estrutura que envolve o distrito do Guaibim é formada por uma cadeia complexa e altamente conflituosa, necessitada de ações urgentes que visem, principalmente, a qualidade das relações socioambientais tecidas nos diversos níveis.

²⁴ Há uma nota inserida no documento indicando que a malha municipal foi digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios.

²⁵ Esta categoria refere-se ao comportamento demográfico do município, que leva em consideração suas possíveis articulações na década (PDITS LITORAL SUL, 2004, p. 117).

3.2 A FORMA

Outra categoria de análise espacial apresentada por Santos (1997) seria a “forma”. Segundo o autor,

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. (SANTOS, 1997, p. 50).

A partir da concepção de que essa categoria compreende os aspectos visíveis internamente à sua delimitação, podem-se elencar alguns aspectos do Guaibim que definem sua forma atual, com o objetivo de, no fim desta seção, apresentar em que medida ela é impactada nas relações perceptivas com o lugar. A metodologia de apresentação dessa categoria de análise espacial será a discussão em torno, principalmente, dos fluxos de pessoas nas vias de acesso principais.

A poligonal que define o Guaibim limita-o a uma área de 1.191,1 km² (PETROBRAS, 2004, p.10).²⁶ Sua conexão de mobilidade se dá principalmente pela Rodovia BA-887, partindo da interseção com a BA-001, onde se encontra o Portal da Cidade de Valença e também o Posto da Polícia Rodoviária Estadual, um importante meio de controle de segurança para a região.

Figura 7 – Recorte do mapa “6ª residência – Santo Antônio de Jesus” que apresenta a distribuição de rodovias estaduais, indicando o principal acesso ao distrito de Guaibim pela BA-887



Fonte: Bahia (2012). Editado e adaptado. Créditos à Seinfra-BA e ao Derba

²⁶ Informação obtida em Petrobras (2004, p.10).

Conforme se pode analisar na Figura 7, a interseção da BA-887 com a BA-001 é um importante meio de acesso ao distrito do Guaibim, permitindo-lhe conectar com o distrito-sede, receber os visitantes a partir do sentido norte, a exemplo dos que chegam da capital do Estado, Salvador, ou daqueles que vêm do sentido sul, a exemplo de Ilhéus e Itabuna. A mesma rodovia permite aos moradores locais terem acesso às localidades do entorno, sendo esta uma das “vantagens” advindas do “progresso”²⁷ do local, conforme se constatou no discurso dos entrevistados na pesquisa de campo.

Segundo o documento “Malha Rodoviária Estadual” (BAHIA, 2012), a rodovia BA-887 possui 15 km de extensão, a contar da interseção com a BA-001 até o final da Praia do Taquari, na extremidade do distrito.

Figura 8 – Imagem da interseção entre as rodovias BA-001 e BA-887



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017.

Chegando-se quase na metade do percurso da BA-887²⁸, há um ponto de interseção (Figura 9) com a Rodovia BA-885 (cujo destino final é o Atracadouro de Bom Jardim) e a via de acesso ao Aeroporto de Valença. Essa interseção é fundamental na compreensão da dinâmica da mobilidade que envolve o distrito, dividindo o fluxo de pessoas com destino aos atrativos naturais do Arquipélago de Cairu (como Morro de São Paulo, Boipeba e Garapuá) (CAIRU, 2017) e as que se dirigem para a área urbana de Guaibim.

²⁷ Os termos em destaque evidenciam que este estudo não almeja apontar como tendência positiva ou negativa os elementos de forma do objeto em análise. Estas constatações foram advindas das percepções dos moradores locais, método este que é o foco de toda a discussão aqui apresentada.

²⁸ Segundo o cálculo da ferramenta “Rotas” do Google Maps, são 7,3 km após o Posto da Polícia Rodoviária Estadual.

Figura 9 – Imagem da interseção entre as Rodovias BA-887 e BA-885 e a via de acesso ao Aeroporto Regional de Valença-BA



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017.

Sobre o Aeroporto de Valença (Figura 10), trata-se de uma empresa pública de exploração privada, que permite a operação de aeronaves tipo Boeing-737 (BAHIA, 2011, p. 27). Atualmente, oferece serviço de atendimento a voos particulares e a uma linha de oferta comercial regular, com frequência semanal.

Figura 10 – Aeroporto de Valença



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017.

Em relação ao transporte público via ônibus, existe uma única empresa a fazer o percurso Valença-área urbana do Guaibim, a Rumo Rápido Transportes. Ela atende desde o Terminal Rodoviário na sede do município até o último ponto no Guaibim, a praia do Taquari. Trata-se de um mecanismo de alta complexidade, que visa atender à demanda tanto dos moradores quanto dos turistas que, a depender da estação ou época do ano, vão exigir mais ou menos viagens. Ressalta-se que outras empresas de ônibus também são frequentes na BA-887, mas se restringem à operação que parte do Terminal Hidroviário no centro urbano de Valença

até o Atracadouro de Bom Jardim (utilizando a BA-885, conforme mostrado na Figura 9), trajeto específico para os que pretendem se dirigir aos atrativos do Arquipélago de Cairu. Entretanto, apenas a Rumo Rápido Transportes executa suas atividades voltadas primordialmente àqueles que se destinam às vias de acesso por todo o distrito ou delas partem.

Outro aspecto da forma do Guaibim sobre os fluxos de pessoas diz respeito à densidade demográfica muito intensa na área urbana²⁹ que restringe a ocupação domiciliar entre sua entrada (Figura 14), perpassando as imediações da orla marítima até a praia do Taquari, ao norte. Esse modelo do aspecto físico nos moldes atuais da área em questão é reflexo da falta de controle dos poderes quanto à gestão do espaço. Em Franca (2015), apresentam-se os resultados de um estudo sobre a questão espacial que conectou as avaliações da questão social e de infraestrutura. Sua discussão envolve os temas que “convergem a complexidade da relação sociedade e a natureza”. Em sua análise, compreende-se que os maiores conflitos da planície costeira do Guaibim incidem na organização urbana historicamente prejudicada por algumas ingerências políticas. A esse respeito, o autor discorre:

A expansão urbana do Guaibim tem ocupado áreas naturais sem uma política de planejamento adequada que leve em consideração o discurso do desenvolvimento sustentável dos ambientes das restingas, delimitando os espaços e dando um novo significado para promover o ordenamento do uso e ocupação do solo. (FRANCA, 2015, p. 7).

Em continuação, desenvolve como se deram essas relações que geraram os conflitos na forma atual do distrito e quais foram suas consequências:

Apesar da debilidade das políticas públicas do Estado e do Município, quanto à implantação de instrumentos de planejamentos adequados e de uma infraestrutura dimensionada e apropriada para esta área, o Distrito do Guaibim desde o final dos anos 70 do século XX, tem recebido investimentos privados ligados ao segmento do turismo e do setor imobiliário, de forma desorganizada e desajustada com a base de recursos naturais, as quais são criadas expectativas frustrantes para o desenvolvimento local, evidenciado pelo estado de degradação dos recursos naturais, precariedade da infraestrutura e decadência da imagem/produto. (FRANCA, 2015, p. 25).

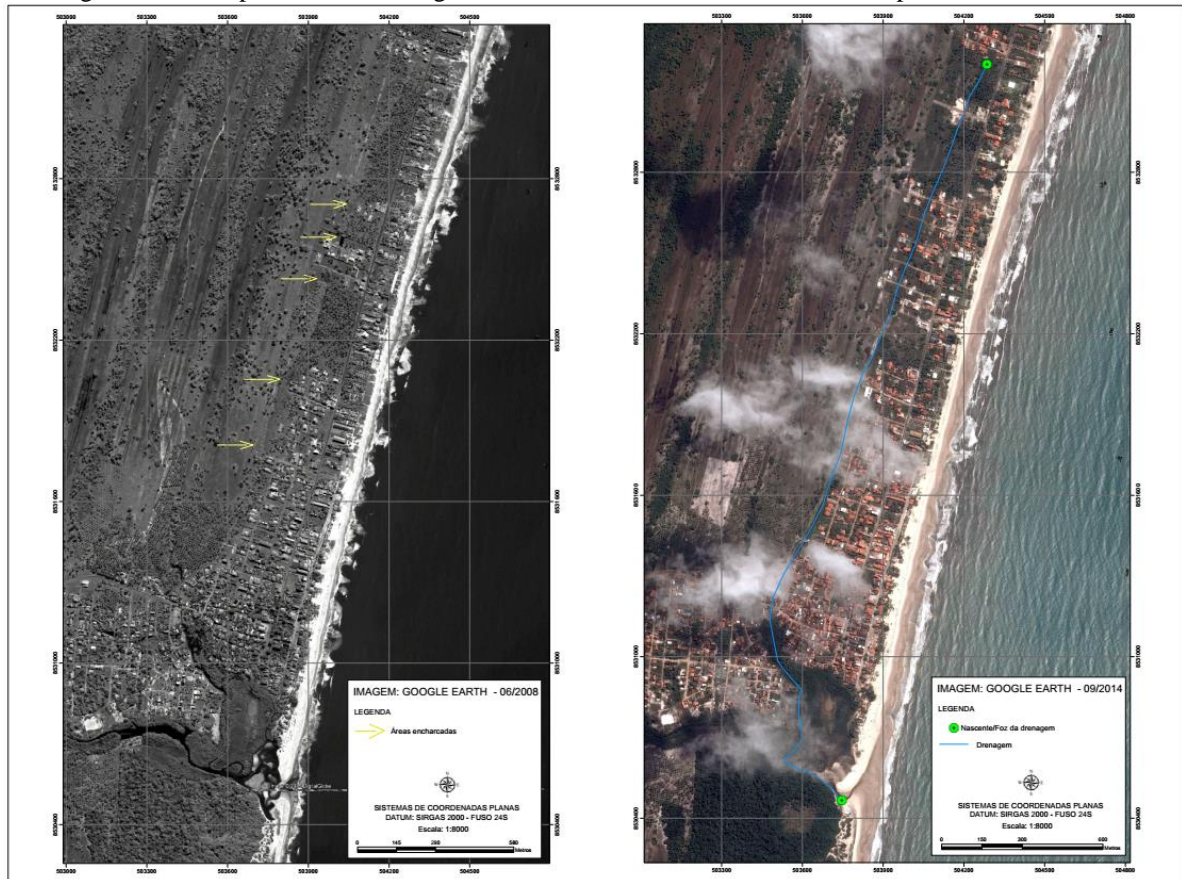
Ainda neste estudo, estão anexadas duas imagens de satélite (FRANCA, 2015, p. 35-38)³⁰ com vista da área mais densamente povoada no Guaibim, conforme mostra a Figura 11 a seguir, em momentos históricos distintos, a saber, 2008 e 2014. Nesse intervalo de 6 anos, bastante curto em relação às primeiras ocupações humanas no distrito, apresenta-se um esboço

²⁹ Ver Figura 2, que apresenta a distribuição populacional nos setores censitários do Guaibim.

³⁰ Ver anexos D e E.

da rapidez com que tem se desestruturado o ecossistema para conter as novas construções urbanas.

Figura 11 – Comparativo entre imagens de satélite das áreas mais densamente povoadas no Guaibim



Fonte: Franca (2015).

Tal contexto esclarece que a forma atual do Distrito do Guaibim encontra-se em grande desgaste. Entretanto, através da pesquisa de campo com os principais atores sociais, discutida na seção 3 deste trabalho, observou-se que apenas parte dos problemas é, de fato, recorrente. Corroborar-se, assim, a necessidade de outras oportunidades de discussão sobre a profundidade dos impactos negativos no ambiente³¹ que vêm comprometendo a maior parte dos “sistemas”³² nele envolvidos.

³¹ Neste estudo, considera-se “impacto ambiental” segundo a Resolução do Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986, que o define como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais” (BRASIL, 1986).

³² Define-se com este termo a condição sistêmica do lugar, pressuposto como a interdependência dos fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais trazidos por Capra (1982).

3.2.1 As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Guaibim

Um dos elementos essenciais para a compreensão da forma do Guaibim na atualidade é a análise da implantação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) dentro dos limites do distrito e as questões delas emergentes.

Segundo a Lei Federal nº 9.985/2000, que regulamenta parte do Art. 225 da Constituição Federal, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, a definição de APA é:

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000, art. 15).

Em relação às Unidades de Conservação (UC) que procuram atender à legislação federal descrita acima, o Guaibim encontra-se em convergência direta com três APAs. As de instância estadual são a APA do Guaibim e a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança. A de instância municipal é a APA Municipal da Planície Costeira do Guaibim. Através de uma revisão dos documentos emitidos pelos órgãos diretamente ligados, pode-se notar que há conflitos de delimitação externa, zoneamento interno, falta de ações políticas específicas (como um Plano de Manejo (PDITS LITORAL SUL DA BAHIA, 2004, p. 232) e um Plano de Gestão atualizados segundo a forma atual das APAs), além da falta de cobrança da população às instâncias legisladoras diretas e indiretas para que tomem iniciativas urgentes na proteção dessa área.

Segue uma breve sistematização cronológica dos documentos oficiais disponíveis nos canais de comunicação oficiais que estão diretamente ligados à administração das APAs no Guaibim.

Quadro 5 – Documentos reguladores diretos principais das APAs no Guaibim

DOCUMENTO	FONTE ³³	ANÁLISE
Decreto Estadual nº 1.164 de 11 de maio de 1992, que cria a APA do Guaibim.	Bahia (1992)	Estima a área de proteção em 2.000 ha, restringindo-se principalmente, à zona litorânea do distrito (Anexo H).
Resolução CEPRAM nº 759 de 18 de maio de 1993, que aprova o Plano de Manejo da APA do Guaibim.	Bahia (1993)	Indica que caberia ao Estado e à Prefeitura Municipal de Valença a implementação do Plano de Manejo.
Decreto Municipal nº 5.333 de 2 de novembro de 2002, que cria a Área de Proteção Ambiental da Planície Costeira do Guaibim.	Valença (2002)	Tem como função primordial a criação da APA Municipal da Planície Costeira do Guaibim, com área de 12.712,83 ha. Dessa forma, o Guaibim torna-se um espaço de “legislação dupla”, com “superposição territorial parcial” ³⁴ . No ano seguinte, em um projeto conjunto entre o Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Valença-BA e a Petróleo Brasileiro S.A.– Petrobras, foi proposto um Plano de Gestão desta APA (PETROBRAS, 2004).
Decreto Estadual nº 8552 de 5 de junho de 2003, que cria a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança.	Bahia (2003)	Preserva a APA do Guaibim e inclui a maior parte do Distrito na delimitação da nova APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança (Anexo H).
Decreto Municipal nº 424 de 8 de maio de 2007, que reestrutura a Área de Proteção Ambiental Municipal da Planície Costeira do Guaibim.	Valença (2007)	Dentre outras questões, este documento considera: <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade do cuidado municipal em maior afincamento com as áreas protegidas; • A pouca constatação científica sobre a área em questão de forma que se estabeleça em um espaço de sustentabilidade ecológica; • Que o prazo para realização do Plano de Manejo da APA da Planície Costeira do Guaibim expirou-se “sem o efetivo estabelecimento”. Encerra o texto, informando que estão revogados o Decreto Municipal 5.333/02 e as demais disposições em contrário.
Lei Municipal nº 2.386 de 16 de junho de 2015, que declara como Área de Expansão Urbana para o desenvolvimento turístico regional sustentável parte do Distrito de Guaibim.	Valença (2015)	Altera a área de expansão urbana da APA Municipal para os seguintes limites: ao norte, com Fazenda Ponta do Curral; ao leste, com o Oceano Atlântico; ao sul, com Canal de Taperoá; e a oeste, com o Atracadouro de Bom Jardim.

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

O Quadro 5 procurou demonstrar de forma sumária a questão territorial que incide diretamente nas imediações do distrito do Guaibim. Sobre esse tema, em especial as APAs, pode-se notar que todos esses níveis de gestão pública não estão sendo suficientemente eficientes para que se minimizem os impactos negativos sobre a área em questão. Contrariamente, os entrecruzamentos de interesses tornam-lhe um ambiente altamente conflituoso.

³³ Conforme citado nas referências deste trabalho.

³⁴ Termos extraídos do PDITS Litoral Sul da Bahia (2004).

Figura 11 – Vista aérea parcial de área protegida no Guaibim (parte da Ponta do Curral)



Fonte: Rafael Freitas Reale (2017).

A exemplo dessa situação, pode-se mencionar o espaço da imagem vista anteriormente (Figura 11), conhecido como Ponta do Curral. Essa área está contida em um ambiente natural altamente sensível e requer cuidados especiais advindos das políticas públicas. Dentre os motivos, pode-se mencionar o fato de fazer parte do complexo ambiente estuarino que abriga muitas espécies animais, dentre as quais as tartarugas-marinhas (nas espécies *Eretmochelys imbricata* e *Caretta caretta*) que dependem daquele espaço para realizarem sua desova³⁵. Também se menciona a vegetação historicamente degradada, que hoje, em seu formato, ainda apresenta áreas de manguezais, restinga herbácea-arbustiva e parte da restinga arbustiva-arbórea³⁶.

A situação da Ponta do Curral, assim como em todo distrito do Guaibim, é descrita no Plano de Gestão da APA Municipal Planície Costeira do Guaibim (PETROBRAS, 2004):

Embora seja uma das áreas mais bem dotadas do ponto de vista dos recursos naturais do município, com um sistema estuarino e manguezais de grande importância na cadeia trófica, associado à vegetação das restingas e importantes remanescentes de Mata Atlântica e rios, formando um complexo que abriga muitas espécies da fauna e da flora, o perfil dessa área apresenta grande vulnerabilidade quanto a sua utilização, necessitando que os novos investimentos estabeleçam novos padrões de racionalidade ambiental, cujo estilo de desenvolvimento exerça menos pressão sobre o ambiente natural. (PETROBRAS, 2004, p. 170).

Esse espaço de justaposição de relações, especialmente a socioeconômica, demonstra que o Guaibim passou por sucessivos estágios de desgaste que partiram da questão do pertencimento territorial. Não somente os interesses dos poderes públicos, mas também as iniciativas de corporações privadas e ações particulares foram responsáveis pela situação em que se encontra atualmente. Em Petrobras (2004) também se contextualiza que

³⁵ Informações obtidas no Plano de Gestão APA Municipal da Planície Costeira do Guaibim de (PETROBRAS, 2004).

³⁶ Lopes, Lourenço; Reuss-Strenzel (2016) (ver Anexo A).

Diante dessa realidade e levando em consideração que os impactos ambientais verificados nesta área são resultados de um processo lógico das relações socioeconômicas que determinaram o tipo de apropriação dos recursos e o caráter dessa ocupação, é imprescindível estabelecer o planejamento ambiental e entender que ele é o resultado de um processo lógico de pensamento no qual a análise da realidade permite transformá-la de acordo com os interesses. Mas, de acordo com as características físicas e aptidões das áreas, é possível direcionar e organizar a estrutura espacial, transformando-a num instrumento importantíssimo da percepção das especializações do território. (PETROBRAS, 2004, p. 173).

Oliveira (2008) enumera os elementos que trazem desordem ao espaço. A autora afirma que

Podemos também considerar que o ambiente urbano no seu conjunto denuncia uma carência absoluta de espaços verdes inseridos na faixa de terra ocupada. Isto decorre do descontrole da ocupação e da clandestinidade da maior parte dos parcelamentos, implantados sem a exigida reserva de áreas verdes. Nos raros espaços disponíveis falta vegetação e ficam vulneráveis a ocupação desordenada. (OLIVEIRA, 2008, p. 79).

Tal contexto também foi explanado por Sousa (2015), seguido pelas definições de quais são os elementos atuais a exercerem pressão na exploração degradante do distrito do Guaibim. A esse respeito, é afirmado que

Apesar de toda regulamentação técnica para o uso racional do solo, o que se tem assistido é o desrespeito à legislação. Não há fiscalização pelas instâncias públicas de poder no que tange à ocupação da área. Na verdade, o poder público local é omissor quanto ao processo, e em algumas situações, ele próprio é o causador dos impactos ambientais em razão da subserviência às pressões do capital e sua busca crescente pela acumulação. (SOUSA, 2015, p. 171).

Essa problemática que incide na ação do poder público e na ocupação desordenada da zona urbana foi constatada nos resultados da pesquisa de campo deste estudo, principalmente nos discursos dos próprios políticos que possuem funções no município atualmente.

Acresce-se ainda às questões de análise da forma atual do Guaibim o fato de possuir grande parte de sua ocupação domiciliar baseada em edificações destinadas à segunda residência. Na verdade, esse fenômeno exerce grande impacto ambiental negativo e pode-se constatar que é uma das tendências de interferência antrópica mais expressivas no local.

3.3 A FUNÇÃO

A terceira categoria de análise espacial apresentada por Milton Santos (1997) é a “função”. O autor traz a definição do Dicionário Webster, o qual ‘sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa’ (apud SANTOS, 1997, p. 50). Nesta seção,

em especial, utilizar-se-á a categoria “função” como sinônimo de “vocação do lugar”, através da qual se analisarão os elementos que compõem suas principais atividades.

Partindo de uma análise um pouco mais abrangente, o município de Valença demonstra estar vocacionado para atua o em um ambiente que transita entre os meios natural e urbano. Pode-se inferir, a partir dessa situa o e do que foi anteriormente discutido, que a rela o com as águas   um tema que certamente merece especial aten o. No Quadro 6 pode-se notar que a maior parte das atividades, projetos e empreendimentos do município estão relacionados com um ambiente em que a rela o com a água   bastante evidente, principalmente pela situa o geográfica do local ser um complexo estuarino.

Quadro 6 – Recorte do estudo das principais atividades e empreendimentos da Costa do Dendê – município de Valença-BA

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ATIVIDADES, PROJETOS E EMPREENDIMENTOS
Valença	Turismo de lazer, agricultura, comércio, pesca, indústria têxtil, maricultura e constru�o naval são as principais atividades exercidas no município. Valença é dotada de uma estrutura de comércio e serviços superior às encontradas nas cidades vizinhas, fazendo com que seja procurada como entreposto comercial. A região também apresenta uma das maiores empresas de camarão do país (Valença da Bahia Maricultura S/A)

Fonte: Bahia (2004, p. 130).

Nota: Trecho do PDITS Litoral Sul da Bahia³⁷.

Pode-se notar que as estruturas e a forma de Valença contribuem para que sua fun o seja especificamente voltada   rela o do homem com as águas, a principiar pelo turismo e sua explora o da paisagem litorânea, também a agricultura e as atividades da aquicultura e suas rela es com o solo, clima e vegeta o, além da oferta de comércio e serviços com grande oferta e demanda. Não se poderia deixar de mencionar também o setor industrial, embora hoje pouco expressivo, mas que ainda possui certa atua o.

Em rela o ao distrito do Guaibim, Lopes, Lourenço, Reuss-Strenzel (2016) apresentam o seguinte cenário:

A economia do distrito de Guaibim baseia-se na pesca artesanal, no turismo, orla marítima com barracas de praias e uma rede hoteleira diversificada, que recebem turistas durante todo o ano. A empresa de carcinicultura Valença da Bahia Maricultura S/A com uma área de cultivo e beneficiamento de camarão, além do Aeroporto de Valença e o Terminal Atracadouro do Bom Jardim também compõem a economia do distrito e respondem pela gera o de emprego e renda para a popula o. (LOPES; LOURENÇO; REUSS-STRENZEL, 2016, p. 6).

³⁷ Esta tabela foi transcrita de Bahia (2004, p. 130), em cuja referência há a indica o de que a seus dados têm como base os diagnósticos institucionais do IBGE e também as pesquisas diretas realizadas durante seu processo de investiga o.

Além das funções acima mencionadas, Franca (2015) acrescenta que o espaço anteriormente ocupado por fazendas extrativistas de coco e de produção de dendê com base econômica ganhou novos atributos estéticos na sua paisagem. A esse respeito, o autor discute:

Há mais de quatro décadas, este novo processo de apropriação do espaço costeiro está relacionado diretamente com a viabilidade das potencialidades naturais, conduzida pela especulação imobiliária e pelo turismo, atividades que dinamizam e impõem uma nova estrutura para uma pequena vila de pescadores. (FRANCA, 2015, p. 18).

Dessa forma, em uma tentativa de avaliar as atividades proeminentes no distrito do Guaibim que mais representam os contextos em que está inserido, as quais foram brevemente apresentadas nas seções anteriores, podem-se sistematizar as seguintes funções: a) de proteção e conservação do ambiente natural; b) de exploração do ecossistema; c) de vetor para o desenvolvimento econômico; e 4) de usufruto local (como a segunda residência).

Sobre a função de proteger e conservar o ambiente natural em instâncias particulares, públicas, ou corporativo-privadas no Guaibim, em Bahia (2010) é discutido que, no nível territorial do Baixo Sul do Estado, as propostas preconizam

[...] o desenvolvimento social e territorial, a partir da inclusão social, facilitada pela ampliação da produção, a agregação de valor, a comercialização e o consumo dos produtos oriundos da Aquicultura e Pesca, utilizando práticas sustentáveis que se desdobrem a partir de uma visão sistêmica, considerando a dimensão ambiental, político-institucional, cultural e socioeconômica dos atores envolvidos num determinado território. (BAHIA, 2010, p. 100).

Ressalva-se, conforme o Plano de Gestão da Planície Costeira do Guaibim (PETROBRAS, 2004, p. 143) que o solo do distrito não tem “aptidões para uma agricultura mais intensa e especializada”, assim como as atividades de aquicultura necessitam ser pautadas no uso sustentável do ambiente.

Com respeito à função de vetor para o desenvolvimento econômico, certamente cabem inúmeras ressalvas, advindas de muitos estudos e documentos que tratam da área em questão. Primeiramente, acerca da concepção de desenvolvimento, em grande escala tida como sinônimo de progresso e prosperidade. Entretanto, ao se considerar o distrito do Guaibim, há que se tecerem grandes considerações, mais uma vez, sobre o sensível ecossistema do qual faz parte. Não se propõe, aqui, um posicionamento sobre os conceitos de desenvolvimento, assim como não se fará uma análise voltada aos discursos das políticas públicas, das iniciativas corporativas privadas, nem dos particulares que estão direta ou indiretamente ligados ao Guaibim. Tal proposta é um campo fértil para o aprofundamento acadêmico e certamente renderia muitas propostas de impactos positivos para o local. Entretanto, cabe aqui uma reflexão a respeito de

que o Guaibim é visto como um potencial por todas as instâncias, em especial a municipal³⁸, com as quais se teve contato durante a estruturação deste trabalho.

Talvez um dos maiores desafios atuais para o Guaibim seja sua função de se abrir para o mundo, ao tempo em que necessita, antes disso, receber cuidados suficientes que impeçam sua transformação em um ambiente de incontornável degradação e hostilidade.

Figura 12 – Imagem do antigo portal da cidade³⁹, onde se encontravam esculturas que remetiam ao paraíso bíblico do Éden



Fonte: Valença (2011).

Nota: Arquivada no Informativo da Prefeitura Municipal de Valença na gestão de 2011 (editada).

Em uma última sistematização das funções do Guaibim, cabe uma discussão acerca de sua abertura em permitir o usufruto local. É recorrente a expressão “paraíso” ao se referir à porção litorânea do distrito, assim como a imagem de que é possível usufruir de um espaço natural e convidativo. No estudo de Pires (2010), que também tratou da percepção sobre o Guaibim, a autora traz um dos resultados de sua pesquisa de campo, que constata que “o viver em Guaibim, mesmo com todos os problemas inerentes à comunidade, para essas pessoas significa viver no paraíso”.

Esse mesmo discurso também atraiu tanto os movimentos do turismo quanto a procura por domicílios de segunda residência no local. Embora possa haver relação entre ambos, o que

³⁸ O Plano de Gestão da APA da Planície Costeira do Guaibim (PETROBRAS, 2004) expõe esse posicionamento claramente ao afirmar que é possível tornar o espaço no “principal produto de competitividade intrarregional em unidades territoriais incondicionais para o **desenvolvimento** municipal” (grifo nosso).

³⁹ Na data de publicação deste estudo, o portal da cidade já não contém estas esculturas. Sua configuração atual encontra-se registrada na Figura 5.

é, em alguma medida discutido na seção 1 deste trabalho, neste momento cabe a análise da possibilidade do Guaibim de receber esses movimentos em medida muito maior do que a simples exploração de sua potencialidade. Talvez tenha sido a pouca sensibilidade para este aspecto que lhe trouxe tantos impactos negativos.

Em suma, pode-se afirmar que as sucessivas investidas do sistema de agir humano, como ocupação de espaços, exploração, legislação e usufruto, são as responsáveis pelos conflitos instaurados no Guaibim. Conforme Petrobras (2004),

É nítida a ausência de um planejamento ambiental nesta área litorânea de Valença. Seu ambiente físico e as condições ambientais denunciam os erros, como também explicitam o modelo de desenvolvimento adotado que, se não privilegiou o planejamento como instrumento para o crescimento, também não adotou uma matriz de proteção ambiental que antecipasse e propusesse medidas eficazes para as alterações ecológicas que viriam acontecer com o crescimento da cidade, povoados, expansão imobiliária, intensificação do turismo, aquicultura, pesca, agricultura, extrativismo, mineração e outras atividades. (PETROBRAS, 2004, p. 5).

Ao se tratar de conflitos em sua função enquanto vocacionada a pactuar as relações humanas e ambientais, pode-se concluir que a definição da identidade é um dos principais elementos na construção do lugar. Em outras palavras, é fundamental o autoconhecimento, de forma que se possam exercer suas tarefas ou atividades conforme suas funções principais (SANTOS, 1997). No caso do Guaibim, todos esses conflitos o estabelecem em uma situação de alta complexidade, em que já não se reconhece nos contextos atuais de estrutura e forma, dadas as repetidas tentativas equivocadas de utilização do espaço.

Ainda com referência à segunda residência, maior arranjo domiciliar da estrutura urbana do Guaibim, chega-se a uma questão bem mais complexa. Nota-se que o espaço procura uma definição entre a identidade de lugar permanente ou de transitório, perpassando-se as relações por entre os grupos formados pelos que fixam suas moradias e os que apenas visitam o local. É nesse momento que se pode afirmar que o distrito do Guaibim necessita de um maior aprofundamento do que seriam suas reais vocações, de forma que possa ter maior segurança no seu posicionamento como “potencialidade”.

3.4 O PROCESSO

Em uma quarta perspectiva sobre o diagnóstico do distrito do Guaibim a partir das categorias de análise espacial de Milton Santos, traz-se a questão do “processo”. Segundo o autor, o processo “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a

um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 1997, p. 54). Assim, neste trabalho, a análise do processo será relacionada ao percurso histórico de um determinado espaço, apresentando como seus elementos do passado influenciaram a construção do lugar tal como se apresenta atualmente, assim como as perspectivas futuras que se projetam a partir desse cenário. Ainda sobre esse posicionamento, o autor discorre:

Conforme ficou implícito, o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. (SANTOS, 1997, p. 57).

Sob essa perspectiva, discorre-se a seguir sobre a construção e desconstrução dos elementos da paisagem a partir das relações tecidas que envolvem o passado, a condição atual e as perspectivas futuras. Assim, compreende-se que o “processo”, como categoria de análise de espaço inicial, é indispensável para que se compare em que medida os resultados obtidos na pesquisa de campo estão relacionados com os levantamentos documentais acerca do lugar em questão (registros históricos, documentos públicos e oficiais, estudos acadêmicos correlatos, dentre outros).

O elemento de partida é a construção do território municipal. Evidentemente, a configuração atual sofreu, no percurso, diversas alterações, principalmente a de reconhecer o pertencimento ao lugar. A questão remonta, ainda, à chegada dos europeus no período de colonização. Segundo Oliveira (2009), nos primórdios da história de Valença se construiu um palco que foi testemunha

[da] guerra com os Aimorés; da presença de corsários, piratas e degredados, possibilitada pelas características geográficas do Arquipélago de Tinharé e pela ausência de forças reguladoras portuguesas no continente; das tentativas de fixação com a instalação dos povoados em Mapendipe, Cajaíba e Jiquiriçá; e da guerra domínio dos Gueréns. (OLIVEIRA, 2009, p. 39).

No decorrer de sua história, Valença se consolidou como um espaço de diversos aspectos. Suas reestruturações políticas tão densas posicionam-lhe em um patamar de destaque tanto no cenário nacional quanto no internacional. A esse respeito, a memória de Edgard Oliveira (2009), ao discorrer sobre esse município, recorda a expressividade industrial de Valença (Companhia Valença Industrial, fundada em 1844, e Fábrica Nossa Senhora do Amparo, fundada em 1860), assim como já ter sido parte de um dos maiores intercâmbios comerciais do estado da Bahia. O autor também relembra a presença política valenciana no

governo da Bahia e sua participação na II Guerra Mundial⁴⁰, quando acolheu os brasileiros, vítimas do bombardeio de um submarino alemão. Ressalta-se que o local do confronto foi na praia do Guaibim.

Partindo para a história mais específica, o distrito de Guaibim, no contexto inicial da colonização, ficou conhecido principalmente por iniciar a criação de gado na Bahia, especificamente no que ficou conhecido como Ponta do Curral⁴¹. Sobre esse tema, cabe apontar para os resultados da pesquisa de campo, advindos do contato com a população local, os quais têm ainda na memória a relação do lugar com a criação de gado. Esse elemento da paisagem aparece inclusive na Figura 19, que inter-relaciona os vocábulos recorrentes nas entrevistas da primeira fase da pesquisa de campo.

Como anteriormente citado, são poucas as referências bibliográficas específicas a respeito da formação do distrito do Guaibim. Dentre estas, podem-se citar os relatos orais coletados pelo Senhor Adauto Mascarenhas Mauro, em seu trabalho “História do Guaibim – Valença-BA”⁴². Nesse livreto, o autor traz como protagonista da história do Guaibim o Senhor João Clímaco Teixeira. Sua importância foi reconhecida por lutar junto aos moradores locais contra o proprietário da Fazenda Ponta do Curral para que reconhecesse a ocupação já instaurada. Não foram poucos os esforços para que houvesse cessão de terras para a construção do povoado “que já estava povoado”. Não se sabe ao exato quando começou a ocupação do Guaibim. Segundo Mauro, uma enchente em 1914 obrigou moradores a abandonar uma das ilhas nos arredores e se instalar onde hoje se localiza o distrito. No entanto, antes de 1914 já havia pescadores habitando o lugar, calculando-se que chegaram ali por volta de 1912 ou 1913.

O distrito do Guaibim surgiu com a vocação para a pesca. Era uma época em que havia “fartura de pescado”, pois a atividade ainda não era muito explorada. As condições de trabalho eram precárias e as quantidades de produção eram mínimas, pois não havia, por exemplo, grande demanda, nem condições de estocagem.

⁴⁰ O evento é recordado em Oliveira (2009), com certa brevidade. Mas dispõe de importantes detalhes, como as coordenadas geográficas que localizam com precisão onde ocorreu o conflito, obtidas do Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica. Também traz fotografias das duas naus bombardeadas pelos alemães, assim como direciona o leitor para a obra de Moutinho (2005), a qual analisa com profundidade esse evento.

⁴¹ Esse capítulo da história do Guaibim é aceito como verídico no discurso das pessoas locais, assim como é difundido por vários websites voltados à divulgação do turismo. Dentre eles, menciona-se o www.atarde.uol.com.br e o www.guaibimtur.com.br, os quais são devidamente apresentados nas referências, com os *links* completos e as datas do último acesso.

⁴² Esse livreto é uma obra não registrada. Entretanto, sua relevância é reconhecida e citada frequentemente em estudos acadêmicos (BARRETO, 2008; PIRES, 2010). Dessa forma, o presente trabalho dá a ele o espaço devido, justamente por se tratar de um estudo de percepções sobre o local.

O grande salto do distrito em tamanho ocorreu com a construção da Rodovia BA-887 (Figura 13), também denominada Avenida Aloisio Evangelista da Fonseca, finalizada em 1972 (PIRES, 2010). Em virtude desse empreendimento, foi possível gerar fluxos para o Guaibim, de maneira a permitir uma constante troca de produtos e serviços.

Figura 13 – Imagem do trecho inicial da Rodovia BA-887



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017.

As Figuras 8 e 9 mostram o trecho inicial da Rodovia BA-887. Conforme discutido na seção sobre a categoria de análise espacial “forma”, esse é um importante meio de acesso ao distrito, desde o portal da cidade, apresentado na Figura 6, até o início da área urbana de Guaibim, registrado na Figura 14.

Figura 14 – Imagem do início da área urbana do Guaibim



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017.

O crescimento do lugar está intrinsecamente ligado à construção dessa rodovia. No entanto, o mesmo acesso que veio trazer a ligação com a cidade e outras áreas circunvizinhas, também trouxe os problemas, o desordenamento, a ingerência pública e os conflitos por terra. Pires (2010) afirma que

Não se pode deixar de reconhecer a importância dessa estrada para a dinamização desse espaço [...]. Em face desse processo de desenvolvimento, o distrito adquiriu as características atuais. No entanto, o crescimento do distrito trouxe consigo não apenas a inserção de infraestrutura que melhorou a vida da comunidade, como a instalação de energia elétrica e construção da estrada, facilitando a circulação de pessoas, bens e

serviços, como também trouxe problemas atrelados a uma urbanização sem planejamento, incentivada pela possibilidade da migração de pessoas advindas de municípios vizinhos, as quais vinham em busca de trabalho e de melhores condições de vida. (PIRES, 2010, p. 63-64).

Cabe enfatizar o fato de que o acesso ao Guaibim foi também um dos pontos trazidos nas falas dos moradores durante a pesquisa de campo. Em uma análise geral, este foi um tópico ao que os sujeitos pesquisados se referem como “melhorias” advindas das articulações políticas no decorrer da história, com ausência quase absoluta de menção aos problemas decorrentes.

A condição atual do distrito remonta justamente aos fatores processuais que mais marcaram sua construção espacial, como a busca de identidade territorial para sua inserção nas estruturas e formas no contexto do município, perpassando-se pelas transições vocacionais de seu sustento, até a expressividade do fenômeno da segunda residência. Faz-se necessário, portanto, que estudos voltados a sua construção tragam propostas que reflitam sobre o inter-relacionamento da sociedade e o planejamento do espaço. A segunda residência, nesse sentido, pode ser uma alternativa para uma organização positiva, como refletiram as percepções apresentadas na pesquisa de campo. Entretanto, o afastamento das ponderações acerca dos conflitos existentes, como a ocupação desordenada do solo tal qual tem sido efetuada, pode resultar em possíveis impactos negativos danosos e irreversíveis.

4 ANÁLISES E MÉTODOS

Nesta instância, foram investigados os tópicos discutidos anteriormente e seus subsídios de promoção da tomada coletiva de consciência e da prática da flexibilidade voltadas aos planos de desenvolvimento local de forma sistêmica. Assim como as propostas de discussão nas seções anteriores, esta também é apresentada de forma indutiva, conduzindo a análise a partir de dados e informações levantados até as conclusões mais generalizadoras. A partir dessa premissa, construiu-se uma pesquisa de campo a respeito dos impactos da segunda residência no distrito do Guaibim.

Primeiramente, a pesquisa de campo voltou-se ao diagnóstico dos elementos de percepção dos principais atores sociais, recorrentes acerca do tema. Para essa finalidade, o método de procedimento utilizado foi o *survey*, pois pretendia-se considerar os levantamentos de investigação em termos gerais com a população indicada. As percepções dos atores sociais mais representativos do distrito do Guaibim foram apresentadas sob a concepção de que era necessário delinear-se as características principais da comunidade, sem a pretensão de se consultar a amostragem total da população local, já que os elementos buscados poderiam ser definidos em linhas mais amplas.

O segundo segmento da pesquisa de campo voltou-se à demonstração das constatações teórico-metodológicas oriundas do *survey*, de modo que houvesse igualmente uma sequência indutiva de informações apontando para resultados conclusivos.

4.1 SURVEY PARA O DIAGNÓSTICO DOS ELEMENTOS DE PERCEPÇÃO RECORRENTES SOBRE A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO GUAIBIM

Esta seção destina-se à discussão do fenômeno da segunda residência recorrente nas percepções dos principais atores sociais no distrito do Guaibim. A partir de inquéritos em um estudo transversal, foram obtidos dados primários que mensuravam informações da população atual. Ao passo que se necessitou de uma amostragem mais representativa da sociedade e de apontar para suas características mais amplas, utilizou-se o *survey* como método de procedimento.

Segundo Babbie (1999),

Surveys são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos. Nestes, o pesquisador não se preocupa com o porquê da distribuição observada existir, mas com o que ela é. (BABBIE, 1999, p. 96).

Desse modo, a segunda residência foi constatada e analisada a partir da perspectiva dos atores sociais mais importantes. O foco foi atribuído à apresentação dos resultados em si e da representatividade do fenômeno, sem ênfase voltada à quantificação. Ou seja, as sistematizações dos assuntos abordados, os números encontrados e as estatísticas desenvolvidas serviram para apontar para as características principais do objeto investigado. Distribuíram-se os resultados e as conclusões do *survey* em duas fases.

Na primeira, enfatizou-se a atenção à expressividade livre dos sujeitos pesquisados. Propôs-se uma sequência de entrevistas semiestruturadas, por meio das quais fosse possível ao pesquisador conhecer mais a realidade do local estudado. A amostragem procurou ser mais representativa do que necessariamente apresentar quantidades relacionadas a algum aspecto. Ou seja, compreendeu-se primeiramente a organização da população, procurou-se delinear os seus principais atores sociais e analisar como estes poderiam contribuir para a compreensão do problema desta investigação. Dessa forma, aplicou-se a entrevista com líderes locais, moradores mais antigos, mais jovens, representantes políticos e moradores de segunda residência.

As transcrições e discussões foram agrupadas segundo as categorias de análise espacial da seção 2, de forma que se compreendam mais especificamente os direcionamentos dos discursos, na sequência dos temas até então apresentados. Ainda nesta fase, partiu-se para o tratamento das entrevistas com o *software* de análise de pesquisa Iramuteq. A função deste *software* seria a sintetização das recorrências de temas e vocabulários das entrevistas, de forma que se construíssem gráficos, tabelas e outras imagens que pudessem esclarecer as percepções dos entrevistados.

A segunda fase do *survey* foi a elaboração de questionários aplicados no distrito de Guaibim que representassem, o mais próximo possível, as percepções encontradas na fase anterior. O número de questionários aplicados baseou-se no princípio da saturação. Segundo Guerra (2006),

Nesse sentido, a saturação pode ser considerada uma categoria de análise, significando que, no contexto da interrogação, o entrevistador dá conta da repetição das informações face aos nós centrais do questionamento. Assim, a saturação é definida como um fenômeno pelo qual, depois de um certo número de entrevistas, o investigador – ou a equipa – têm a noção de nada recolher de novo quanto ao objecto da pesquisa. (GUERRA, 2006, p. 42).

A aplicação de questionários foi finalizada no ponto em que novos dados não estavam sendo acrescentados ao resultado (ver estudo de saturação no Apêndice B). Para uma maior representatividade, aplicaram-se questionários em diferentes localidades no distrito de Guaibim, especialmente naquelas em que se concentravam os maiores adensamentos urbanos, abordando moradores de primeira e de segunda residência. Os resultados desta fase da pesquisa foram sistematizados em forma de gráficos, seguidos por análises críticas.

4.1.1 A primeira fase do *survey*

Inicialmente, houve uma lista com inúmeras possibilidades de aplicação com os principais atores sociais, a qual foi sendo reduzida ao longo dos contatos realizados com os possíveis sujeitos pesquisados, até que se atingiu o número de 10 entrevistas assim delimitadas: moradores mais antigos, moradores jovens, líderes locais, políticos e moradores de segunda residência.

As perguntas foram elaboradas de forma a versar sobre a situação do passado, analisar o presente e tentar vislumbrar uma projeção futura baseada nas experiências dos atores sociais mais significativos. Também se discutem as inter-relações entre os tópicos baseados nas categorias de análise espacial discutidas na seção 2. Seguem abaixo as questões aplicadas, com seus respectivos critérios de elaboração:

Quadro 7 – Entrevista aplicada na primeira fase do *survey* e seus critérios de elaboração

QUESTÃO	FOCO TEMPORAL	CATEGORIA DE ANÁLISE ESPACIAL ENFATIZADA
As casas que as pessoas usam para veraneio, férias, feriados e finais de semana fazem diferença na vida das pessoas que moram no Guaibim? E por quê?	Situação atual	Forma Função
Como era o Guaibim antes dessas casas?	Passado	Forma Processo
Você analisaria as casas de segunda residência como positivas ou negativas para o local? Por quê?	Situação atual	Forma
E como você prevê, pela sua experiência, o futuro do Guaibim, com a construção dessas casas?	Expectativas futuras	Estrutura Forma Função Processo

Fonte: O autor desta dissertação (2017).

Essas entrevistas foram precedidas de uma breve discussão sobre a segunda residência. Tal atitude foi fundamental, pois se percebeu que não estava clara antes, entre os sujeitos pesquisados, uma sistematização maior sobre o que seria, de fato, o fenômeno em questão. E ainda houve uma tentativa de variar o nível de linguagem de acordo com cada entrevistado. Devido a essas questões, as perguntas mudaram em termos de vocabulário, mas não em essência.

E na medida em que os sujeitos pesquisados fossem respondendo às perguntas realizadas, eles poderiam livremente passar para outra questão ou rever algum ponto já indicado. O que se buscava era principalmente os temas de percepção na expressividade do entrevistado ao discorrer sobre a segunda residência no distrito do Guaibim, não necessariamente na ordem em que fora proposta.

Todas as entrevistas foram devidamente autorizadas por escrito. No entanto, os nomes dos respondentes não foram divulgados nesta dissertação para preservar suas identidades e respectivos posicionamentos, além do motivo de que o foco era mais voltado à representatividade da sociedade local do que às definições em particular.

Ressalta-se que fazem parte de relatos orais, e quando houve a transposição para o texto escrito, procurou-se manter a linguagem em sua variação original (formal ou informal), o mais próximo possível do que os entrevistados trouxeram. Desse modo, eventuais desvios da norma padrão da Língua Portuguesa foram preservados.

A primeira entrevista, com um morador residente no distrito do Guaibim há 74 anos, revelou bastante contentamento com a situação do local, assim como demonstrou grande expectativa para o futuro. Em suas palavras,

Do que eu cheguei pra aqui, do que eu tô vendo hoje, olha o Guaibim tá subindo assim, feito aquele balão de oxigênio que vai lá pra cima. Agradecendo a político e a não político, porque a melhor coisa no mundo é o político honesto. (Informação verbal)⁴³

Sobre a segunda residência, o morador acredita que o fenômeno “é positivo”, mesmo que, por vezes tenha a compreensão de que se trata apenas de casa para aluguel. Em todo o momento, o morador se refere ao lugar como o meio que o fez ascender socialmente. Ele faz questão de ressaltar:

⁴³ Entrevista 1, realizada pelo autor. Valença, 2017.

Eu sou pescador. Levante aí que eu vou mostrar a você. Pode gravar também. Tá vendo aí essa ponta aí? Até essa ponta lá? Essas duas pontas. É meu. É de um pescador. Sabe como eu consegui isso? Nunca trabalhei um dia pra receber de amigo nenhum. (Informação verbal).⁴⁴

Depois de trazer suas recordações da época em que era mais jovem, relembra a situação atual do distrito:

O Guaibim daqui só vai pra melhor. Daqui, esse pedacinho de chão, cada dia que entrar um prefeito honesto, um Governador honesto, daqui só vai pra melhor. (Informação verbal).⁴⁵

Em seguida, partiu-se para a segunda entrevista, aplicada a uma moradora que relata viver no Guaibim por volta de 50 anos, a qual também analisa a situação presente do local de forma positiva. Ressalta que os meios de transporte atuais favorecem a mobilidade de/para o Guaibim. Ela comenta:

Mas hoje, graças a Deus a gente estamos aqui e eu estou achando que está melhor do que dantes, né? Porque aqui era um lugar que não tinha nem transporte. E hoje, graças a Deus, temos transporte pra ir em Valença na hora que a gente quiser, em Salvador, viu, eu acho bom por isso, né. (Informação verbal).⁴⁶

Sobre a segunda residência, a entrevistada preferiu manter sua opinião neutra, destacando o benefício de trazerem um novo aspecto à arquitetura do lugar.

Ah, eu creio que não faz diferença não, porque as casas, eles fizeram, muitas, como é que diz, é nova, né? As casa é novata. Agora essas casas antigas que o pessoal não pode ficar porque às vezes não tem boa construção, às vezes muitos não pode né? Mas quem pode faz suas casas boa. É, aí eu acho que o pessoal gosta. (Informação verbal).⁴⁷

Após entrevistar moradores mais antigos, partiu-se para a análise dos mais jovens. Inicialmente, abordou-se um morador de 20 anos de idade. Em seu discurso, ele atribuiu ao fenômeno da segunda residência o status de “benefício para o povo”.

Olha, pelo que eu conheço aqui, o movimento aqui do Guaibim, é um benefício, porque nem é sempre que tem um movimento aqui na praia do Guaibim, né? [...] Então, com certeza é um bom benefício aqui pra o povo aqui do Guaibim, porque vivem mais da pesca, do artesanato, e também sobre o aluguel de casa. (Informação verbal).⁴⁸

⁴⁴ Id.

⁴⁵ Id.

⁴⁶ Entrevista 2 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

⁴⁷ Id.

⁴⁸ Entrevista 3 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

Em sua fala, o entrevistado afirmou não ter muita propriedade sobre o assunto. No entanto, afirmou que a segunda residência é um vetor de crescimento.

De cada vez mais crescer a quantidade de residências, de casas, e com a chegada de mais turistas para a localidade, e ver que o Guaibim tá crescendo, e ver que com certeza é um benefício também. Eu acho que é uma boa ideia. Com certeza. (Informação verbal).⁴⁹

A outra fala de habitante jovem foi obtida a partir da entrevista aplicada a uma moradora de 19 anos de idade. Ela demonstrou bastante conhecimento dos impactos da segunda residência na estrutura local do distrito.

[...] eu acho que faz muita diferença, porque antes dessa casa, muita gente aqui no Guaibim, muitos moradores daqui viviam, tinha as casas e viviam de aluguéis. Depois que esse povo vieram pra cá e fizeram as próprias casas aqui, as pessoas vai perdendo o lucro. Ao invés de alugar, eles já têm as próprias casas e ficam aí. (Informação verbal).⁵⁰

Depreende-se do seu discurso que o fenômeno não traz tantos benefícios, pois os que viviam do aluguel perderam renda e não têm mais como obter remuneração a partir de seus imóveis.

Como eu disse na primeira pergunta, né, as pessoas tinham mais lucro aqui, porque as pessoas viviam antes de aluguéis, aproveitava os finais de semanas, feriados, pra ter lucro. E depois das casas ficaram complicado, porque as pessoas vão perdendo renda com isso. (Informação verbal).⁵¹

Entretanto, a entrevistada ainda consegue perceber vantagens em relação à chegada de mais pessoas no distrito. Ela afirma:

Eu prevejo um Guaibim maior, com relação a essas casas [de segunda residência]. Eu prevejo ele [o Guaibim] crescendo, de uma certa forma. (Informação verbal).⁵²

Na sequência, procurou-se ouvir os líderes locais, por serem atores de grande importância no campo do estudo social, principalmente por sua visão global das questões que envolvem o lugar. Mesmo sendo de um tamanho relativamente pequeno, o Guaibim é um distrito com muitos líderes. Estes estiveram representados pelos que responderam às duas entrevistas seguintes.

⁴⁹ Id.

⁵⁰ Entrevista 4 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

⁵¹ Id.

⁵² Id.

O primeiro líder local representa uma associação de pescadores e marisqueiras do Guaibim. Ele inicia seu discurso comentando sobre as casas novas do distrito, tanto as de segunda residência, quanto as construídas para alugar. Sua análise é a seguinte:

Então, alavanca a economia do distrito, gira o comércio de uma forma geral, e novas pessoas que estão chegando pra essas casas, de uma forma geral tá somando, eu acho isso importante, a gente somar pra desenvolver o lugar e criar até emprego, recurso, prazer de vidas para o Distrito, e beneficiar não só o Guaibim, como Valença um todo, que essas pessoas compra também em Valença, compra nos mercados, nas padarias, nos bares e restaurantes, entendeu? Acho que é muito importante. (Informação verbal).⁵³

Esse entrevistado enfatizou a questão do desenvolvimento do local (ao todo, são quatro ocorrências em seu discurso). Isso demonstra que sua visão do tema abordado é positiva, principalmente porque a construção de novas residências traz mais renda para as pessoas.

Em continuação, ele relembra que o Guaibim antes era um “local pacato”, realidade esta que mudou com o crescimento do número de residências.

Agora, eu acredito que o Guaibim, para os moradores, antigamente era melhor porque eles ficavam incomodado, e era aquele negócio mais simples. Hoje, os moradores do Guaibim das vias principal foram empurrados para a periferia, porque aquelas casas ali se tornaram comércio, foi vendido para as pessoas de um poder aquisitivo maior, e de certa forma houve desenvolvimento, mas pra algumas pessoas, prejudicou. Porque essas pessoas não sabiam do valor real, venderam por um preço irrisório e ficaram prejudicado, e hoje moram lá na periferia. (Informação verbal).⁵⁴

Ele ressalta que os novos moradores do Guaibim são advindos principalmente do Distrito Federal, de Goiânia, de São Paulo e de Minas Gerais. Na maior parte de sua fala, ele afirma que o Guaibim tem muito a ganhar com o crescimento. Suas palavras revelam uma percepção extremamente otimista:

Eu continuo pensando positivo, eu acho que o Guaibim com essas casas tem um futuro melhor. O desenvolvimento veio pra beneficiar. Agora, nós estamos passando por uma recessão, por uma crise, todo país passa por essa recessão, e a gente vê que realmente houve uma parada no número de casa em construção. Mas a gente tem uma boa esperança, uma boa perspectiva para o futuro, o Guaibim quer a melhora[...] [...]. Então, nós já temos centro, nós já temos um Correio, já temos um cartório que tá se fixando no Guaibim e o povo tá acreditando. Eu acho que essas novas casas só veio somar. (Informação verbal).⁵⁵

O segundo líder local é um dos responsáveis por uma associação de pescadores. Assim como na entrevista anterior, definiu a construção de casas novas (tanto para o aluguel quanto

⁵³ Entrevista 5 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

⁵⁴ Id.

⁵⁵ Id.

para segunda residência) como algo positivo. A peculiaridade desta entrevista se encontra no fato de que o entrevistado associou o tema da segunda residência diretamente à atividade do turismo. Inicialmente, ele se discute:

[...] porque desde quando você tem uma casa que aluga pra um grupo de turista que vem de fora, geralmente ajuda o Distrito. Na verdade, nós vivemos aqui na praia do Guaibim é do turismo. Então essas pessoas é muito importante para nossa comunidade. (Informação verbal).⁵⁶

Reiterou o fato de que as pessoas com segunda residência deixam mais impostos, aumentando a receita do município, ajudando assim nas melhorias da estrutura urbana.

Na verdade essas casas são boas, positiva, uma porque o empreendimento está aqui no nosso distrito, porém gera imposto pra o nosso município, e o que acontece, então não deixa de ser ruim, [...]. (Informação verbal).⁵⁷

O entrevistado relembra que há moradores de segunda residência que frequentam suas casas no Guaibim somente na baixa estação. Já na alta estação, aproveitam para alugar suas casas e conseguir uma renda extra. Em todo o caso, a residência ali construída é um benefício para o proprietário.

Então, no período de alta estação, algumas pessoas aluga pra gerar uma renda justamente para pagar a despesa no inverno. Mas no inverno, o proprietário sempre vem passear nas suas própria casa e aí eu não acho que seja negativo. Eu acho positivo e cada vez melhor pra nós. (Informação verbal).⁵⁸

Seguiram-se as entrevistas ouvindo-se os representantes políticos que estão diretamente relacionados ao distrito do Guaibim para discutirem a atual situação do local e abordarem seus pontos de vista sobre o fenômeno da segunda residência.

O primeiro representante foi um político da Secretaria de Turismo da cidade de Valença-BA. Sua fala inicialmente discute o potencial do Guaibim, relembra os problemas ainda presentes no local devido à gestão anterior e sua crença de que é possível construir um lugar melhor por meio da atividade do turismo.

Bem, pra o município de Valença, nós enxergamos que o potencial turístico do Guaibim é enorme, fantástico. Infelizmente, as gestões anteriores não tiveram essa preocupação de poder colocar todo o potencial ao qual o Guaibim tem em prática. Nós estamos com um desafio muito grande, de estar desenvolvendo ações que venham estar fomentando o turismo, e conseqüentemente estar atraindo pessoas para o nosso maior potencial turístico, que é o Guaibim, e ele possa demonstrar, não só à gestão,

⁵⁶ Entrevista 6 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

⁵⁷ Id.

⁵⁸ Id.

mas a toda a região o poder de fogo que ele tem dentro do segmento. Acreditamos muito no Guaibim como uma grande fonte de renda pra o município e também um grande atrativo pra toda a região. (Informação verbal).⁵⁹

Sobre a segunda residência, afirma que se trata de um fenômeno positivo. Em suas palavras,

Todas as vezes que a gente percebe uma nova construção no Guaibim, a gente percebe também algumas situações positivas. É mais uma pessoa vindo morar, ou passar uma temporada em nosso maior ponto turístico, o Guaibim. Este lado é o positivo. (Informação verbal).⁶⁰

No entanto, ele ressalta que a segunda residência, assim como outras atividades (como a construção de casas para aluguel) que prejudicam o segmento da hotelaria, pode vir a prejudicar o turismo e, conseqüentemente, trazer prejuízos ao local.

Mas a partir do momento em que ela começa a explorar a atividade comercial, quando não existe a licença, quando não foi dado a autorização, ou permissão, ou concessão, pra que ela venha a utilizar, isso prejudica e muito o segmento da hotelaria. As pousadas e hotéis reclamam porque eles deixam de estar alugando os seus apartamentos, os seus espaços, em função de propostas que começam a surgir de casas que não têm um critério, que não foi exigido uma série de situações pra que ele pudesse estar praticando esta atividade. Então, este é o lado negativo, acaba tirando a receita dentro do segmento da hotelaria. (Informação verbal).⁶¹

Em continuação, o entrevistado ressalta que está ciente da situação e sua gestão está se dedicando a resolver essas questões. Nota-se um discurso que tende a não comprometer a nenhum dos lados envolvidos, tentando reduzir o conflito e trazer a melhor solução para o distrito.

Isso a gente está buscando um alinhamento, conversando com alguns proprietários que têm essa prática de estar alugando os seus imóveis, que acaba tirando a receita dos hotéis. Este alinhamento a gente vem buscando através de reuniões, tentando mostrar a necessidade de que existe para o crescimento e desenvolvimento do Guaibim, do maior potencial turístico do município. Então, é uma situação delicada, tem os seus lados positivos e negativos, que a gente tem que ver com muito carinho pra que ninguém saia prejudicado. Informação verbal).⁶²

Quando questionado sobre a falta de padronização da arquitetura do lugar, assim como sobre a necessidade de uma fiscalização mais atenta às novas construções, o entrevistado fez uma análise e, ao mesmo tempo, uma proposta para cumprimento ainda em sua gestão. Ele

⁵⁹ Entrevista 7 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

⁶⁰ Id.

⁶¹ Id.

⁶² Id.

discutiu a necessidade de padronizar a orla da rua principal do Guaibim e suas adjacências. Ele afirma que tal atitude é essencial à atividade do turismo.

Olhe, quando você fala em padronização, só vem na minha mente as barracas que foram criadas na frente principal do Guaibim, na praia, que não houve critérios, não houve normas, não existe diretrizes, e a gente vê a deficiência onde muitas daquelas barracas ali apresenta. Uma estrutura que fica a desejar. O nosso turista, ele é exigente, ele cobra qualidade, ele cobra uma padronização, ele cobra normas e diretrizes a serem implantadas, pra que a gente possa vender o produto, o Guaibim, com mais facilidade. É necessário, sim, uma padronização principalmente na orla do Guaibim, pra que a gente possa estar apresentando o Guaibim organizado. [...] Esse é um dos grandes desafios também pra que a gente possa estar desenvolvendo ações e possa estar de alguma maneira agradando aos nossos visitantes. É um dos desafios também de nossa gestão. (Informação verbal).⁶³

Esta entrevista foi finalizada abordando o futuro do distrito de acordo com suas experiências e percepções. Seu otimismo foi muito evidente, sendo que ele procurou exemplificar com grandes números, referências essenciais e elementos da paisagem que tornam o Guaibim um lugar promissor ao turismo:

Os números são fantásticos, tá? Em um raio de 150 km a partir de Valença, norte, sul, leste, oeste, nós somos quase um milhão de habitantes. Quantas cidades gostariam de ter uma praia como nós temos? Uma extensão, uma areia espetacular, a cor da areia clara. Quantas cidades gostariam de ter este produto praia, e não têm? Eu vejo o Guaibim como uma grande fonte de renda pra o município. Ela pode se revelar, sim, e eu tenho certeza disso. Ela tem um potencial fantástico. [...] Vamos mostrar isso à nossa região, ao nosso Estado, ao nosso país. Vamos levar isso pra o mundo conhecer o Guaibim. Guaibim precisa ser melhor trabalhado. Potencial ele tem, uma fonte de renda maravilhosa. Acredito sim, de que o Guaibim se torne uma grande fonte de renda para o município de Valença. (Informação verbal).⁶⁴

Outra entrevista foi aplicada a uma representante do município de Valença-BA, uma vereadora que também possui uma segunda residência no Guaibim. Assim como na entrevista anterior, ela iniciou comentando sobre a situação atual do distrito, e expôs os problemas resultantes da gestão anterior.

Como moradora de Valença e também possuidora de uma casa no distrito do Guaibim, vejo que ao longo dos anos a falta de políticas públicas de vários gestores que passaram pelo nosso município fecharam os olhos para que Guaibim deixando de realizar grandes obras para seu desenvolvimento. (Informação verbal).⁶⁵

Em relação à estrutura necessária ao lugar para manutenção do turismo, a entrevistada é bastante enfática, afirmando que muito ainda é necessário para que se consiga atingir os níveis

⁶³ Id.

⁶⁴ Id.

⁶⁵ Entrevista 8 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

desejados. Em sua descrição da paisagem propícia à recepção de visitantes, ela praticamente utilizou os mesmos elementos da paisagem contida na entrevista anterior.

Ainda não temos um turismo que fortaleça o comércio local durante todo o ano, apesar de termos uma praia com uma extensão de mais 20 km salvo engano de praia com areias branca, apreciada pelo mar propício à prática de surf devido às fortes ondas. Se faz necessário uma infraestrutura em todo distrito para que a praia de Guaibim receba o turista e dê ao nativo a satisfação de viver bem neste espaço que Deus deixou como um espetáculo da natureza. (Informação verbal).⁶⁶

Na sequência, ela afirma ter proposto diversas ações que fortaleceriam “o crescimento e o progresso” do distrito, como a construção de um quebra-mar para receber os turistas que viessem da Ilha de Tinharé, estacionamento especialmente construído para os ônibus de turismo, construção de pontos de ônibus para os que dependem deste meio de transporte no dia a dia, reestruturação do cemitério do Guaibim, aquisição de um Banco 24h e construção de um centro de convenções.

Sobre a questão do fenômeno da segunda residência no distrito, ela afirma que:

Casas sendo elas primeira ou segunda, não deixa de positiva para qualquer local. Mesmo fechada ela faz parte do senso local, onde gera conta de água, energia, IPTU e etc. O comércio também gira em torno dos aluguéis, seja ele na baixa ou alta estação então empreender será sempre bem-vindo ao distrito. (Informação verbal).⁶⁷

Também foi questionada a necessidade da padronização e fiscalização das obras arquitetônicas no Guaibim. Sobre esse tema ela traz, da mesma forma que o Secretário de Turismo, a necessidade da requalificação da orla do Guaibim.

Tudo que é feito de forma harmônica traz uma conotação diferenciada. A vila foi construída sem nenhum padrão arquitetônico, até porque se tratava de uma vila de pescadores que é uma atividade econômica que surgiu sem nenhum planejamento. Na atual realidade, já é um sonho a padronização na arquitetura da orla do Guaibim, avaliando que quando lá no passado construíram as primeiras barracas na orla do Guaibim, não houve um planejamento para que primeiro fosse construído um calçadão para depois as barracas. Já se encontra na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) o Projeto de requalificação urbana paisagística e ambiental para praia de Guaibim e que também foi encaminhado para a secretaria estadual do Turismo. Esta obra está prevista no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prrodetur/NEII. (Informação verbal).⁶⁸

Mais especificamente questionada sobre a questão das novas obras (as casas dos moradores locais e também as de segunda residência, que são em maior número), principalmente com relação às construções desordenadas e que impactam negativamente na

⁶⁶ Id.

⁶⁷ Id.

⁶⁸ Id.

estrutura do lugar, a entrevistada afirmou a necessidade de o município gerir melhor essa situação, pois ela tem acarretado inúmeros problemas.

A fiscalização, que deveria ser mais intensa, não existe. O que vemos são construção fora das normas e padrões que são exigidas para toda obra nova, ocupação desordenada e desmatamento sem uma rigorosa fiscalização. Também se faz necessária a apresentação de projeto arquitetônico na Secretaria Municipal de Infraestrutura para obtenção do Alvará de Construção. Sem o alvará, nenhuma obra de edificação pode ser feita e o infrator está sujeito à notificação, multa e embargo de obra, até a regularização. É público e notório como estão sendo criados os condomínios sem nenhuma infraestrutura e aleatoriamente no distrito de Guaibim, causando sérios problemas no tocante à pavimentação, rede de esgoto que não existe, onde algumas constroem fossas sépticas e algumas despegam os dejetos nos manguezais, onde o lançamento de esgotos domésticos nos corpos hídricos. (Informação verbal).⁶⁹

A entrevista é finalizada de uma maneira otimista, com uma percepção baseada na ação prática para que se consiga construir um lugar melhor.

Se houver políticas públicas suficiente para sanar os inúmeros problemas citados acima, vejo o Guaibim com horizonte promissor para o turismo forte, desenvolvimento econômico e social. (Informação verbal).⁷⁰

Sobre as entrevistas com os moradores de segunda residência abordados nesta pesquisa de campo, pode-se concluir que suas percepções também mostraram-se bastante positivas. Embora permeados de algumas incertezas, como os caminhos que estão direcionando o erguimento da infraestrutura local e a valorização de seu patrimônio, os discursos pareciam bem otimistas.

A esse respeito, um dos entrevistados comenta:

Uma caixa com muitos sonhos. Alguns realizaram, outros ainda irão realizar, que é morar ou ter uma casa na praia do Guaibim. Um lugar geograficamente privilegiado. [...] Cada vez mais estou vendo pessoas se mudando para o Guaibim [...]. (Informação verbal).⁷¹

Mais específico, outro morador de segunda residência sumariza:

Então, eu acredito que [a segunda residência] tem os lados positivos e negativos. Não é de todo negativo. Mas também tem problema. Se talvez tivesse mais moradores, tivesse uma estrutura, mais pessoas viessem morar [aqui permanentemente]. Eu mesmo não tenho coragem de morar aqui porque eu não acho um lugar seguro porque a rua fica deserta [durante quase todo o ano]. (Informação verbal).⁷²

⁶⁹ Id.

⁷⁰ Id.

⁷¹ Entrevista 9 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

⁷² Entrevista 10 – realizada pelo autor. Valença, 2017.

As entrevistas nesta fase do *survey* apontaram para resultados esclarecedores a respeito da segunda residência no Guaibim: evidenciou-se que o fenômeno é de fato expressivo sob a ótica dos sujeitos consultados e que os conflitos dele provenientes são percebidos. No entanto, não houve até esta fase uma sistematização dessas informações, as quais serão a partir desta instância a seguir devidamente apresentadas.

4.1.1.1 O *software* Iramuteq

O *software* utilizado na análise do corpus textual que contém as entrevistas deste estudo foi o Iramuteq. Segundo seu tutorial⁷³ em português,

O IRAMUTEQ é um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud e licenciado por GNU GPL (v2), que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras. Ele ancora-se no software R e na linguagem Python.

Foi esse *software* que possibilitou a construção das imagens, gráficos e tabelas relacionadas à primeira fase do *survey*, assim como foi por sua contribuição que se elaborou o questionário da segunda fase. Após a inserção dos textos, foi possível partir para as análises mais específicas. Neste estudo, foram utilizados os seguintes:

Quadro 8 – Funções do Iramuteq utilizadas nesta pesquisa

FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
Estatística	Identifica e reformata as unidades de texto, identifica a quantidade de palavras, frequência média e “hápax” (palavras com frequência um), pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (formas reduzidas), cria do dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares.
Análise de similitude	Possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação.
Nuvem de palavra	Agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência.

Fonte: Tutorial do Iramuteq em português.

⁷³ Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>> (Adaptado).

No processamento do *corpus* textual no Iramuteq, optou-se pela lematização. Segundo Camlong e Zapparoli (2002),

A lematização é um processo de redução ou de síntese parcial do léxico, que consiste na redução dos elementos lexicais a um único vetor centrado em torno de uma raiz temática – campo temático -, ou em torno de um vocábulo-chave (por exemplo, reagrupamento pelas diferentes flexões de um vocábulo, ou pela mesma categoria gramatical de nomes, adjetivos, verbos, pronomes etc.) – campo lexical. A determinação da frequência e do peso do novo vetor permite considerar-se o lugar que ocupa no corpus e na variável e, portanto, sua carga semântica, temática, argumentativa e discursiva. Enfocando-se o vocabulário preferencial de cada variável e recorrendo-se ao vocabulário específico fundado na lematização, podem-se, pois, focalizar blocos considerados mais importantes e, a partir deles – portanto, com base em princípios científicos, visto o critério utilizado ser o peso do item lexical na construção do texto -, realizar-se um recorte de sequências lexicais e enunciativas. (CAMLONG ; ZAPPAROLI, 2002, p. 49).

Dessa maneira, diversas ocorrências que traziam a mesma raiz da palavra, ou seja, a mesma informação, foram reduzidas. Destaca-se que, de fato, os elementos temáticos sejam identificados pela lematização nas falas dos sujeitos pesquisados. Os resultados se ativeram às tentativas de identificação das percepções dos principais atores sociais em torno da frequência dos temas que estes traziam, evidenciando-se, assim, os mais relevantes neste estudo. Não houve um maior aprofundamento sobre a elaboração das estruturas discursivas⁷⁴ em si, da linguagem utilizada e das condições sob as quais estas foram produzidas, apesar de terem demonstrado caminhos analíticos promissores.

4.1.1.2 Resultados obtidos através do processamento no Iramuteq

Após a construção do corpus textual, estruturado pelo programa Iramuteq, que continha todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa, foi possível obter uma visão mais acurada da percepção dos moradores do distrito do Guaibim em relação à percepção deles sobre o fenômeno da segunda residência.

Com base em seus discursos e falas, o *software* elaborou um estudo estatístico das ocorrências linguísticas, através do qual se pôde iniciar a análise. Foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior a 8 (ou seja, que apareceram oito vezes ou mais nas entrevistas).

⁷⁴ Uma das poucas estruturas discursivas levadas em consideração foi a escolha pelo critério de análise apenas dos substantivos (“nom”), dos adjetivos (“adj”) e dos verbos (“ver”), pois as demais classes gramaticais não acrescentavam à discussão os elementos que se buscavam. A lematização encarregou-se de tecer as relações existentes nas raízes semânticas da palavra.

A apresentação estatística, baseada no número de frequência das palavras apresentada pelo Iramuteq, foi a seguinte:

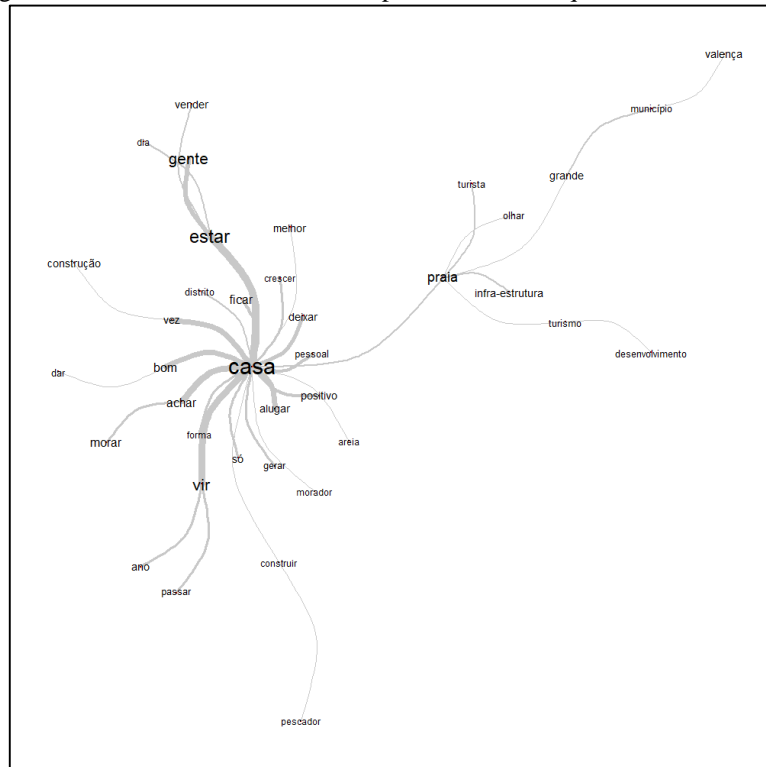
Figura 15 - Frequência das palavras nas entrevistas

Forme	Freq. ↓	Types
casa	60	nom
estar	52	ver
gente	29	nom
vir	26	ver
praia	20	nom
bom	19	adj
morar	17	ver
achar	16	ver
ficar	14	ver
valença	12	nom
vez	12	nom
construção	11	nom
deixar	11	ver
grande	11	adj
infra-estrutura	11	nom
passar	11	ver
positivo	11	adj
vender	11	ver
alugar	10	ver
ano	10	nom
melhor	10	adj
só	10	adj
construir	9	ver
dar	9	ver
distrito	9	nom
gerar	9	ver
olhar	9	ver
pescador	9	nom
peçoal	9	adj
turismo	9	nom
areia	8	nom
crescer	8	ver
desenvolvimento	8	nom
dia	8	nom
forma	8	nom
morador	8	nom
município	8	nom
turista	8	nom

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) com o software Iramuteq.

Foi então que se utilizou a função “análise de similitude”. Através dela, foi possível compreender a relação entre as palavras, assim como compreender os assuntos mais recorrentes. Segue, na Figura 16, a construção gráfica.

Figura 16 – Análise de similitude das palavras mais frequentes nas entrevistas



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) com o software Iramuteq.

Pode-se notar que a palavra em maior evidência foi “casa”. E um dos aspectos mais notórios é que não há palavras de cunho negativo ao seu redor. Em uma interpretação mais livre, poder-se-ia inferir que, em se tratando do tema principal da segunda residência, os discursos apresentam-se como quase totalmente positivos. De fato, a análise de similitude apontou o adjetivo “positivo” como uma das palavras mais próximas a “casa”, acompanhado também por “bom” e “melhor”.

Bem próximo à palavra “casa”, há três vocábulos que se destacam. O primeiro deles “estar”, refere-se a um aspecto da segunda residência, que é o da permanência. No entanto, uma distinção semântica se faz bastante necessária: “estar” remete a uma fixação menor do que “ser”, apontando mais ainda para a condição de moradia secundária. A segunda palavra em destaque é “gente”, lembrando que o fenômeno se refere a uma questão essencialmente humana e social. A terceira ramificação de “casa” é “vir”, remontando justamente à questão do movimento de pessoas de fora para dentro, tipicamente representando a segunda residência. A partir de “vir”, surgem as ramificações “ano” e “passar” (muito provavelmente se referindo especificamente à expressão “passar parte do ano”), apresentando o aspecto da sazonalidade local.

Outro ponto central é a palavra “praia”, que conforme foi avaliado anteriormente, seria o elemento paisagístico mais valorizado naquele lugar. É a partir dela que se ramifica a palavra “turista”, que se estabelece uma relação de movimento voltado à visita também como a segunda residência. Destaca-se a sequência das palavras “praia-turismo-desenvolvimento”, representando em muito os discursos das entrevistas. E segundo o resultado na Figura 16, é a palavra “olhar” que conduz ao usufruto da praia, conforme se nota na palavra igualmente tão próxima.

Cabe ressaltar que o tema principal sobre o qual os entrevistados estavam discursando era o fenômeno da segunda residência. Mesmo sendo tratados outros assuntos (como o aluguel de casas, a projeção da estrutura do distrito em um futuro próximo, a padronização da arquitetura do local etc.), sempre foi enfatizado que a entrevista buscava conhecer um pouco mais sobre a percepção deles em relação às casas de segunda residência.

Em uma última análise do *software* Iramuteq, de forma a representar o contexto discursivo graficamente, utilizou-se a função “nuvem de palavra”. Com ela, foi possível observar as ocorrências que mais ficaram em evidência. As maiores foram as mais frequentes, as medianas são subtemas. As menores ficaram nas bordas da nuvem, sendo menos mencionadas, porém bastante relevantes à análise.

Figura 17 – Nuvem de palavras com as ocorrências das entrevistas



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017) com o software Iramuteq.

Sobre essa última figura, cabe a ressalva de que os vocábulos não estão necessariamente associados entre si pela proximidade uns dos outros. A função desse resultado na Figura 17 é trazer os temas evidentes através do tamanho das palavras em relação aos demais. O destaque é para as palavras “casa-estar-gente-vir”, apontando claramente para as maiores

características da segunda residência. Mais uma vez nota-se que as palavras nessa Figura não remetem ao tema de forma negativa, confirmando as percepções discutidas na análise de similitude.

4.1.1.3 Sistematização dos dados segundo os tópicos relacionados às categorias de análise espacial

Após a identificação dos elementos das falas dos entrevistados obtida no Iramuteq com suas ferramentas de análise estatística, análise de similitude e nuvem de palavra na primeira fase da pesquisa de campo, seguiu-se com a sistematização dos dados segundo os tópicos relacionados e as categorias de análise espacial discutidas na seção 2.

4.1.2 A segunda fase do *survey*

De acordo com a análise realizada a partir dos elementos discursivos obtidos na primeira fase da pesquisa, procurou-se construir um levantamento quantitativo e qualitativo com um número maior de sujeitos pesquisados. Partiu-se do pressuposto de que cada pergunta deveria refletir os resultados obtidos na primeira fase. A ferramenta utilizada foi um questionário, o qual necessariamente conteria um número maior de elementos do que os coletados na primeira fase. As respostas enumeradas e registradas de forma objetiva favoreceriam a apresentação das conclusões indutivas.

O desenvolvimento desta fase aconteceu entre maio de 2017 e janeiro de 2018. Ao todo, foram abordadas 30 pessoas (moradores de primeira e de segunda residência, na proporção de 1:1). O tamanho da amostragem seguiu o princípio da saturação, quando se constatou que as respostas não estavam mais acrescentando elementos novos, sendo que sua variação começava a ser mínima.

O Quadro 9 a seguir, apresenta a metodologia de elaboração dos questionários.

Quadro 9 – Esquema de elaboração dos questionários na segunda fase da pesquisa de campo

CATEGORIA DE ANÁLISE ESPACIAL	PALAVRAS ENFATIZADAS NAS FALAS DOS ENTREVISTADOS	PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO
Forma (relação com os aspectos internos do lugar)	casa morar bom	01. As casas de segunda residência tornam o Guaibim mais agradável de viver? a) Sim. b) Não. c) Talvez.
Estrutura (relação com os aspectos externos ao lugar)	crescer infraestrutura	02. Você acredita que os moradores de segunda residência compram casas no Guaibim pelos mesmos motivos que os habitantes locais? a) Sim. b) Não. c) Talvez.
Forma (relação com os aspectos internos do lugar)	olhar	03. Qual a paisagem mais atrativa do Guaibim? a) As praias. b) As casas. c) As fazendas. d) A reserva ecológica. e) Outra. (Especifique _____).
Função (relação com a vocação do lugar)	vir gente turista turismo	04. Qual a relação que você consegue enxergar entre a segunda residência e o turismo? a) As casas de segunda residência são uma forma de atrair pessoas para visitarem o lugar, assim como o turismo. b) Não vejo relação entre casas de segunda residência e o turismo.
Processo (relação temporal, analisando como o percurso histórico promove expectativas positivas quanto ao futuro do lugar)	desenvolvimento	05. Como os moradores locais podem se beneficiar a partir do fenômeno de segunda residência? a) Quando os moradores de segunda residência estão aqui, deixam dinheiro em compras e impostos, os quais são benéficos ao lugar. b) Os moradores de segunda residência também fazem parte do lugar, mesmo que vivam aqui apenas em determinadas épocas do ano. c) Os moradores locais não podem se beneficiar a partir do fenômeno de segunda residência.

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

O desenvolvimento desta fase aconteceu entre maio de 2017 e janeiro de 2018. Ao todo, foram abordadas 30 pessoas (moradores de primeira e de segunda residência, na proporção de 1:1). O tamanho da amostragem seguiu o princípio da saturação, quando se constatou que as

respostas não estavam mais acrescentando elementos novos, sendo que sua variação começava a ser mínima.

Inicialmente, foram aplicados 20 questionários, os quais tiveram seus resultados tabulados. Percebeu-se, já com esse número, que havia um pequeno nível de saturação, mas que ainda devia ser confirmado. Foram aplicados mais dez questionários, em locais e datas distintas. A tabulação destes constatou que a saturação estava evidente e determinava o limite do inquérito. Os números que indicaram a progressão da coleta de dados até o seu ponto de saturação podem ser checados no Apêndice B. O caminho percorrido para aplicação dos questionários foi bastante variado, abordando-se pessoas nas diferentes localidades do distrito do Guaibim com adensamento urbano mais evidente.

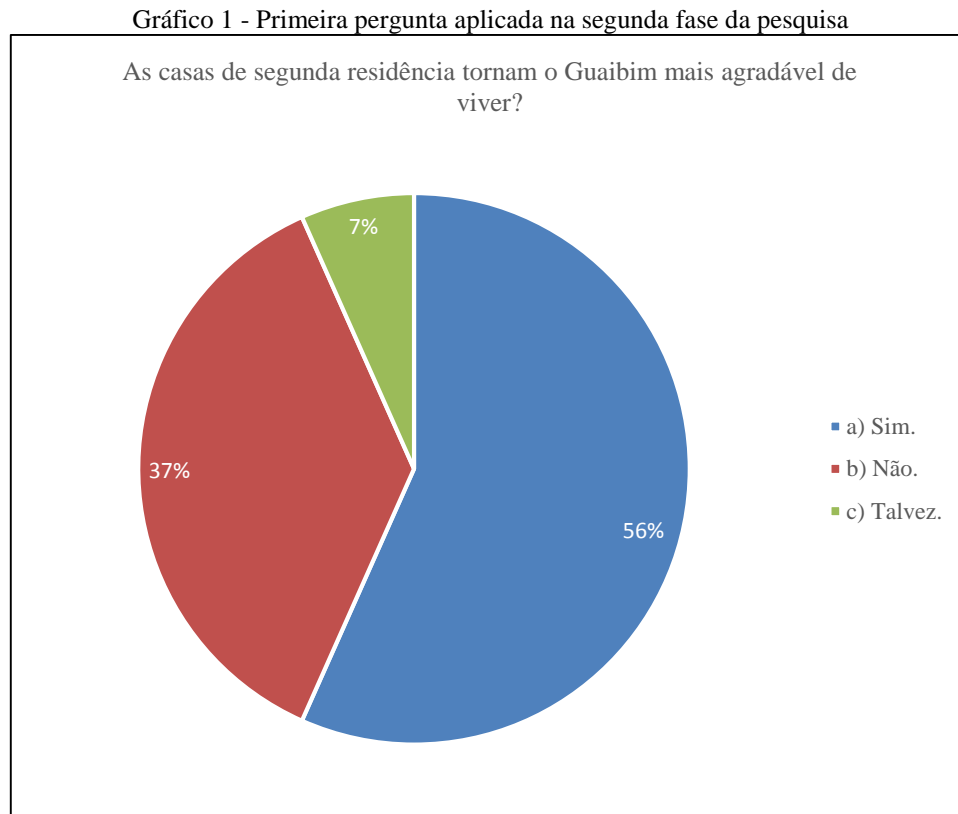
Antes que se iniciasse a aplicação do questionário, esclareceu-se que o foco do inquérito era como eles próprios compreendem a segunda residência, dado que este termo não é comumente utilizado naquele meio. Outra informação igualmente relevante é a de que não houve recusa na participação da pesquisa, mas uma grande receptividade ao pesquisador e uma predisposição para compreender o tema abordado. Na maioria das respostas, notou-se a intenção de se discutir para além do que se apresentava nas respostas objetivas. Foi constatada ainda uma grande necessidade de se obter atenção às necessidades daquela população. Certamente, há a possibilidade de continuação deste estudo através de outras análises, assim como também há inúmeros outros aspectos igualmente relevantes de serem abordados.

4.1.3 Resultados obtidos na segunda fase do *survey*

Os resultados obtidos trouxeram ainda mais especificidades acerca das percepções dos impactos da segunda residência no lugar. A seguir, serão apresentadas as questões aplicadas, seguidas da análise crítica das respostas.

O início do questionário teve a intenção de constatar um aspecto importante, que é o bem-estar dos moradores locais. Não se procurou uma avaliação comparativa do passado com o futuro (aspecto discutido na questão 5), mas apenas enfatizaram-se as condições e forma atuais do lugar. Na sistematização das respostas, notou-se que uma maioria não tão contrastante acredita que as casas de segunda residência melhoraram, de fato, o lugar. Entretanto, uma quantidade bem significativa de 37% afirmou que as casas de segunda residência não tornaram

o lugar mais agradável, o que traz a reflexão sobre a incerteza de tantas pessoas acerca do seu estabelecimento no local.



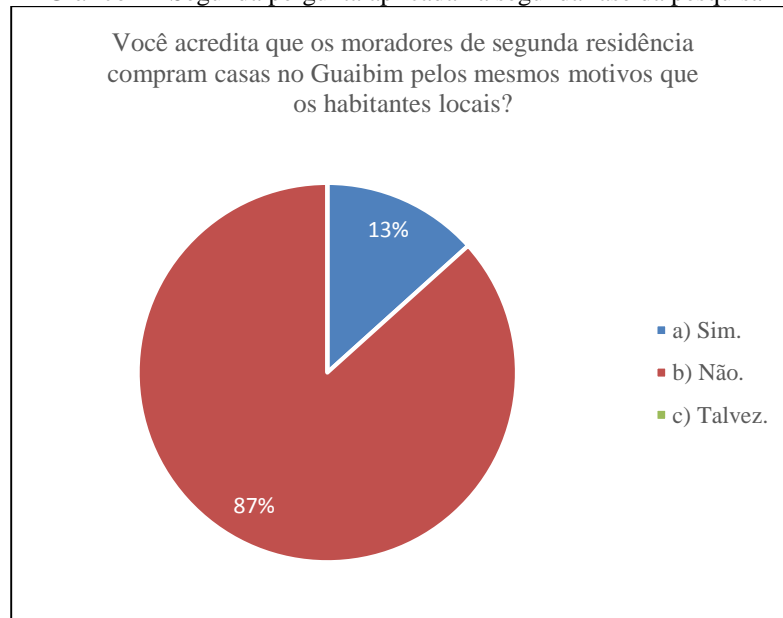
Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Na segunda pergunta, procurou-se questionar as diferenças nas motivações dos moradores locais e os de segunda residência para construir casas no Guaibim. Esperava-se avaliar a categoria de análise espacial “estrutura”, a qual explica as relações que o local tem com os ambientes a ele externos. Especificamente, buscou-se compreender a dimensão das relações que o Guaibim estabelece ao ponto de atrair pessoas de fora e que estejam interessadas em ali se estabelecer.

O resultado foi bastante evidente no que diz respeito aos dois grandes grupos que compõem o Guaibim. Como se pode observar no Gráfico 3 a seguir, dos entrevistados, 87% acreditaram que os moradores de segunda residência adquirem ou constroem uma casa no local por razões diferentes dos moradores locais. Uma informação que não estava nem nas perguntas nem nas respostas, mas foi notado na maioria dos comentários durante a aplicação dos questionários, é o fato de que os moradores de segunda residência se instalaram no Guaibim

apenas para desfrute da paisagem praiana. Já os moradores locais escolheram a vida ali por causa da oportunidade de trabalho na atividade do turismo e, principalmente, da pesca.

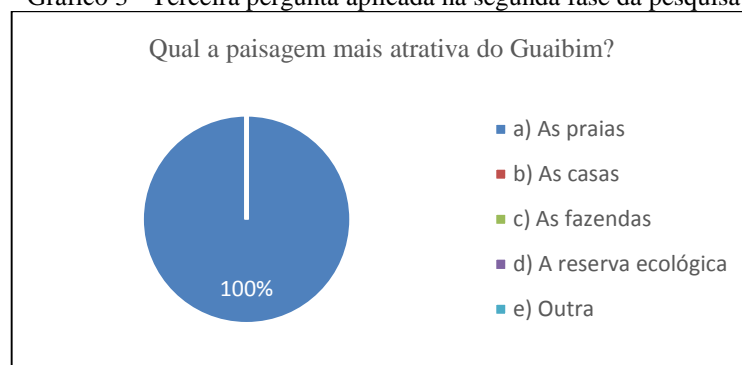
Gráfico 2 - Segunda pergunta aplicada na segunda fase da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Em seguida, em mais uma questão sobre a forma atual do Guaibim, tentou-se chamar a atenção dos moradores para suas memórias relacionadas ao lugar através de suas experiências pessoais e coletivas. Ao serem questionados sobre a paisagem que mais lhes parecia atrativa no distrito, as respostas foram unânimes ao se referirem à praia. Na verdade, essa resposta já era esperada, dada a relação estreita dos moradores com a praia tanto para lazer quanto para tirarem dela seu sustento (seja na prática da pesca, ou através da atividade do turismo), conforme o Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 3 - Terceira pergunta aplicada na segunda fase da pesquisa



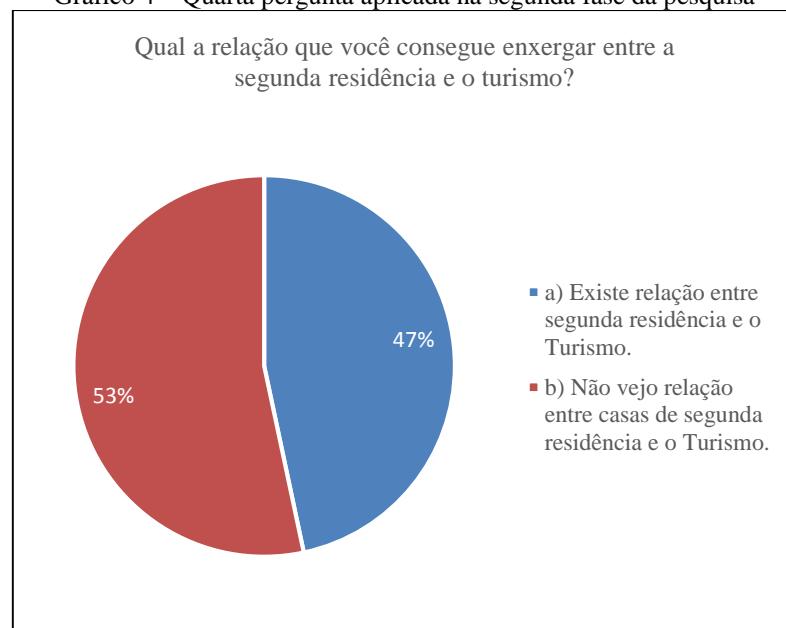
Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Uma observação sobre as respostas da questão número 3 é que os outros elementos que compõem a paisagem do distrito do Guaibim são extremamente atraentes e tornam o lugar

realmente ímpar para se conviver e desfrutar. No entanto, este trabalho manteve o foco nas percepções baseadas nas experiências dos moradores. Portanto, dado o percurso histórico que envolve o local em análise, principalmente o fato de que foi através da praia que tudo se iniciou e se mantém até hoje (tanto pela pesca, como pelo artesanato, quanto pelo turismo), é bem provável que esse elemento tenha se tornado parte da vida das pessoas. Ressalta ainda que a mesma praia que está presente na definição dos moradores locais, também foi criticada negativamente durante a aplicação das pesquisas. Praticamente todos os entrevistados demonstraram a necessidade de uma melhor estruturação do ambiente para que possam conviver em harmonia com a natureza.

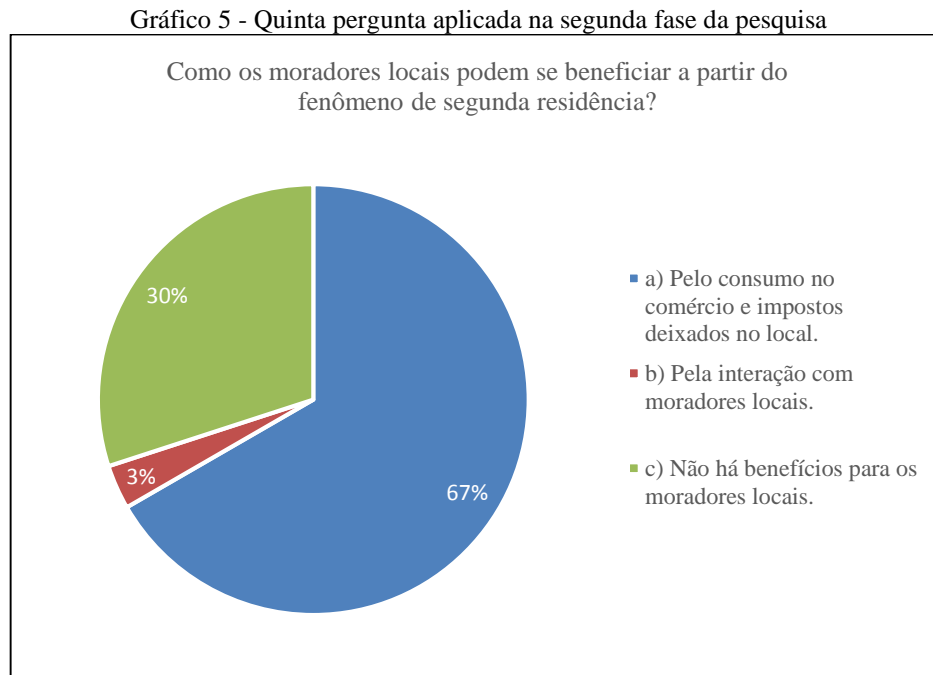
A quarta pergunta aplicada buscou avaliar com os sujeitos pesquisados a função do distrito em sua vocação para o turismo. Durante a aplicação do inquérito, chamou-se a atenção para o fato de que tanto os turistas quanto os moradores de segunda residência passam mais de um dia no local em que se instalam. Também não houve uma maior discrepância na amostra de respostas a esta questão. Embora a maioria acredite que não há relação entre o turismo e o fenômeno de segunda residência, fica claro, evidentemente, que a diferença de apenas 6% não torna o debate pendente para nenhum dos lados. É preferível afirmar, até pela hesitação no momento de aplicação desta pergunta, que não houve uma compreensão muito clara entre os entrevistados sobre a aproximação da segunda residência com o turismo.

Gráfico 4 – Quarta pergunta aplicada na segunda fase da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

A última pergunta incidiu sobre um aspecto bastante abrangente, até porque traz muito do que foi abordado nas questões anteriores. Por isso mesmo, procurou-se a definição de respostas objetivas que dessem conta das possíveis conclusões dos entrevistados. A discussão gerada foi em torno da percepção sobre os possíveis benefícios que os moradores locais obtêm através da convivência em um distrito no qual o fenômeno da segunda residência é tão evidente. Esta questão avaliou o percurso histórico do lugar, na categoria de análise espacial “processo”.



Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

Percebe-se claramente que os sujeitos pesquisados acreditam que há benefícios pelo fenômeno da segunda residência aos moradores locais. Reforça-se, assim, o resultado encontrado na primeira questão, que buscava saber se o lugar tinha se tornado mais agradável de viver com a construção das segundas residências. Esta última questão demonstra uma tendência da maioria dos entrevistados a ter como benefícios os recursos deixados no comércio e através de impostos. Ainda assim, não se pode desconsiderar uma grande parcela de pessoas que não enxerga benefícios maiores para os moradores locais a partir do fenômeno da segunda residência, 30% no caso.

Cabe ressaltar que apenas 3% dos entrevistados indicaram a interação com os moradores de segunda residência como benefício. Uma suposição plausível para este resultado durante a entrevista é a de que as casas de segunda residência são construídas em locais reservados e não se configuram em um espaço que favoreça a interação com os moradores locais, resultando em um ambiente socialmente segregado.

4.2 CONSTATAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO GUAIBIM

Serão apresentadas a seguir questões recorrentes sobre o distrito do Guaibim observadas quando das visitas do autor ao lugar, que procurou comparar os resultados obtidos nas fases anteriores da pesquisa de campo com fontes documentais e registros imagéticos. Os temas elencados são provenientes, em grande parte, das relações de apropriação do espaço entre os moradores locais e os de segunda residência, as quais resultaram em impactos bastante expressivos. Concebeu-se esta parte do estudo como longitudinal, pois foram consideradas informações que demonstravam o processo do lugar (contexto histórico até a condição atual) através de amostras inter-relacionadas.

4.2.1 A infraestrutura

Partindo-se de uma questão com maior nível de abrangência, pode-se conceber que os conflitos oriundos da infraestrutura desordenada na área urbana do distrito do Guaibim são um reflexo direto de apropriação do espaço sem o planejamento adequado, os quais foram evidenciados no diagnóstico das percepções dos moradores de primeira e segunda residência⁷⁵. São frequentes as recorrências temáticas a respeito da necessidade de melhorias da infraestrutura dentro da forma. Constataram-se primeiramente as dificuldades na questão da mobilidade até as estruturas da sede do Município em busca de serviços básicos, como educação, saúde, compras no comércio e atendimento bancário.

Em seguida, observou-se que a situação desses moradores já resulta nos efeitos de pouco espaço para residir e quase nenhuma possibilidade de se utilizarem os recursos naturais em seu entorno. Esses mesmos habitantes sofrem de problemas relacionados a dificuldades na drenagem da água das chuvas, na pavimentação das ruas, nos mecanismos de contenção de infestações que provoquem riscos à saúde e na locomoção dentro do próprio ambiente em determinadas épocas do ano. Segundo Franca (2015),

O Distrito do Guaibim, além de uma área turística e de veraneio, atualmente vem atraindo mais moradores e se afirmando como uma zona residencial da cidade de Valença, o que tem provocado, uma pressão sobre as áreas adjacentes ainda não ocupadas da restinga, na primeira linha dos cordões arenosos, próximas à linha de praia. Esse processo de expansão urbana tem ocorrido ao longo da Avenida Taquari, principalmente nas ruas perpendiculares geralmente não pavimentadas, seguindo um

⁷⁵ Sistematização e análise deste diagnóstico na seção 3.8.

padrão de ocupação desordenado, sem infraestrutura adequada, com carência de saneamento básico. (FRANCA, 2015, p. 25).

Assim, a segunda residência, encontra-se atualmente no Guaibim com duas condições mais evidenciadas: primeiramente, o fenômeno está prejudicado fortemente pela falta de infraestrutura, comprometendo o bem-estar dos moradores de domicílios ocasionais. Os demais atores sociais também demonstraram insatisfação quanto a esse aspecto, mas não houve a explicitação de que o crescimento do número de segundas residências em si seria a causa maior de tais conflitos. Em contrapartida, essa mesma falta de infraestrutura adequada a receber ainda mais segundas residências no Guaibim ainda consegue conter o uso desgastante do espaço e a expansão desordenada⁷⁶.

4.2.2 Segregação espacial

Cabe igualmente uma reflexão específica sobre essa luta pelo melhor espaço. Por um lado, notam-se os que buscaram na pesca e na maricultura o seu sustento, muito próximos das gerações mais atuais de moradores locais, que não estão diretamente ligados a essas atividades, mas que lutam para se encontrarem no contexto de inserção social. Outro grupo faz parte dos que se relacionam diretamente com a atividade do turismo, como os proprietários de hotéis, de pousadas, ou de restaurantes. Também há os moradores de segunda residência, que não convivem durante boa parte do ano com os outros grupos, e estabelecem vínculos muito distantes do que se pode considerar como “vizinhança”, dados os elementos apresentados a seguir. Este último grupo é o mais expressivo, sendo responsável pelo maior número de domicílios, como dito anteriormente.

Ressalvadas as sutilezas em que se estabelecem as relações humanas, resguardadas as devidas proporções, assim como a pressuposta dificuldade em se caracterizar um ambiente de natureza tão complexa, ainda assim, há que se definir que o distrito do Guaibim é um espaço onde a segregação espacial afasta a maioria dos moradores locais do bem que lhes é mais

⁷⁶ Uma notícia da União dos Municípios da Bahia (UPB) de 18 de novembro de 2014 divulgou que um projeto de grande impacto ambiental voltado ao investimento em segunda residência estaria sendo articulado entre as instâncias políticas, sociais e privadas. No entanto, até o presente momento, segundo pesquisa documental realizada, não houve mais registros dessa discussão. A referida notícia está Disponível em: <<http://www.upb.org.br/noticias/ponta-do-curral-podera-se-transformar-em-mais-um-destino-turistico-da-costa-do-dende>>.

importante, e permite que o espaço considerado como o mais valioso seja apropriado por aqueles que detêm uma força capital maior.

Elucubra-se que essa condição atual é resultante da apropriação não planejada nem sistêmica do espaço urbano, voltada às necessidades de consumo do mercado capitalista, seja pelo uso da terra para garantir o seu meio de produção, seja para usufruir em momentos de lazer, ou seja simplesmente para conviver com a rotina de se estar em um ambiente praiano agradável e confortável. Essa luta devida a diversos interesses, ora tida como própria, ora representada na bandeira estendida como representante da coletividade, pode vir a trazer o caos, a perda de identidades, não favorecer o desenvolvimento sustentável e chegar a impedir que áreas de planejamento possam hoje se estabelecer com maiores critérios.

A esse respeito, Corrêa (1997, p. 132) afirma que “em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista”. Observam-se, portanto, que as forças locais, os visitantes, as instâncias políticas e demais relacionados ao lugar, em maior ou menor grau de atuação fazem parte desse contexto de exclusão social a partir do distanciamento do que consideram como o maior bem. Nesse sentido, cabe uma reflexão específica sobre o ambiente no qual mais recentemente tem se estabelecido a segunda residência e quais os impactos que esse fenômeno tem deixado na comunidade ao ponto de causar ainda mais segregação.

Um dos locais onde se percebe maior incidência de segunda residência no distrito do Guaibim⁷⁷ é o último trecho da Rodovia BA-887⁷⁸, a Avenida do Taquari. Sobre seu estabelecimento como um ambiente de segregação espacial, cabem algumas considerações advindas do diagnóstico em pesquisa de campo, que denunciam tal questão conflituosa. As construções ao longo dessa Avenida, na sua maioria pousadas e de segunda residência, são uma barreira explícita ao acesso à praia. Nesse sentido, o termo “barreira” não é colocado em seu sentido metafórico, mas estritamente literal. Sobre esta questão, Oliveira (2008) analisa:

[Essas construções] são responsáveis também pela apropriação indevida do solo em áreas que regularmente pertencem à Marinha, e costumam também ocupar os caminhos que dão acesso à praia, forçando os visitantes e moradores a percorrerem

⁷⁷ Esta informação não é evidenciada nas bases do Censo 2010 do IBGE. No entanto, foi constatada na pesquisa de campo, conforme apresenta a Figura 16. Essa discrepância deve-se ao fato de que as construções nessa avenida são bem recentes, não inclusas no último censo realizado.

⁷⁸ Considerando-se que o início da BA-887 se dá na interseção com a BA-001, que o mapa da malha rodoviária estadual designa que essa rodovia se estende até a praia do Taquari, e que o nome “Avenida do Taquari” é comumente usado como logradouro pelos locais.

grandes distâncias para conseguir chegar até as áreas de banho. (OLIVEIRA, 2008, p. 73)

Figura 18 – Imagens dos sentidos norte e sul na Avenida do Taquari



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017

Conforme pode ser notado explicitamente, a presença de muros na parte que dá para o lado da praia, impede totalmente o acesso de moradores e visitantes. O espaço privado se apropriou do maior bem que a comunidade valoriza, e tal prática não foi coibida pelas autoridades governamentais. Essa realidade, como apresentada na seção “os adensamentos populacionais”, percorre quase toda a extensão da área urbana. Pode-se afirmar, claramente, que a praia do distrito do Guaibim é de posse daqueles que hoje estão ali se estabelecendo. Por inferência, primeiramente os moradores de segunda residência, seguidos pelos proprietários de pousadas e hotéis. O ambiente segregado não poderia ser mais claro e mais evidenciado do que o que se apresenta na Figura 18.

De fato, há ainda uma porção pequena de áreas hoje consideradas como “vazias”, as quais estão praticamente todas sendo loteadas. Como a renda dos moradores locais não é compatível com a aquisição de um imóvel na Avenida do Taquari⁷⁹, assim como não há uma grande incidência de pessoas que pretendem se estabelecer ali como residência permanente, conclui-se, por inferência, que o objetivo maior desses espaços (principalmente os terrenos vazios, já adquiridos) é a construção de casas voltadas a segunda residência. Isso pode ser explicado pela rapidez com que se tem desenvolvido a ocupação humana naquele espaço e quais são os futuros conflitos que podem ser tanto advindos de novas questões, quanto podem ser resultantes da condição atual aqui apresentada.

⁷⁹ Inferência a partir da informação contida em Oliveira (2008, p. 120), que apresenta a renda média dos moradores locais através de seus resultados em pesquisa de campo, e tendo em consideração a especulação imobiliária atual, tema que será discutido na seção seguinte.

Dado que a força motriz para a ocupação ao longo da costa na área urbana se define pela capacidade de se usufruir da paisagem praiana e é ditada pelos mecanismos capitalistas de apropriação do espaço, e que também, ao se levar em conta que as discussões de planejamentos demonstram mais apego ao estado atual da forma do lugar e não a uma mudança na distribuição espacial que garanta às comunidades e aos visitantes o direito de acesso aos recursos naturais, questionam-se os rumos que levam o Guaibim a superar sua condição caótica e tornar-se mais aprazível.

4.2.3 A especulação imobiliária

Após refletir sequencialmente sobre como a infraestrutura e os adensamentos populacionais do Guaibim resultam em um processo de segregação espacial, denunciando um dos conflitos mais graves daquele ambiente, cabe uma análise em específico sobre a projeção futura dada ao lugar por aqueles que ali almejam se estabelecer. Como já exposto, o fato de que a apropriação das áreas praianas é a força que mais induz à condição atual, resta ainda o questionamento sobre como elas são valorizadas, de fato, segundo o comportamento capitalista e não planejado.

A especulação imobiliária, nesse sentido, está diretamente ligada ao fenômeno da segunda residência, pois confere os padrões de moradia baseados naquilo que a sociedade deste tempo julga como mais importante. Santos (1993), ao apresentar a especulação imobiliária em um plano de confluência entre o sítio social e o sítio natural (a sociedade e o local onde se estabelecem, respectivamente), deixa bem claro que a disputa faz parte da dinâmica urbana e é gerada pelos discursos que lhe foram impostos ao longo de seu percurso histórico.

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhe pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que inclui a moda. (SANTOS, 1993).

Dessarte, os que já possuem propriedades no Guaibim, assim como os que ainda irão se estabelecer, refletem as tendências que lhes foram repassadas e tomam como seus os valores

apontados pela sociedade. Cabe nesta instância, uma retomada sobre o discurso que ainda ecoa das vozes daqueles que definem aquele lugar como o “paraíso”, remetendo-se especificamente ao ambiente natural que proporciona o descanso advindo do desfrute da paisagem litorânea.

Ressalta-se que não se estabelece aqui um julgamento necessariamente negativo acerca da apropriação do espaço e da especulação imobiliária ao longo das vias que percorrem a praia no Guaibim. Em separado, esses fatores podem até mesmo ser um vetor de formação e estruturação positivas ao lugar. Entretanto, esta reflexão se direciona no sentido de demonstrar que a busca desenfreada pelo consumo do espaço, sendo direcionada unicamente pela lógica capitalista de estabelecimento das propriedades privadas podem resultar em consequências danosas e irreversíveis.

Conforme constatado por Sousa (2015), o aumento da especulação imobiliária no Guaibim originou-se, principalmente, com o aumento da atividade do turismo. A autora, a esse respeito, discorre:

Em Valença foi possível observar esse processo na medida em que a partir das práticas turísticas repercutiram em especulação imobiliária no distrito do Guaibim. Observa-se que a ocupação do solo neste distrito é marcada pela seletividade territorial por parte do capital, onde os proprietários de maior poder aquisitivo se estabeleceram ao longo da orla marítima, na Avenida Taquari, distrito de Guaibim. Devido à proximidade com a praia, o solo nesta área é mais valorizado, apesar da ocupação irregular, por se tratar de solo sob a jurisprudência da Marinha sendo vedada a sua ocupação. Entretanto, a força do capital utiliza estratégias para fomentar a acumulação, onde a estratégia utilizada foi a negociação com o poder público local que enxergou nesses empreendimentos mais uma possibilidade de geração de emprego e renda. (SOUSA, 2015, p. 135-136).

A especulação imobiliária é um tema que certamente envolve inúmeros elementos a serem pesquisados e certamente necessitam de um tratamento que vise soluções nas diversas áreas do conhecimento, como o de planejamento urbano e das relações político-sociais.

Durante a pesquisa de campo, foram encontradas inúmeras ocorrências de placas com inscrição “vende-se”.

Uma delas, em particular, foi bastante expressiva, pois apresentava justamente o elemento de valor financeiro especulativo, além de indicar também que se tratava de uma proposta “negociável” (Figura 17).

Figura 17 – Prédio com apartamentos à venda na Avenida da Orla⁸⁰



Fonte: O autor desta dissertação (2017). Pesquisa de campo em ago. 2017

Dentre as inúmeras possibilidades de análise desta placa informativa, da estrutura do prédio e de sua localização, ressalta-se a reflexão sobre esse tipo de empreendimento, sobre as condições dos moradores ao fazerem parte do local ou de seu entorno, assim como a respeito do contexto em que o valor oferecido é apresentado. E ainda, em um lugar onde a segunda residência é o fenômeno de distribuição domiciliar urbana preponderante, questiona-se qual a finalidade a que essa construção se destinaria.

4.2.4 A sazonalidade turística

Uma vez estabelecido que a prática do turismo é definidora dos comportamentos relacionados ao uso do espaço no Guaibim, cabe a identificação dos seus padrões específicos naquela área, os quais geram praticamente todos os tipos de impactos e consequências

⁸⁰ A inscrição na área em destaque informa: “VENDE-SE: Duplex R\$300.000,00 (2 andares, 190m²); Kitnet R\$70.000,00 – Valores negociáveis”.

atualmente perceptíveis. Assim, a sazonalidade turística seria um dos elementos cruciais para que se entendam os processos da dinâmica do lugar.

O conceito de sazonalidade no turismo é definido em Brasil (2006, p. 3) como “dependência das épocas de temporadas (férias, feriados etc.), estações e condições climáticas”. Com o pressuposto de que a modalidade de turismo mais recorrente naquela área é a de “sol e praia”, os períodos em que se pode subentender a maior frequência de visitação tanto de turistas quanto de moradores de segunda residência são aqueles distribuídos nas estações mais quentes do ano. Tal constatação é reforçada por Brasil (Id., p. 44), ao indicar que o turismo de sol e praia, ao combinar os elementos “água, sol e calor”, torna-se um ambiente de atratividade, “ocasionada especialmente por temperaturas quentes ou amenas propícias à balneabilidade”.

Durante a pesquisa de campo voltada para a discussão desta seção, aprofundou-se na descrição desses períodos já reconhecidos como mais intensos, os quais são os momentos específicos que se apresentam como conflituosos e ocasionados pela sazonalidade do turismo. Primeiramente, foi dada atenção ao fluxo de pessoas através dos índices de transporte mais comumente utilizados dentro das adjacências do distrito. Em seguida, a questão abordou a análise dos proprietários de pousadas através de entrevistas. A partir desses resultados, foi construída uma sistematização que objetivou contemplar quais são as variações da sazonalidade turística mais evidentes a impactar no Guaibim.

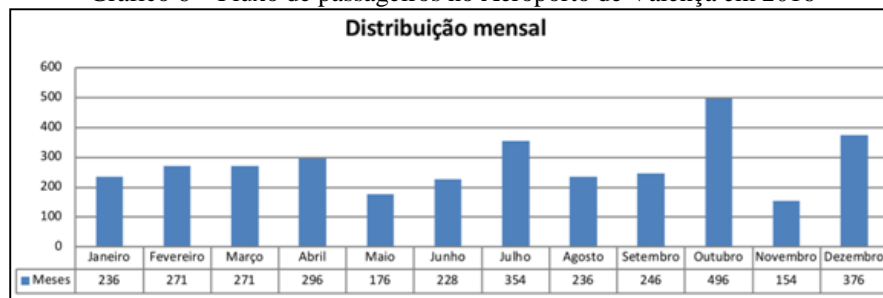
Com relação ao fluxo de pessoas dentro das adjacências do distrito, foram analisados os dados relacionados ao Aeroporto de Valença e da única empresa de transporte por ônibus com linhas frequentes ao local, a Rumo Rápido Transportes.

O Aeroporto de Valença, segundo a planilha “Dados Estatísticos” no website da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2017), já recebeu diversas companhias, mas atualmente oferece voos das Linhas Aéreas Azul e, ocasionalmente, da empresa de táxi aéreo Abaeté. Nesta mesma planilha, filtrando-se os dados apenas de 2016, registra-se o número de 3.340 passageiros⁸¹ transportados para Belo Horizonte ou Campinas. Em consulta ao website das Linhas Aéreas Azul, a frequência de voos é semanal, ocorrendo para os dois destinos citados sempre aos sábados.⁸² A partir da distribuição mensal desse quantitativo, construiu-se o Gráfico 6, que busca uma melhor ilustração desse panorama.

⁸¹ Número que exclui os que viajaram gratuitamente.

⁸² Informação obtida na data de publicação deste trabalho.

Gráfico 6 – Fluxo de passageiros no Aeroporto de Valença em 2016



Fonte: ANAC (2017).

Conforme pode ser observado, os meses de julho, outubro e dezembro encontram-se com números acima de 300 passageiros transportados. Nos demais meses, a oscilação é muito pouco evidente, a não ser pelos meses de maio e novembro, cujos registros são inferiores a 200 passageiros. Ainda que inicialmente relevantes, esses números não se configuram, necessariamente, como indicadores diretos da sazonalidade no Guaibim, já que o Aeroporto de Valença atende não somente aos turistas que visitam o distrito. Dada a proximidade com outros destinos turísticos de muita importância, como Morro de São Paulo e Boipeba, certamente esses resultados devem ser considerados como aproximados.

A empresa Rumo Rápido Transportes, consultada através de pesquisa de campo e comunicado oficial da empresa datado de 31 de agosto de 2016 (Anexo I), forneceu um panorama completo dos trajetos e dos números de viagens executadas.

[...] a tabela de horários fixos da rota [está apresentada de forma a definir] quais são cumpridos diariamente durante o ano. Em alta estação, feriados e festejos a empresa disponibiliza ônibus e horários extras de acordo a demanda dos passageiros. No Réveillon concentra-se a maior demanda para empresa, organizando-se os horários em lapsos de minutos de um para o outro. No mês de janeiro encontra-se o maior fluxo de passageiros para a linha aqui elencada, contando em média com 28.000 mil pessoas. No mês de fevereiro há uma diminuição do fluxo, justificando-se a queda pelo início do período escolar, em média o público da linha chega nesse mês em torno de 19.000 mil pessoas. A partir do mês de março há uma queda brusca no público da linha, e uma constância máxima de pessoas até dezembro com variação média de 8.000 a 10.000 passageiros. (RUMO RÁPIDO TRANSPORTES, VALENÇA-BA, 2016).

Embora a empresa Rumo Rápido Transportes não se dedique exclusivamente ao fluxo de turistas, deve ser considerada como um índice direto da sazonalidade turística, dado que a elevação dos números de viagens é reflexo dos movimentos de pessoas que buscam o Guaibim para usufruir da praia, tanto com origem em Valença como os que advêm de outros centros emissores e têm esse meio como transporte intermodal.

Sobre o discurso dos proprietários de pousadas ao longo da orla na área urbana, Oliveira (2008) discorre sistematicamente:

Segundo os empresários entrevistados, o movimento geral de turistas começa a aumentar em outubro e novembro (nas barracas de praia) mas, o fluxo de hóspedes só aumenta significativamente na segunda quinzena de dezembro, quando os turistas de Brasília e Goiânia (os mais expressivos no Guaibim) começam a chegar. A dependência dos turistas oriundos do capital do país é tanta que eles relacionam até os bons ou maus resultados referentes ao fluxo turístico no Guaibim, às condições das rodovias que ligam Valença à região Centro-oeste do país. Outro aspecto a ser considerado é que as altas taxas de ocupação permanecem até a primeira quinzena de janeiro, segundo eles (os empresários) por que: “o Guaibim não dispõe de atrativos noturnos e hóspedes acabam se cansando de sol e praia e permanecem por pouco tempo”. Na segunda quinzena de janeiro as taxas de hospedagens caem um pouco e só voltam a atingir níveis mais satisfatórios no carnaval. Após o carnaval quando termina as férias escolares, acaba a alta estação do turismo no Guaibim, e poucos são os hóspedes que chegam nos fins de semana isolados no mês de março. Foi citado inclusive nessa pesquisa que 128 “com a extensão do calendário escolar para duzentos dias letivos a partir do ano de 1997, houve uma redução acentuada do período de alta estação do turismo no Guaibim”. Diante do exposto, nota-se a fragilidade da economia do Guaibim, que se estabelece de modo dependente do turismo, e se apresenta como uma atividade frágil do aspecto da sustentabilidade, sujeita a todos os riscos da sazonalidade que é inerente ao processo. (OLIVEIRA, 2008, p. 86).

Apresentados esses três indicadores, ressalvadas as características peculiares, principalmente suas finalidades principais, pode-se considerar que a sazonalidade turística demonstra um maior fluxo de visitantes nos meses de janeiro e fevereiro. Constata-se que ainda se registram índices expressivos até a época em que termina o período de carnaval e de recesso escolar, em março. A partir de então, a baixa quantidade de turistas é notada até a metade do mês de dezembro. Esse é um quadro bastante generalizador, que exclui o alto movimento do mês de julho no Aeroporto de Valença e também não levou em consideração a variação nos pequenos recessos de feriados próximos aos fins de semana, os quais também podem vir a ilustrar a sazonalidade turística do local.

Quanto a essa questão sobre o lugar, é notável que se trata de mais um conflito para os moradores locais. A esse respeito, Franca (2005) afirma que

as consequências da sazonalidade são facilmente verificadas, devido ao número de estabelecimentos fechados (principalmente pousadas e barracas) durante quase todo o ano, sem ao menos poder manter um custo operacional. (FRANCA, 2005, p. 112).

O resultado dessa ocupação sazonal nos espaços principais é um ambiente intensamente frequentado em alguns poucos meses e que conta, na maior parte do ano, somente com os moradores locais. Estes procuram vencer os desafios de se manter segregados de seu recurso natural com maior valor por barreiras que aumentam a cada dia, assim como tentam se articular o melhor possível nos altos fluxos de pessoas em meses mais procurados, com o objetivo de

melhorar o seu sustento. Assim, prevalece o questionamento sobre como é possível sobre(viver) sem as condições necessárias durante a maior parte do ano e ainda se encontrar preparado para atender a uma atividade que requer alto planejamento e recursos de alto valor capital.

E ainda, como receber visitantes e apresentar o lugar como aprazível, sendo que na maior parte do tempo não houve como se sentir parte dele? Se por um lado há muros das segundas residências que impedem o acesso à praia, há também na maior parte do tempo, distância do direito ao ócio, dos momentos de lazer e entretenimento que tanto se apregoa existir naquele espaço.

5 CONCLUSÃO

A segunda residência demonstrou ser muito expressiva no Distrito do Guaibim. Conforme os indicadores apresentados, este fenômeno é um dos mais definidores daquele espaço, principalmente devido ao desfrute da paisagem praiana. Como forma de compreender melhor o lugar em questão, utilizaram-se as categorias de análise espacial de Milton Santos, as quais demonstraram que o Guaibim possui forma, estrutura, função e processos voltados hoje a ofertar um ambiente favorável à segunda residência.

Devido à sua oscilação entre espaço transitório de fixação do residente ao território, o Guaibim enfrenta conflitos de grande dimensão, como o risco ambiental que sua falta de planejamento residencial ocasiona às áreas sensíveis ecologicamente. A valorização do uso da terra devido ao discurso de que o Distrito é um paraíso pronto a ser explorado pode acarretar danos irreversíveis, no caso de as políticas de permissão para a habitação do lugar não respeitarem as suas limitações, dentre as quais a natural é a mais sensível.

Quanto ao objetivo geral do trabalho, que se dispôs ao levantamento e reflexões sobre elementos de percepção da segunda residência no Guaibim, ressalta-se que os temas recorrentes como a infraestrutura, a sazonalidade e a especulação imobiliária apontaram para o problema inicialmente levantado. Conclui-se, portanto, que os elementos de percepção do Guaibim em muito contribuem para a análise dos impactos da sua questão domiciliar com maior expressividade, a segunda residência. Dos objetivos específicos, cabe a análise de que a busca pela inter-relação dos elementos de percepção acerca do tema discutido foi possível principalmente pela atenção à compreensão sistêmica. Foi a partir destas reflexões que se pôde chegar à indicação de possíveis alternativas de reflexão e proposição. Quanto à indução à conclusão a partir do caminho metodológico proposto, destaca-se que a proposta de tratar do tema a partir das ocorrências vocabulares foi uma proposta de constatação plausível dos resultados, uma vez que o direcionamento foi para a estruturação do debate, não apenas da listagem de problemas e soluções com o fim em si mesmas.

Sobre a questão social diretamente ligada àquele espaço, este estudo analisou principalmente a percepção dos atores sociais principais e dos moradores tanto de primeira quanto de segunda residência. Dentre os resultados obtidos, houve a indicação de que o ambiente praiano é o que mais motiva sua permanência no lugar, assim como também foi constatado que a ocupação não foi acompanhada de infraestrutura adequada à crescente chegada de moradores. Outro conflito bastante evidente no local foi a segregação social, ocasionada

pelos diversos espaços bloqueados pelos proprietários de domicílios na primeira linha da praia. Dada esta situação, os moradores de primeira residência (assim como os turistas) possuem acesso muito reduzido ao bem natural mais valorizado. Esta disputa é vencida pelos poucos que possuem maior poder de capital, produzindo um ambiente hostil àqueles que ali também desejam se estabelecer.

A segunda residência demonstrou ser um assunto de análise urgente para aquele local, demandando que se desenvolvam estudos mais específicos, ao mesmo tempo em que também sejam propositivos. Os processos de pesquisa e elaboração deste trabalho apresentaram inúmeras possibilidades de ampliação, assim como propenso à relação com outros temas de igual importância para o planejamento daquele lugar. A seguir, serão destacados alguns aspectos relevantes que podem indicar possíveis continuções desta pesquisa.

Inicialmente, destaca-se que há a possibilidade de ampliação da análise dos documentos apresentados, como projetos, leis, decretos, programas, dentre outros. O Quadro 5, por exemplo, traz uma síntese da legislação vigente em torno das Áreas de Proteção Ambientais nas imediações do Guaibim. O estudo levou em consideração que há sobreposição de jurisdições (federais, estaduais e municipais), além de terem sido manipuladas para atender à crescente área urbana, principalmente no fenômeno da segunda residência. Conforme notícia da União dos Municípios da Bahia (UPB)⁸³ referente a Valença, a APA Municipal teve seus limites alterados para receber um empreendimento residencial que põe em risco uma área natural extremamente sensível. Esta fragilidade do espaço não foi encontrada explicitamente nos discursos das percepções dos moradores durante as fases das pesquisas de campo para este estudo desenvolvidas. O prosseguimento investigativo destes documentos reguladores, assim como a constatação da preocupação com o ambiente natural por suas fontes (ou a sua ausência) são de fundamental importância ao se compreender que o Guaibim requer um olhar mais específico e sensível.

Outro aspecto que requer mais aprofundamento no Distrito é um estudo acurado de origem dos moradores de segunda residência. Estas informações poderiam identificar, por exemplo, a força do discurso de que o Guaibim é um paraíso e tem como ofertar espaço adequado para aqueles que visam a desfrutar de um ambiente praiano com qualidade. Dado que um investimento para a construção de uma segunda residência resulta, geralmente, em um

⁸³ Ver <http://www.upb.org.br/noticias/ponta-do-curral-podera-se-transformar-em-mais-um-destino-turistico-da-costa-do-dende/>

retorno pessoal, compreende-se que este discurso deve estar sendo forte o bastante para atrair o número crescente de habitações.

No caso de uma análise mais direcionada ao diagnóstico ambiental do espaço em questão, há também grande possibilidade de se desenvolverem estudos que caracterizem com mais precisão as áreas para possíveis expansões residenciais. O documento mais específico encontrado sobre o Guaibim foi o Parecer Técnico do Rio dos Índios, desenvolvido por Franca (2015). No entanto, aquele estudo não se propôs a analisar áreas de expansão e conservação, dispondo-se a, principalmente, caracterizar o contorno do Rio dos Índios. Desta forma, compreende-se que é necessária – e urgente – uma definição mais abrangente, cujo olhar seja pautado no que ainda se pode fazer para que as vidas e os ambientes naturais que ainda hoje estão presentes naquele lugar sejam preservados e de encontrem nos tempos futuros as condições de sua permanência. Atualmente, o crescimento urbano do Guaibim tem demonstrado grande concentração na costa e, nos remanescentes naturais (mangues, áreas florestais, cursos de rios e outros), tem se sentido o desgaste por não comportarem tanto o fluxo de pessoas e veículos, como também por não conseguirem oferecer recursos suficientes para os moradores (a exemplo da falta de água em épocas de maior procura pelo espaço, mencionada durante a pesquisa de campo em algumas das entrevistas aplicadas).

Com relação à alteração das variantes utilizadas nesta investigação com o objetivo de se atingirem novos resultados, as possibilidades surgem principalmente no que diz respeito à diversificação da abordagem do tema aos participantes de outra possível pesquisa de campo. Para este estudo, foram propostas fases que avançaram da livre expressão nas entrevistas semiestruturadas até o preenchimento objetivo do questionário elaborado a partir dos elementos mais recorrentes das entrevistas. Considera-se que houve um avanço de informações e constatações coerentes com a proposta inicial de se discutir a questão domiciliar impactada pelo fenômeno da segunda residência. Também se procurou estabelecer o contato com os sujeitos pesquisados de maneira a deixá-los a par do objetivo principal do estudo, que era trazer suas percepções e não a imposição de questões a elas anteriores. Desta forma, principalmente pelo progresso metodológico das fases das pesquisas de campo, foi possível construir um trabalho investigativo que valorizou o que traziam os sujeitos, ao invés de se imporem meras questões supositivas. Em relação à amostragem, o estudo do ponto de saturação (apresentado no Apêndice B) demonstrou que a aplicação da condução da pesquisa de campo para um número maior de sujeitos pesquisados com as mesmas variáveis não seria tão relevante. Para que novos resultados com esta característica tragam mais contribuições sobre o fenômeno da segunda residência no Distrito do Guaibim, recomenda-se principalmente a utilização de outras técnicas

de procedimento, como a pesquisa-ação, a baseada na etnografia, na *Grounded Theory* ou outras que também valorizem tanto as vivências do pesquisador, quanto sua inserção em redes de informações.

O software Iramuteq, utilizado para processar os discursos obtidos nas entrevistas e para auxiliar na construção da fase mais objetiva, pode ser substituído por ferramentas similares, também de software livre e com recursos diversos. A exemplo, menciona-se o Gephi, cuja versão mais atual até a presente data é a 0.9.2.

Como premissa geral que permeou esta investigação, destaca-se que é possível uma análise voltada ao particular, que chegue a aspectos de fundamental importância. Este estudo, na sua proposta de caracterização do lugar, utilizou-se das categorias de análise espacial de Milton Santos para que se chegassem a vertentes específicas de discussão. No entanto, para que se pudesse conceber a dimensão do problema em sua situação atual, foi necessária uma compreensão sistêmica, que não privilegiasse a algum aspecto, dado que a interdependência entre as questões é justamente um dos pontos centrais defendidos. Por este mesmo motivo é que a indução na apresentação dos argumentos foi a opção da metodologia. Considerou-se que o fenômeno da segunda residência e as questões que dela advieram são pontos fundamentais para a pesquisa que envolva temas de maior escala. Ainda assim, estudos que envolvam discussões convergentes podem em muito contribuir para o melhor planejamento do espaço, a exemplo da análise da primeira residência ou da atividade do Turismo. Uma compreensão sistêmica, que valorize o todos os níveis de gradação entre particular e o geral, se apresentou eficiente e com maiores possibilidades de atender às necessidades que o lugar demonstrou perceber.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC. **Dados estatísticos**. 2018. Disponível em: <<http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- ANDRADE, J. L. de. **Turismo e reestruturação espacial: o exemplo da região de Valença**. 2001. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2001.
- ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. A presença de uma premissa categorial: a espacialidade nos conceitos-chave do pensamento geográfico. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 5, n. 2, p. 3-26 – 2013. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/21294>> Acesso em: 29 out. 2017.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário**. Goiânia: UFG, 2013.
- ARTACHO, Julio A. del Pino. **Estructuras residenciales y movilidad: mas allá de la segunda residencia**. Madrid: CS (Centro de Investigaciones Sociológicas), 2015.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. Residências secundárias: expansão e novos usos do litoral cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Geográfica, 2006. p. 263-278.
- _____. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 11, 12 e 13 – set./out. 2003. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_8_turismo.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BACKSCHAT, Tânia Mara da Silva; LANZA, Líria Maria Bettiol. Território usado e políticas públicas em pequenas cidades. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL EXPERIÊNCIAS E ANTECIPAÇÕES CONCRETAS, 7., 2015, São Luís-MA. **Anais...** São Luís-MA Universidade Federal do Maranhão, 2015.
- BAHIA. **Decreto Estadual nº 14.530 de 04 de junho de 2013**. Altera o Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, e o Decreto nº 9.091, de 04 de maio de 2004, para regulamentar a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia – ZEE/BA e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/index.php>>. Acesso em: 30 abr. de 2018.
- _____. **Decreto Estadual nº 8552 de 5 de junho de 2003**. Cria a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/wp->

content/uploads/2011/09/DECRETO-N%C2%BA-8.552-DE-05-DE-JUNHO-DE-2003-APA-Caminhos-Ecol%C3%B3gicos-da-Boa-Esperan%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – SEINFRA. Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia – DERBA. **Malha Rodoviária Estadual**. 2012. Disponível em: <http://www.infraestrutura.ba.gov.br/arquivos/File/mapas/cmr_derba_2012.pdf>. Acesso em: 29 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Estratégia turística da Bahia: o terceiro salto 2007-2016**. Salvador: SETUR, 2011. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. **Decreto nº 1.164 de 11 de maio de 1992**. Cria a APA do Guaibim. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2011/09/DECRETO-N%C2%BA-1.164-DE-11-DE-MAIO-DE-1992-Guaibim.pdf>>. Acesso em: 29 de out. de 2017.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo – SCT; Superintendência de Investimentos Turísticos – Suinvest; Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Litoral Sul**. 2004. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia - Seplan. **Plano de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural – PMGT de Valença**. 2011. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia - Seplan. **Política Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS**. 2010. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em: 29 out. 2017.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Projeto de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NE II**. 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/inicio?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=121234&_101_type=content&_101_groupId=120632&_101_urlTitle=prodetur-ne-ii-polos-de-turi-16&inheritRedirect=true>. Acesso em: 29 out. 2017.

BARBOSA, L. G. (Org.). **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional - Relatório Brasil**. 2. ed. rev. Brasília-DF: Ministério do Turismo, 2008.

BECKER, Bertha K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BEM-VINDO à natureza de Guaibim. **A Tarde**, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/turismo/noticias/1439314-bem-vindo-a-natureza-de-guaibim>>. Acesso em: 29 out. 2017.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2004.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Territórios do turismo, territórios de todos?** Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil. 2013. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CEMA. Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA). **Resolução CEPRAM nº 759 de 18 de maio de 1993**. Aprova o Plano de Manejo da APA do Guaibim. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/resolucao_759_18_mai_1993.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução do Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986**.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Brasília, 2002.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 5.746**, de 5 de abril de 2006. Brasília, 2006a.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 5.758**, de 13 de abril de 2006. Brasília, 2006b.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Brasília, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Brasília: MMA, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Dados do mapa do turismo**. 2017. Disponível em: <<http://dados.turismo.gov.br/mapa-do-turismo-brasileiro>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo**. 2017b. Disponível em: <<http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

CAMLONG, André; ZAPPAROLI, Zilda Maria. Do léxico ao discurso pela informática. São Paulo: Universidade de São Paulo – Fapesp, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

- CAIRU. Prefeitura municipal. **Website**. 2017. Disponível em: <<http://cairu.ba.io.org.br/informacoesGeograficas>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CUNHA, E. J. R. Intervenções no espaço urbano: um desafio à paisagem. O estudo de Valença [Bahia], Brasil. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 17-33, 2010. Disponível em: <<http://www.conpadre.org/>> e <<http://www.labore.fec.unicamp.br/>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- FISCHER, Gustave-Nicolas. **Espace industriel et liberte**. Paris: Presses universitaires de France, 1980.
- FRANCA, Heber C.A. **Plano de Gestão: APA costeira do Guaibim**. Valença. Instituto de Estudos da Paisagem, 2005.
- _____. **Parecer técnico sobre o Rio dos Índios**. 2015. Disponível em: <<http://codemava.blogspot.com.br/2015/12/parecer-tecnico-reconhecimento-e.html>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- GUAIBIM TUR. **Sobre Guaibim**. Disponível em: <<http://guaibimtur.com.br/sobre-guaibim/>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdos – sentidos e formas de uso**. Estoril: Príncípia, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana**. Brasília: IPEA, 1999. v.3.
- _____. **Censo 2010**. 2017a. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- _____. **IBGE Cidades**. 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/valenca/panorama>>. Acesso em: 15 jan. 2018
- _____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. 2017c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- _____. **Website governamental**. 2017d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- LESSA, Carla Michelle. **Identificação de áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade na zona estuarina da Costa do Dendê, Bahia**. 2007. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília (UNB), 2007.
- LOPES, E. R. N.; LOURENÇO, R. W.; REUSS-STRENZEL, G. M. Análise multicriterial aplicada a elaboração de zoneamento de unidade de conservação na zona costeira da Bahia, Brasil. **Revista RAEGA: o espaço geográfico em análise**. Curitiba: Repositório Digital

Institucional. v. 37, p. 65 – ago. 2016. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v37i0.40662>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MATTEDI, Raquel Mattoso. Planejamento e gestão do turismo e do meio ambiente na Bahia. **Revista Gestão e Planejamento**. Salvador: UNIFACS, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/129>>. Acesso em: 29 out. 2017.

MENDONÇA, Gismália Marcelino. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 4. ed. Salvador: UNIFACS, 2015.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 5. ed. 1971. p.1072/1005. 2v.

NORTON, William. Human geography and behavior analysis: An application of behavior analysis to the evolution of human landscapes. **The Psychological Record**, v. 47, n.3, article 7, p. 439-460 – 1997. Disponível em: <<http://opensiuc.lib.siu.edu/tpr/vol47/iss3/7/>>. Acesso em: 8 set. 2017.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. Valença-BA: Editora FACE, 2009.

OLIVEIRA, Edla Maria Barreto Santos. **O turismo no Guaibim, Valença-BA: dinâmica econômica e condições de desenvolvimento sócio-espacial**. 2008. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. Santo Antônio de Jesus, 2008.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da, *et al* (Org.). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Geográfica, 2006.

PETROBRAS. **Plano de Gestão da APA da Planície Costeira do Guaibim**. Valença: Petrobras, 2004.

PIAGET, J. L. **Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

PIRES, Claudía Moreira de Sousa. **Paisagem e lugar no contexto da turistificação de Guaibim Valença, BA: uma leitura a partir das políticas públicas e da comunidade local**. 2010. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado da Bahia, Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. Santo Antônio de Jesus, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SOUSA, Andreia Rita Pereira de. **Turismo e produção do território na Bahia: impactos das políticas públicas em Valença**. 2015. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Feira de Santana. Núcleo de Pós-graduação em Política Pública e Planejamento Territorial. Feira de Santana, 2015.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; FRANÇA, Francieli Mezzomo. Desenvolvimento das Segundas Residências no Entorno do Reservatório da UHE de Salto Caxias-PR. **Informe Gepec**, v. 15, n. 2, p. 105-117, jul./dez. 2011. Toledo: Unioeste, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/issue/view/395>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

STOKOLS, Daniel. Environmental Psychology. **Annual Review of Psychology. Annual Reviews Incorporation.**, v. 29, p. 253-295, 1978. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.ps.29.020178.001345>>. Acesso em: 1 out. 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DA BAHIA – SEI-BA. **Base cartográfica Digital**. 2017. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Space and Place: humanistic perspective. **Philosophy in Geography**, n. 6, pp. 387-427, 1974

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALENÇA. **Decreto Municipal nº 424 de 8 de maio de 2007**. Reestrutura a APA Planície Costeira do Guaibim. Valença, 2007.

_____. **Decreto Municipal nº 5.333 de 2 de novembro de 2002**. Cria a Área de Proteção Ambiental da Planície Costeira do Guaibim. Valença, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. **Histórico da cidade**. 2015. Disponível em: <<http://valenca.ba.gov.br/valenca/historico-da-cidade>>. Acesso em: 29 out. 2017.

_____. Prefeitura Municipal. Informativo municipal oficial. **Prefeito de Valença, Ramiro Queiroz inaugura esculturas de Adão e Eva contemporâneos**. 2011. Disponível em: <<http://prefeituradevalencaba.blogspot.com.br/2011/10/prefeito-de-valenca-ramiro-queiroz.html>> Acesso em: 29 out. 2017.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

ZIMMERMANN, Marcel. **Psicología ambiental, calidad de vida y desarrollo**. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2010.

APÊNDICE A

Quantidade de domicílios de uso ocasional nos distritos pertencentes ao Litoral Sul da Bahia*

ZONA TURÍSTICA	MUNICÍPIO	DISTRITO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL	PROPORÇÃO ENTRE OS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL EM RELAÇÃO AOS PERMANENTES
Costa do Dendê	Valença	Guilbim	1939	928	48%
		Guerém	1976	201	10%
		Maricoabo	2080	148	7%
		Serra Grande	2866	232	8%
	Taperóá	Valença	24525	1033	4%
		Camunugi	6210	98	2%
		Taperóá	5306	420	8%
	Cairu	Cairu	935	76	8%
		Galão	447	48	11%
		Gamboá	3762	410	11%
		Velha Boipeba	1477	200	14%
	Nilo Peçanha	Nilo Peçanha	4555	322	7%
		Igrapiúna	4771	496	10%
	Ituberá	Ituberá	9315	738	8%
		Barcelos do Sul	1334	156	12%
	Camamu	Camamu	8229	662	8%
		Tapuia	3183	215	7%
		Ibajá	1394	85	6%
	Maracá	Maracá	5128	778	15%
		Piabanha	659	36	5%
Itacanê		5690	376	7%	
Costa do Cacau	Itacanê	Taboquinhas	3963	357	9%
		Serra Grande	1698	513	30%
		Urupuca	6401	383	6%
	Ibêus	Aratigá	5485	2365	43%
		Banco Central	842	142	17%
		Castelo Novo	1086	164	15%
		Coutos	1069	145	14%
		Ibêus	54604	2101	4%
		Inema	916	122	13%
		Japu	603	139	23%
		Oliveira	4595	1684	37%
		Pimenteira	588	75	13%
		Rio do Braço	1616	188	12%
	Una	Colônia	2089	151	7%
		Comandante	1164	172	15%
		Pedras de Una	876	205	23%
		Una	4143	149	4%
	Santa Luzia	Vila Brasil	1556	201	13%
		Santa Luzia	5615	528	9%
	Canavieiras	Canavieiras	10579	1082	10%
Ouricana		1891	182	10%	
Poxim do Sul		1038	190	18%	

Fonte: IBGE (2017).

*Elaborado pelo autor a partir da tabela 1310 (Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio – sinopse) do "Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA", com a base de dados do Censo 2010. Esta lista de municípios baseia-se no Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2017) e no PDITS Litoral Sul (BAHIA, 2004).

APÊNDICE B

Ponto de saturação da amostragem dos questionários da segunda fase da pesquisa de campo

Questão 1	Sim	Não	Talvez
Em 20 questionários	50%	45%	5%
Em 25 questionários	52%	40%	8%
Em 30 questionários	56%	37%	7%

Questão 2	Sim	Não	Talvez
Em 20 questionários	5%	95%	0
Em 25 questionários	12%	88%	0
Em 30 questionários	13%	87%	0

Questão 3	As praias	As casas	As fazendas	A reserva ecológica	Outra
Em 20 questionários	100%	0	0	0	0
Em 25 questionários	100%	0	0	0	0
Em 30 questionários	100%	0	0	0	0

Questão 4	As casas de segunda residência são uma forma de atrair pessoas para visitarem o lugar, assim como o turismo.	Não vejo relação entre casas de segunda residência e o turismo.
Em 20 questionários	45%	55%
Em 25 questionários	48%	52%
Em 30 questionários	47%	53%

Questão 5	Quando os moradores de segunda residência estão aqui, deixam dinheiro em compras e impostos, os quais são benéficos ao lugar.	Os moradores de segunda residência também fazem parte do lugar, mesmo que vivam aqui apenas em determinadas épocas do ano.	Os moradores locais não podem se beneficiar a partir do fenômeno de segunda residência.
Em 20 questionários	60%	0	40%
Em 25 questionários	64%	4%	32%
Em 30 questionários	67%	3%	30%

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2017).

ANEXO A

Mapa de uso da terra e cobertura vegetal da APA de Guaibim, Valença-BA

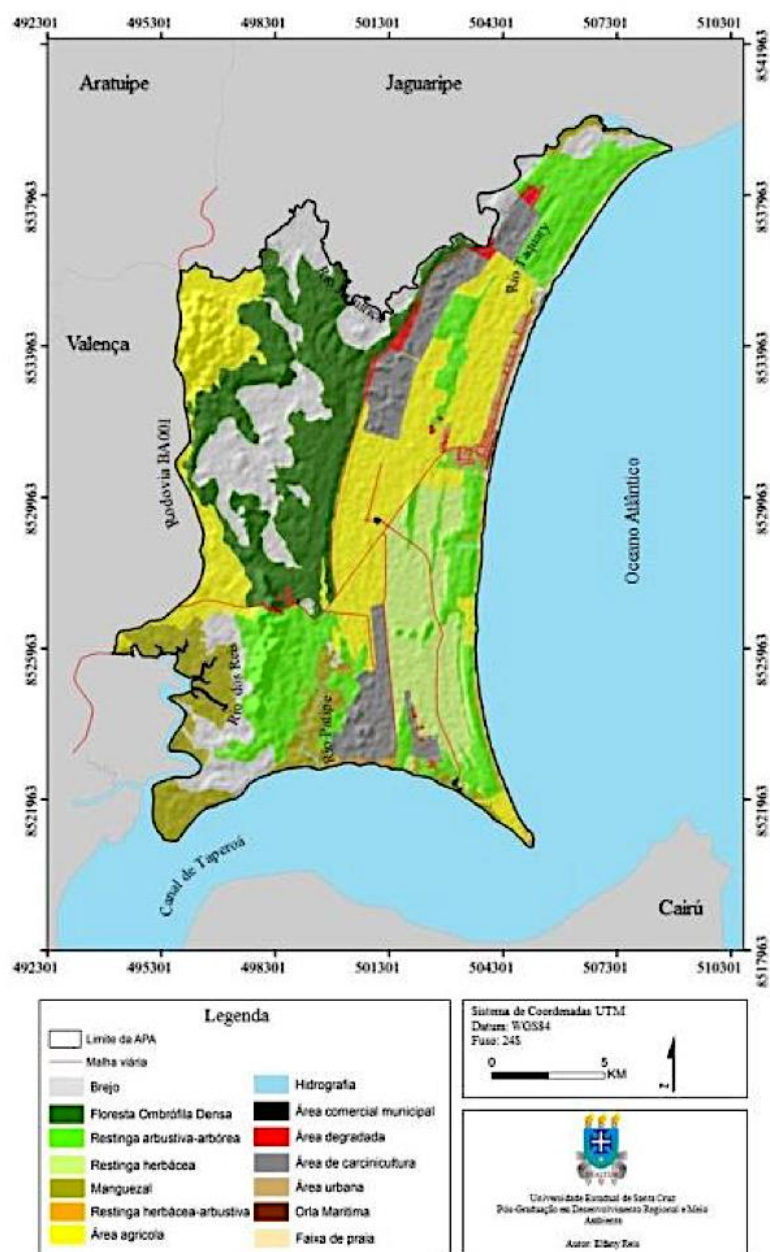


Figura 2. 3 - Mapa de uso da terra e cobertura vegetal da APA de Guaibim, Valença, Bahia.

Fonte: Lopes, Lorenço e Reuss-Strenzel (2016).

ANEXO B

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
Estado da Bahia - 2016



0 65 130 195 km

Fonte: Lei nº 13.468 de 20/12/2015 referente ao Plano Plurianual Participativo 2016 - 2019. Divisão Política dos Territórios de Identidade. BAHIA - Seplan; Divisão Política-Administrativa. SEI, versão 30 de junho de 2015.



Fonte: <http://www.sei.ba.gov.br/>

ANEXO C

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Estado da Bahia - 2016

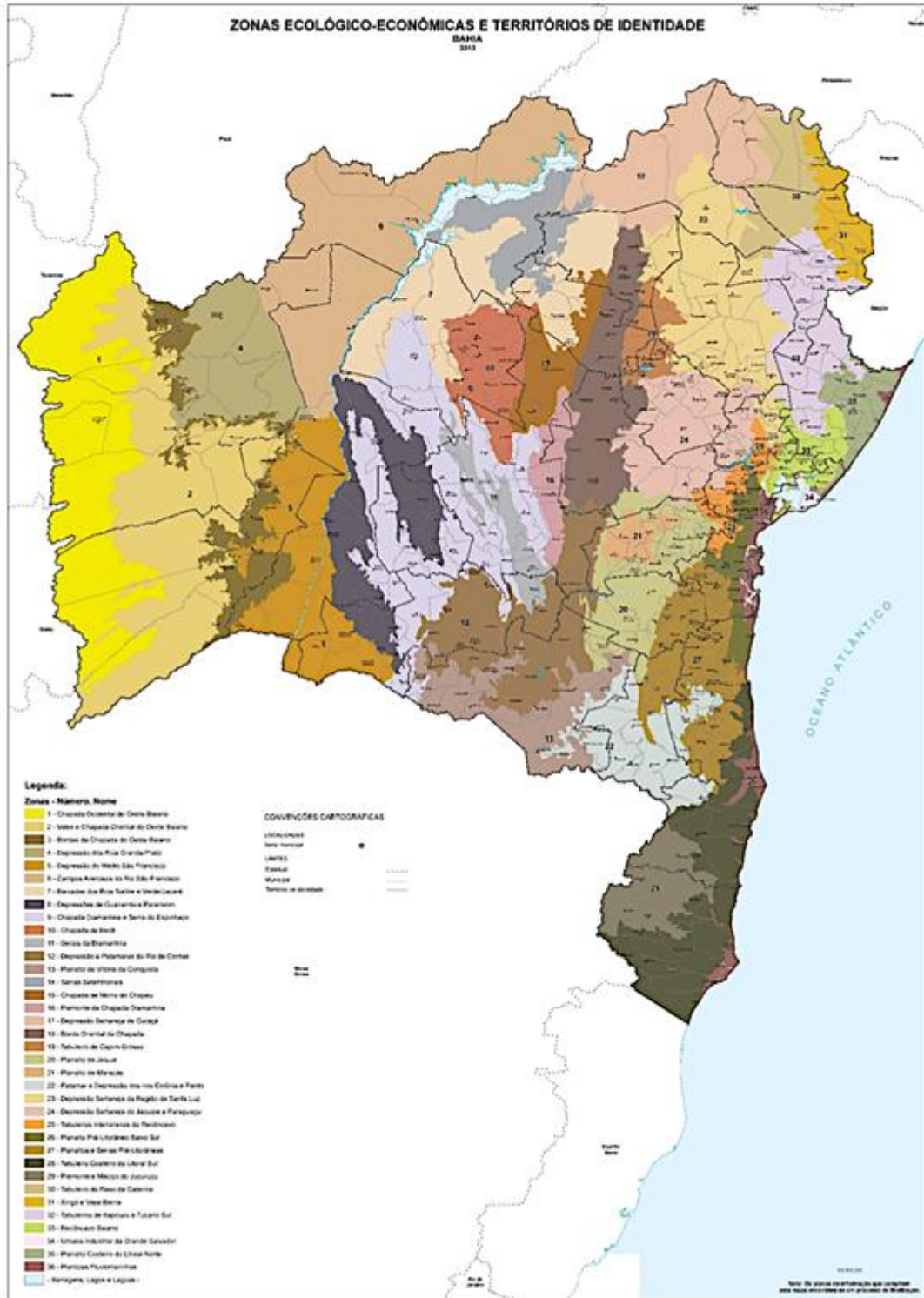


Fonte: Lei nº 13.468 de 29/12/2015 referente ao Plano Plurianual Participativo 2016 - 2019. Divisão Política dos Territórios de Identidade. BAHIA - Seplan; Divisão Político-Administrativa. SEI, versão 30 de junho de 2015.



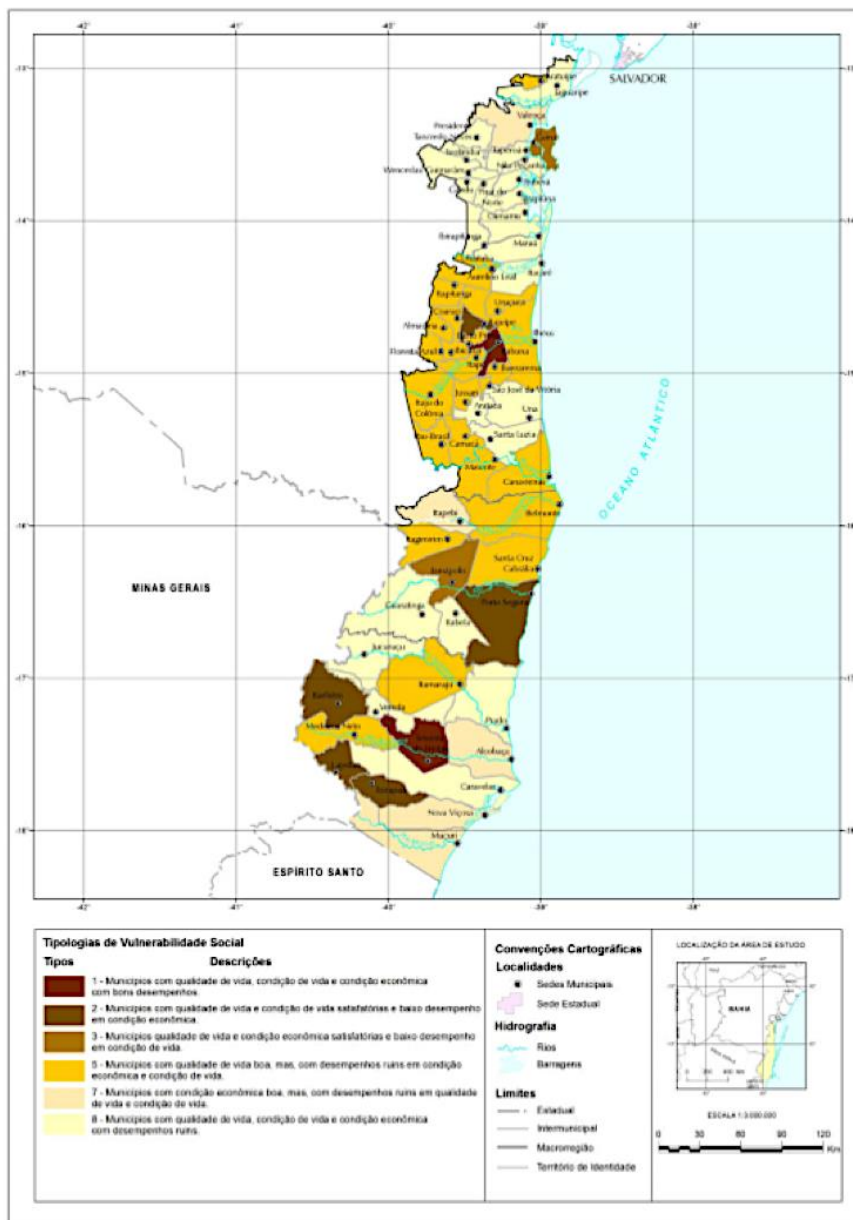
Fonte: <http://www.sei.ba.gov.br/>

ANEXO D



ANEXO E

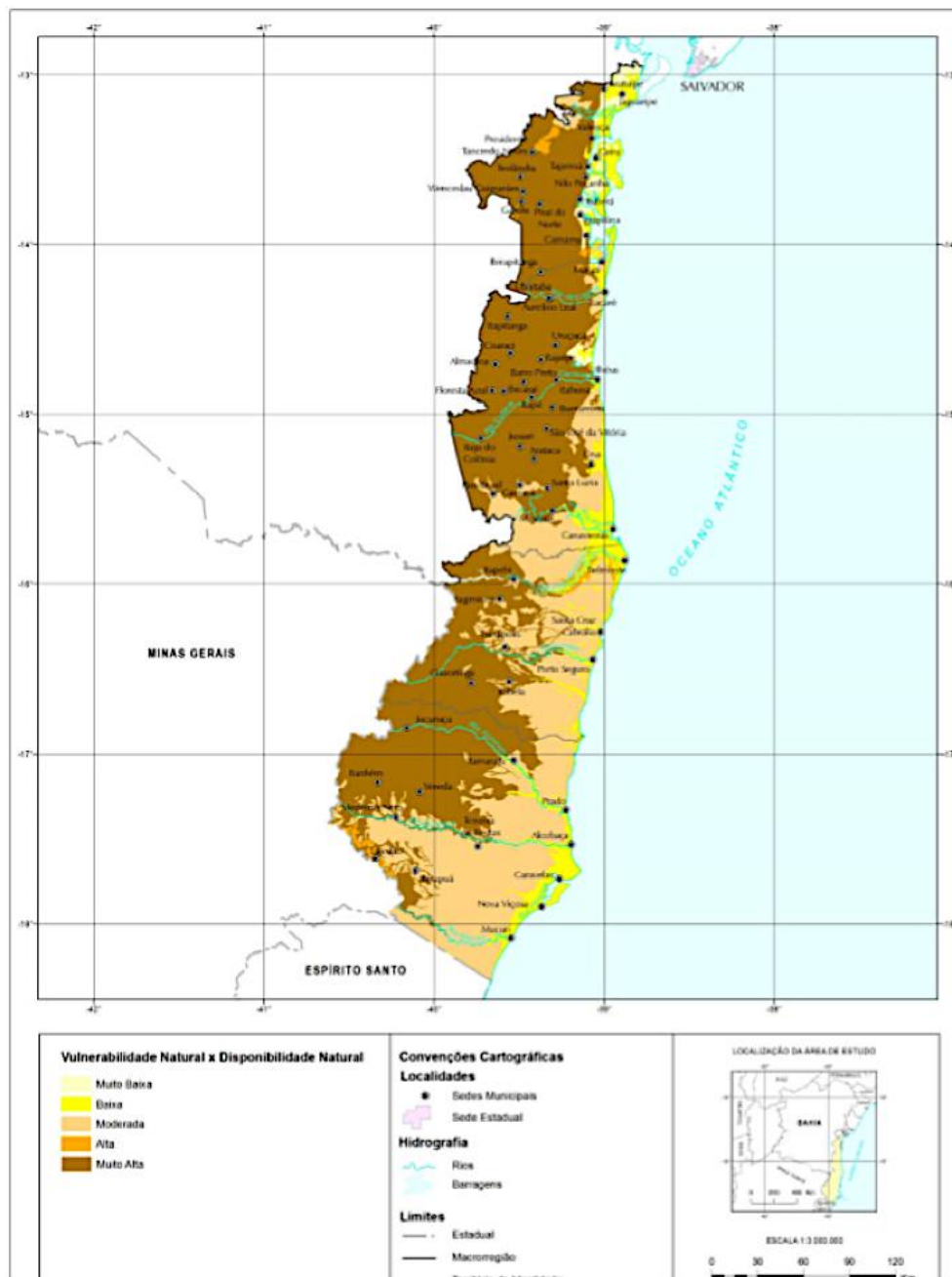
TIPOLOGIAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL (LITORAL SUL DA BAHIA)



<http://www.zee.ba.gov.br/>

ANEXO F

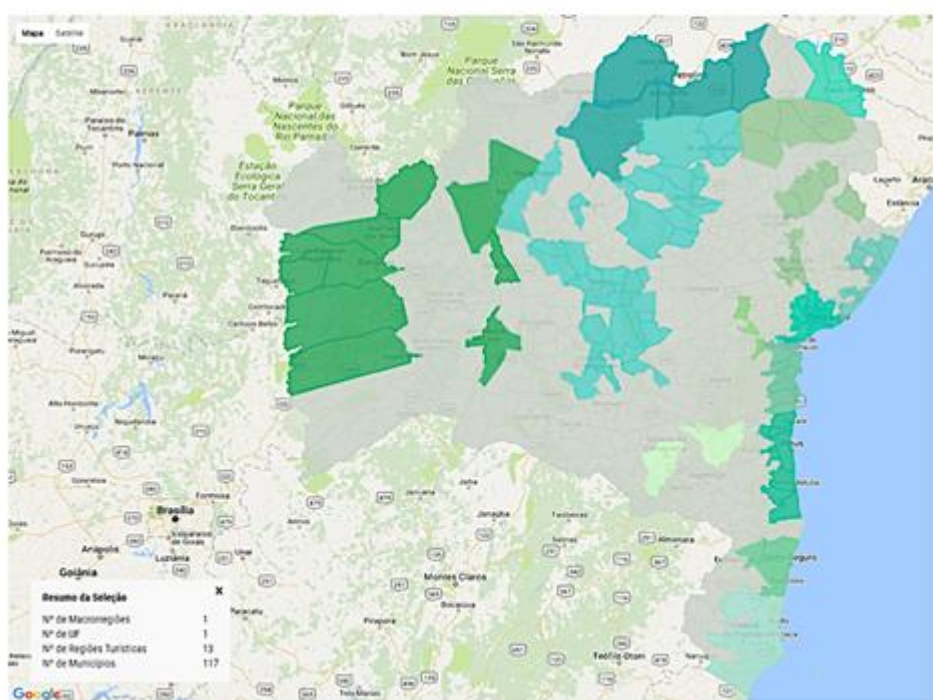
VULNERABILIDADE NATURAL X DISPONIBILIDADE NATURAL
(LITORAL SUL DA BAHIA)



<http://www.zee.ba.gov.br/>

ANEXO G

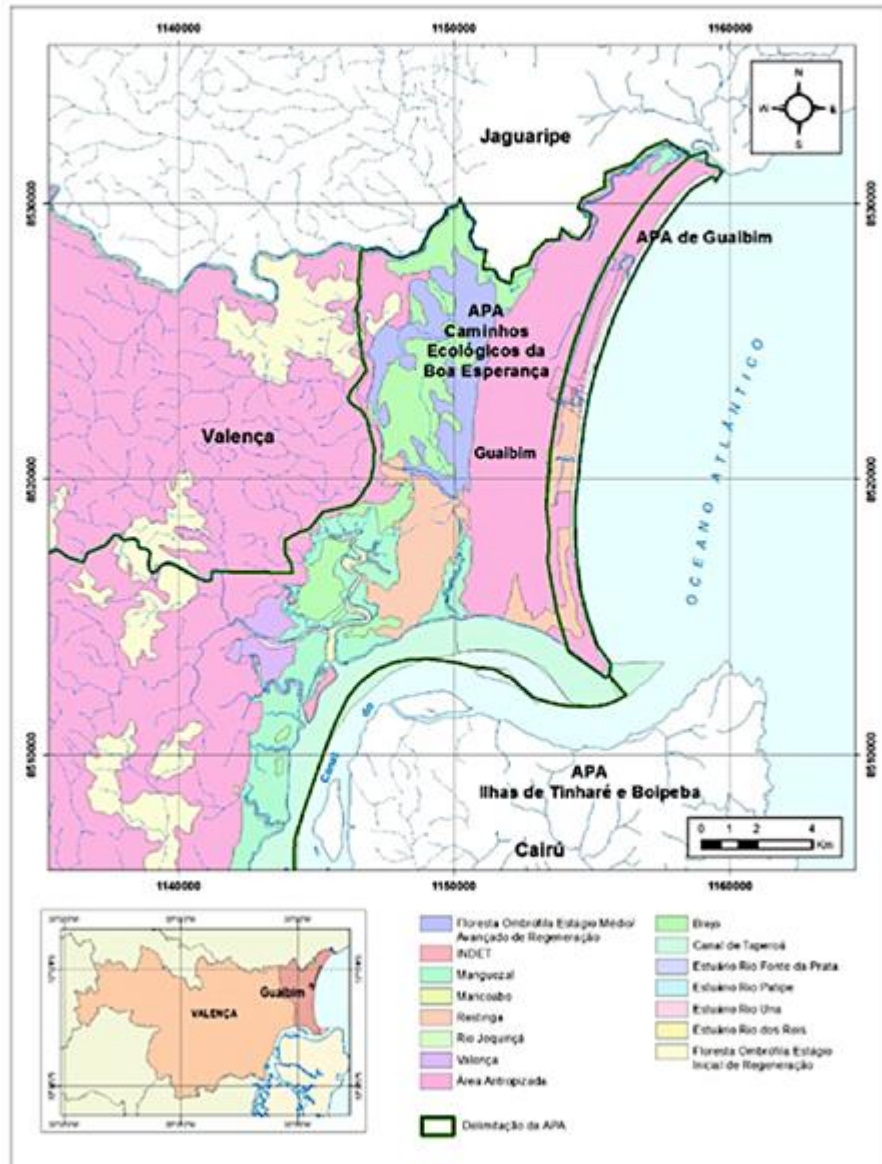
Zonas Turísticas da Bahia



Fonte: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/>

ANEXO H

Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Estaduais no Guaibim



ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DA EMPRESA RUMO RÁPIDO TRANSPORTES



Rumo Rápido Transportes

CARLOS ALVES RANGEL – CNPJ: 03.554.395/0001-62

Valença-BA, 31 de agosto de 2016.

Como pedido pelo mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, Wheliton Chiang Shung Moreira Ferreira, segue abaixo os dados solicitados pelo o mesmo:

- 1- Os pontos de ônibus ao longo de toda a linha;
- 2- As quantidades de passageiros no decorrer dos meses do ano (para compreendermos o aumento e a diminuição dos fluxos de passageiros a depender da atividade do turismo);
- 3- Os horários regulares e os alternativos, assim como suas causas principais de alteração. (alta/baixa estações, feriados, festejos, etc.).

Segue abaixo os pontos de ônibus utilizados pela empresa Rumo Rápido Transportes, no trajeto da linha Guaibim x Valença:

- 1- Terminal Rodoviário de Valença;
- 2- Praça da Triana (em frente ao Juizado Especial);
- 3- Praça da República (Correios);
- 4- Orla;
- 5- Escola Municipal Dr. Heitor Guedes de Melo;
- 6- Praça da Igreja da Lapa;
- 7- Entrada Água de Março;
- 8- Em frente ao SAC;
- 9- Maricultura;
- 10- Aeroporto Municipal de Valença;
- 11- Primeiro Ponto (Guaibim);
- 12- Entrada da Portelinha (Sereia Guaibim);
- 13- Miramar Restaurante;
- 14- Açai (Guaibim);
- 15- Mangueira (Guaibim);
- 16- Ponto do segundo quebra-mola (Via principal/ Guaibim);
- 17- Praça São José;
- 18- Após Praça São José § paradas até o ponto final do Taquary.

OBS: Todos os pontos elencados abrangem ida e volta da linha Valença x Guaibim.

Segue em anexo em PDF a tabela de horários fixos da rota, os quais são cumpridos diariamente durante o ano. Em alta estação, feriados e festejos a empresa disponibiliza ônibus e horários extras de acordo a demanda dos passageiros. No Reveillon concentra-se a maior demanda para empresa, organizando-se os horários em lapsos de minutos de um para o outro.

No mês de janeiro encontra-se o maior fluxo de passageiros para a linha aqui elencada, contando em média com 28.000 mil pessoas. No mês de fevereiro há uma diminuição do fluxo, justificando-se a queda pelo início do período escolar, em média o público da linha chega nesse mês em torno de 19.000 mil pessoas. A partir do mês de março há uma queda brusca no público da linha, e uma constância máxima de pessoas até dezembro com variação média de 8.000 a 10.000 passageiros.

Colocamo-nos em disposição para sanar qualquer dúvida que surgir referente aos dados aqui prestados.

ATT

Equipe RRT.

Rua da Sinamona, 175 – 1º Andar – Tento – Fone: (75) 3641-4669 – Cep:
45.400-000 – Valença - Bahia